

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**ROBERTA CRISTINA BARBOZA GALDENCIO**

**ESTUDO EXPLORATÓRIO METODOLÓGICO QUANTITATIVO SOBRE O USO  
DE PERIÓDICOS PELOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ATENDIDOS PELA BC/CCS/UFRJ**

**UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
FLUMINENSE**

**Niterói  
2014**

**ROBERTA CRISTINA BARBOZA GALDENCIO**

**ESTUDO EXPLORATÓRIO METODOLÓGICO QUANTITATIVO DO USO DE  
PERIÓDICOS PELOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ATENDIDOS PELA BC/CCS/UFRJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Heloisa Figueredo Lima

Linha de Pesquisa I: Informação, Cultura e Sociedade.

**Niterói**

**2014**

G149

Galdencio, Roberta Cristina Barboza

Estudo exploratório metodológico quantitativo sobre o uso de periódicos pelos alunos dos cursos de pós-graduação atendidos pela BC/CCS/UFRJ / Roberta Cristina Barboza Galdencio. – 2012.

115 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2014.

1. Biblioteca universitária. 2. Comportamento informacional. 3. Estudos de usuário. 4. Mediação da informação. 5. Serviço de referência. 6. Políticas públicas. 7. Portal de periódicos CAPES/MEC I. Lima, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo, orient. II. Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDD 025.5877

**ESTUDO EXPLORATÓRIO METODOLÓGICO QUANTITATIVO DO USO DE  
PERIÓDICOS PELOS ALUNOS DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO  
ATENDIDOS PELA BC/CCS/UFRJ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Heloisa Tavares de Figueredo Lima - (Orientadora)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lídia Silva de Freitas - (Membro Titular)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior - (Membro Titular Externo)  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Elisabete Gonçalves de Souza - (Membro Suplente Interno)  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Junior - (Membro Suplente Externo)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

**Niterói  
2014**

## DEDICATÓRIA

Soli Deo gloria

Dedico este trabalho à minha mãe Claudia, meus irmãos Bruna, Anielle e JR, meu pai Edson, Tia Solange, meu vovô Roberto e amigos queridos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu Senhor, meu Salvador, meu criador, meu Pai, autor e consumidor da minha fé. Obrigada pela concessão dessa graça;

À minha mãe Cláudia, mulher corajosa que criou quatro filhos sozinha!

Aos meus irmãos e amigos eternos Bruna, sem cujo apoio grande parte deste trabalho não teria sido produzida, Anielle e JR;

Ao meu pai Edson, ao meu vovô Roberto (desculpe as ausências!), à tia Solange (mulher que admiro);

Aos meus demais familiares;

Aos meus amigos. Em especial Adriana, sua ajuda foi vital, Angelina, Caroline, Cássia, Celi, Christiane, Cíntia, Cleber, Daniela, Daniele, Diana, Gecelio, Grasiela, Maria Helena e Tatiane;

Aos membros da igreja pelas orações;

Aos colegas e amigos da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde. Obrigada Adilson, Adriana, Alexandre, Alice, Carlos Roberto, Cassia, Celeste, Cintia, Daniele, Diana, Dulce, Elisabeth, Fábio, Fátima Fernandes, Francisco, Grasiela, Gustavo, Ilse, Ison, João, Jorge, José Carlos, Lorrane, Marco, Maria Helena, Mario, Marisa, Mauren, Patrícia, Rosa, Rose, Sandra, Sonia, Tamami e Tereza;

Aos colegas da turma do PPGCI/2012, em especial à minha “irmã acadêmica” Karen Guimarães;

Às professoras Lídia Silva de Freitas e Marcia Heloisa pela generosidade no exercício da docência na disciplina Ciência da Informação: trajetórias e horizontes epistemológicos;

À professora Aurora González Teruel pela valorosa contribuição na ministração da disciplina Estudo de teorias e metodologias de estudos de usuário;

Aos professores e funcionários do PPGCI obrigada por tudo;

Aos membros da Banca pelas palavras de incentivo e orientações;

Ao colega Leandro Martins Cota Busquet com sua dissertação que, mesmo sem saber, serviu como inspiração e suas referências bibliográficas e legislativas como ponto de partida para esta dissertação.

Agradeço à minha orientadora Marcia Heloisa por sua doação de informações, conhecimentos, livros, orientações, experiências, mas o principal foram os sentimentos, o espaço que ela abre em seu coração e em sua vida para cada orientando. Sinto-me uma privilegiada por saber que fiz parte disso por um tempo. Sentirei falta do Nino.

As relações entre os especialistas da informação e os usuários deveriam ser tão constantes, estreitas e diversificadas quanto possível. A unidade de informação deve estar tão próxima do usuário quanto possível. Esta proximidade não deve ser apenas geográfica, mas, sobretudo intelectual. (CLAIRE; MENOUE, 1994, p. 486).

## RESUMO

Trata-se de um estudo exploratório-metodológico quantitativo do uso de periódicos pelos alunos dos cursos de pós-graduação atendidos pela Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob a perspectiva da Ciência da Informação. O objetivo da pesquisa foi verificar se os periódicos utilizados pelos alunos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), egressos em 2012, em suas dissertações e teses estavam entre os disponíveis para a comunidade desta Universidade no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, sob a hipótese de que seria esta a principal fonte para recuperação de artigos de periódicos pelos usuários. Apresenta conceitos teóricos de estudos de usuário de informação, comportamento informacional, serviço de referência, mediação da informação, biblioteca universitária, políticas públicas. Expõe os canais de acesso a informação utilizadas Plataforma Lattes, Portal de Periódicos CAPES/MEC, CCN/COMUT, SCAD/Portal da BVS.

Palavras-chaves: Biblioteca universitária. Comportamento Informacional. Estudos de Usuário. Mediação da Informação. Serviço de Referência. Políticas Públicas. Portal de Periódicos CAPES/MEC.



## **ABSTRACT**

Quantitative exploratory-methodologic study of the use of scientific journals by post-grad students at the Health Sciences Library at the Federal University of Rio de Janeiro, in the perspective of Information Science. The research aimed to verify if the journals used in the dissertations and thesis by master's and doctorate students graduated in 2012 were available for the University's community at the CAPES/MEC Journal's Portal, under the hypothesis that the Portal would be the main source for article retrieval by this group. Discusses the theoretical concepts of information user studies, informational behavior, reference service, information mediation, university library, public policies. Presents the channels used for gaining access to information: Lattes Platform, CAPES/MEC Journal Portal, CCN/COMUT, SCAD/BVS Portal.

**Keywords:** University Library. Informational Behavior. User Studies. Information Mediation. Reference Service. Public Policies. CAPES/MEC Journal Portal.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxo da Comunicação Científica.	32
Figura 2	Fórmula utilizada para cálculo de amostra para estimar a quantidade de teses e dissertações defendidas por alunos de mestrado e doutorado egressos em 2012 que devem ser analisadas.	51
Figura 3	Fluxograma do processo de análise de citações dos periódicos.	56
Figura 4	Visão gráfica das perspectivas do conceito de usuário.	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Elementos formais e informais da comunicação científica	34
Quadro 2	Programas de Pós-graduação Stricto-Sensu da Decania do Centro de Ciências da Saúde	40
Quadro 3	Total de mestres e doutores do ano de 2012 dos cursos de mestrado e doutorado vinculados à decania do CCS/UFRJ	49
Quadro 4	Amostra de dissertações e teses definida pela fórmula	52
Quadro 5	Primeira seleção de cursos para análise de citações das dissertações e teses	53
Quadro 6	Seleção de cursos para análise de citações - dissertações e teses	54
Quadro 7	Quantidade de teses e dissertações manuseadas	54
Quadro 8	Modelo de coleta das referências dos periódicos	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Biotecnologia Vegetal.	95
Gráfico 2	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Biotecnologia Vegetal.	95
Gráfico 3	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Biotecnologia Vegetal. Números absolutos.	95
Gráfico 4	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Biotecnologia Vegetal. Números percentuais.	95
Gráfico 5	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Biotecnologia Vegetal.	95
Gráfico 6	Quantitativo de referências acessadas em percentuais: Doutorado em Biotecnologia Vegetal.	95
Gráfico 7	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Biotecnologia Vegetal. Números absolutos.	96
Gráfico 8	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Biotecnologia Vegetal. Percentuais.	96
Gráfico 9	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Educação Física.	96
Gráfico 10	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Educação Física.	96
Gráfico 11	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Educação Física. Números absolutos.	96
Gráfico 12	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Educação Física. Percentuais.	96
Gráfico 13	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Anatomia Patológica.	97
Gráfico 14	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Anatomia Patológica.	97
Gráfico 15	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Anatomia Patológica. Números absolutos.	97
Gráfico 16	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado Anatomia Patológica. Percentuais.	97

Gráfico 17	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Cardiologia.	97
Gráfico 18	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Cardiologia.	97
Gráfico 19	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Cardiologia. Números absolutos.	98
Gráfico 20	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Cardiologia. Percentuais.	98
Gráfico 21	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Cardiologia.	98
Gráfico 22	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Cardiologia.	98
Gráfico 23	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Cardiologia. Números absolutos.	98
Gráfico 24	Quantitativo de referências acessadas disponível em acesso livre: Doutorado em Cardiologia. Percentuais.	98
Gráfico 25	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Ciências Cirúrgicas.	99
Gráfico 26	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Ciências Cirúrgicas.	99
Gráfico 27	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Ciências Cirúrgicas. Números absolutos.	99
Gráfico 28	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Ciências Cirúrgicas. Percentuais.	99
Gráfico 29	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Cirúrgicas.	99
Gráfico 30	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Cirúrgicas.	99
Gráfico 31	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Cirúrgicas. Números absolutos.	100
Gráfico 32	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Cirúrgicas. Percentuais.	100
Gráfico 33	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Clínica Médica.	100

Gráfico 34	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas. : Mestrado em Clínica Médica.	100
Gráfico 35	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Clínica Médica. Números absolutos.	100
Gráfico 36	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Clínica Médica. Percentuais.	100
Gráfico 37	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Clínica Médica.	101
Gráfico 38	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Clínica Médica.	101
Gráfico 39	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Clínica Médica. Números absolutos.	101
Gráfico 40	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Clínica Médica. Percentuais.	101
Gráfico 41	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal.	101
Gráfico 42	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas. Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal.	101
Gráfico 43	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal. Números absolutos.	102
Gráfico 44	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal. Percentuais.	102
Gráfico 45	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal.	102
Gráfico 46	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal.	102
Gráfico 47	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal. Números absolutos.	102
Gráfico 48	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal. Percentuais.	102

Gráfico 49	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Química de Produtos Naturais.	103
Gráfico 50	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Química de Produtos Naturais.	103
Gráfico 51	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Química de Produtos Naturais. Números absolutos.	103
Gráfico 52	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Química de Produtos Naturais. Percentuais.	103
Gráfico 53	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Química de Produtos Naturais.	103
Gráfico 54	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Química de Produtos Naturais.	103
Gráfico 55	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Química de Produtos Naturais Números absolutos.	104
Gráfico 56	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Química de Produtos Naturais. Percentuais.	104
Gráfico 57	Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Nutricionais.	104
Gráfico 58	Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Nutricionais.	104
Gráfico 59	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado Ciências em Nutricionais. Números absolutos.	104
Gráfico 60	Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Nutricionais. Percentuais.	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABECIN	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ARIST	Annual Review of Information Science and Technology
BRAPCI	Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BAGER	Base de dados gerenciais do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ – Dados Estatísticos das bibliotecas do SiBI/UFRJ
BC	Biblioteca Central
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BLRDD	British Library Research and Development Department
BIREME	Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BU	Biblioteca Universitária
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CD-ROM	Compact Disc Read-Only Memory
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
CRUS	Center for Research on User Studier
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação



ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EspaçoSIGMA	Ambiente virtual de representação integrada das atividades-fim da UFRJ
EUA	Estados Unidos da América
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFES	Institutos Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MEC-USAID	Ministério da Educação e Cultura - United States Agency for International Development
MEDLINE	National Library of Medicine
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana da Saúde
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias
PROBIB	Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior
PubMed	Serviço de informação referencial da US National Library of Medicine
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCAD	Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
Sesu	Secretaria de Ensino Superior
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ

SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TIC's	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	24
2.1 Natureza da pesquisa: pesquisa exploratória .....	25
2.1.1 Bibliometria .....	27
2.1.2 Análise de citações .....	29
2.2 Comunicação científica .....	31
2.2.1 Periódicos científicos .....	34
2.2.2 Acesso aberto ou arquivos abertos.....	37
2.3 Campo empírico.....	39
2.3.1 Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Decania do Centro de Ciências da Saúde .....	39
2.3.2 A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde – BC/CCS.....	42
2.3.3 Fontes de informações.....	43
2.4 Aspectos pragmáticos da pesquisa.....	47
<b>3. MARCO TEÓRICO: Aspectos conceituais sobre estudos de usuários, comportamentos informacional, serviço de referência e mediação da informação</b> .....	58
3.1 Usuários de informação.....	58
3.1.1 Usuários da informação sobre saúde .....	61
3.1.2 Estudos de usuários, necessidades e uso da informação e comportamento informacional .....	63
3.1.3 O não usuário de unidades de informação .....	73
3.2 Conceitos clássicos de serviço de referência .....	75
3.3 Mediação da informação e serviço de referência: aproximações conceituais .....	79
3.4 Políticas públicas.....	82
3.5 Criação da universidade brasileira: dispositivos legais.....	84
3.5.1 A tentativa de criar uma universidade verdadeiramente autônoma .....	86
3.5.2 A Reforma Universitária de 1968 .....	87
3.6 Biblioteca Universitária.....	89
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	92
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	105
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107

## 1 INTRODUÇÃO

A contextualização da construção de uma pesquisa se faz necessária para se cumprir a intenção de fundamentá-la em dois pilares: a transparência das intenções que lhe deram origem e a crença que a elaboração de um objeto de pesquisa é entremeado por várias relações que o alicerçam.

A Universidade, encarada como objeto de pesquisa, era certeza primeira, pois é a nossa área de atuação. Contudo, nossa formação na área de Gestão de Informação (em nível de especialização) visualizava os problemas institucionais administrativos da biblioteca universitária passíveis de solução a partir, apenas, da reestruturação ou melhoria de serviços via uma reflexão sobre as práticas comunicacionais entre os funcionários e não problematizando o quadro mais amplo das prestações de serviços necessárias a uma Universidade.

Felizmente ao ingressarmos no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, as disciplinas do curso permitiram estender uma visão macro da Universidade Pública Federal na sociedade brasileira. Percebemos uma cadeia sistêmica de políticas públicas que influenciam a Universidade e a biblioteca universitária.

Hjorland (1998) nos estimula a uma reflexão histórico-epistemológica acerca da Ciência da Informação para nos autoconhecer como ciência e Birdsall (2005) afirma que “bibliotecários necessitam investir mais esforços em pesquisar as dinâmicas políticas e econômicas que definem os contextos passados e atuais das bibliotecas”.

Assim, configurou-se para nós a possibilidade de refletir sobre os atuais dispositivos tecnológicos a Plataforma Lattes, o Portal de Periódicos CAPES/MEC, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN, o Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT (CCN e COMUT são serviços parceiros), o Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos – SCAD e o Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (BVS e SCAD são serviços parceiros), como canais de informação e plataformas tecnológicas mediadoras oferecidas aos pesquisadores nacionais através de políticas públicas. A PubMed<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Todos os seis dispositivos tecnológicos estão explicados na seção Metodologia. Também utilizamos a Base Dados Referencial PubMed – sistema de pesquisa da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos. A PubMed não foi um objeto de pesquisa porque não é uma política pública nacional e não possui participação do governo brasileiro. Mas informações da seção de Metodologia.

base referencial em Ciências da Saúde, foi contabilizada na estatística somente como fonte de consulta. A observação destes dispositivos nos afigurou, então, como uma contribuição interessante ao processo de reflexão teórica e fortalecimento prático da Ciência da Informação, incluindo uma interface desejável e bem vinda à Biblioteconomia.

Partimos para a pesquisa, deste modo, com uma questão inicial de identificar impactos das políticas públicas de ensino superior em bibliotecas universitárias. E seguimos, estabelecendo um recorte, visto que esse é um tema extenso e com diversos tópicos pertinentes a serem abordados.

O recorte definitivo foi determinado por nossa orientadora, após nossas participações no IX Workshop Internacional em Ciência da Informação, evento realizado em dezembro de 2013 pela Universidade de Brasília. Assistimos uma mesa redonda sobre redes sociais chamada *Plataforma Lattes: uma rede social da Ciência no Brasil* com os professores Dr. Luc Quoniam e Dr. Jesús Pascual Mena-Chalco e o pesquisador Me. Ricardo Barros Sampaio. Esse debate mostrou a Plataforma Lattes como essencial fonte de informação para a pesquisa no Brasil e no mundo. É um instrumento que pode ser utilizado como justificativa de pesquisa, como demonstrativo de formação de redes de pesquisa, incluindo as redes de colaboração e cooperação (MENA-CHALCO, CESAR JUNIOR, 2013).

A partir desse raciocínio que a Plataforma Lattes (assim como os demais dispositivos recortados em nossa pesquisa) poderia(m) nos fornecer, dentre tantas informações sobre os alunos de mestrado e doutorado vinculados aos cursos atendidos pela Biblioteca Central de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro – BC/CCS/UFRJ, principalmente, sua produção acadêmica. Conjugando esta plataforma com o Portal de Periódicos CAPES/MEC, CCN/COMUT, SCAD / Portal da BVS e PubMed – canais de acesso à fontes de informação para as pesquisas dos estudantes de mestrado e doutorado – poderíamos identificar o uso das coleções de periódicos por meio de suas citações, mesmo que amostralmente. Assim, poderíamos medir o uso potencial de coleções virtuais (e reais em bibliotecas, como explicaremos na metodologia) e nos perguntarmos a quais serviços as bibliotecas devem dirigir seus esforços, sobretudo no serviço de referência. E estas plataformas nos permitiriam refletir sobre o viés das políticas públicas de educação superior do Brasil diretamente voltado ao âmbito da biblioteca universitária.

Ao analisarmos as citações utilizadas nas pesquisas dos estudantes de mestrado e doutorado realizamos um "estudo de necessidade e usos dos usuários" que, segundo González Teruel (2005, p. 24) se enquadra nos "estudos de usuário".

Realizar um estudo de usuário que represente as reais necessidades da comunidade avaliada é muito complexo, pois segundo Caetano (2014, p. 101), os estudos de usuários deveriam mapear os perfis de interesses da comunidade acadêmica e suas demandas informacionais, mas não atingem seus objetivos, visto que, de modo geral, “parece que há desconexão entre o que os bibliotecários consideram serem perguntas para tal mapeamento e o que os pesquisadores consideram serem perguntas com esta finalidade”.

A partir das percepções acima, as análises de citações nos permitiram alcançar um público que envolve usuários e não usuários da biblioteca e realizar um estudo consideravelmente original para uma biblioteca que nunca realizara um estudo de usuário (pelo menos neste modelo). Acreditamos que isso facilitaria uma aproximação para uma posterior elaboração de um rol de perguntas.

Tivemos como intuito verificar a partir de uma análise teórica e qualitativa como a biblioteca BC/CCS/UFRJ pode contribuir com seus serviços de mediação à comunidade de alunos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da Decania do Centro de Ciências da Saúde.

Para isso realizamos uma pesquisa exploratória quantitativa que se configura como nosso objetivo geral em verificar se os periódicos utilizados pelos alunos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) atendidos pela Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BC/CCS/UFRJ), egressos em 2012, em suas dissertações e teses constavam nas coleções disponíveis para a comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Portal de Periódicos da CAPES/MEC, sob a hipótese de que seria esta a principal fonte para recuperação de artigos de periódicos pelos usuários.

Para atender ao objetivo geral acima elegemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a comunidade discente egressa em 2012 dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* filiados à Decania do Centro de Ciências da Saúde;
- b) Estabelecer uma amostra das dissertações e teses defendidas em 2012 dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atendidos pela BC/CCS/UFRJ;
- c) Identificar os títulos e fascículos dos periódicos citados nas listas de referências da amostra das dissertações e teses dos egressos do ano de 2012;

d) Localizar os fascículos citados no Portal de Periódicos Capes ou em outros canais de fontes de acesso utilizadas por esses usuários: Biblioteca do CCS, CCN/COMUT; Portal da BVS/SCAD ou PubMed

e) Estabelecer os percentuais de uso potencial da coleção virtual dos Periódicos CAPES/MEC, da coleção impressa<sup>2</sup> da BC/CCS/UFRJ e das demais fontes de acesso através da amostra de dissertações e teses coletadas.

Para dar conta dos objetivos desta pesquisa, a dissertação está dividida nas seguintes seções: a seção dois apresenta a metodologia adotada para esta dissertação. Apresentamos os conceitos adotados para nos fundamentar no processo de construção da metodologia, dentre os quais se destaca a bibliometria que alicerçou a análise de citações dos periódicos. Outros assuntos explorados foram os periódicos científicos, a comunicação científica e o acesso livre (*Open Access*). Nessa seção apresentamos também os campos empíricos: os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Decania do Centro de Ciências da Saúde como coletores de dados e a Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro como objeto de estudo. O Portal de Periódicos da CAPES/MEC, a Plataforma Lattes, o CCN/COMUT, o SCAD/Portal da BVS e a PubMed foram utilizados como instrumentos de consulta. Finalmente expusemos os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa.

Na seção três, tratamos do marco conceitual que delimita essa dissertação. O estudo de uso de coleções e usuários de informação, assim como o serviço de referência e a mediação em biblioteca universitária. Também apresentamos a Plataforma Lattes, o Portal de Periódicos CAPES/MEC, o CCN/COMUT e o SCAD/Portal da BVS como políticas públicas de educação superior no contexto da biblioteca universitária.

Na seção quatro foram apresentados os dados coletados, os gráficos elaborados e a análise quantitativa e qualitativa da pesquisa realizada.

Na seção cinco apresentamos nossas considerações finais e sugestões da aplicabilidade dessa pesquisa para a BC/CCS/UFRJ.

---

<sup>2</sup> Mais adiante, explicaremos que a coleção em papel dos periódicos da BC/CCS/UFRJ está fechada para uso desde setembro de 2012.

## 2 METODOLOGIA

Metodologia Científica é muito mais do que algumas regras de como fazer uma pesquisa. Ela auxilia a refletir e propicia um “novo” olhar sobre o mundo: um olhar científico, curioso, indagador e criativo. (GOLDENBERG, 2004, p. 11).

Esta seção se propõe a descrever os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa e como chegamos a um “novo olhar” sobre nosso objeto de estudo nesta dissertação.

Iniciamos a pesquisa com uma revisão de literatura sobre seus temas relacionados para seu embasamento teórico.

Os conceitos revisados foram políticas públicas, políticas governamentais, ensino superior, biblioteca universitária, serviços de informação, serviço de referência, mediação da informação, usuários de informação, usuários reais e potenciais, usuários presenciais e à distância, usuários de informação da área de saúde.

Realizamos o levantamento bibliográfico na BRAPCI – Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, no Portal de Periódicos da Capes, na biblioteca eletrônica de periódicos Scielo – Scientific Electronic Library Online, na BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e na Base Minerva – Sistema integrado de busca aos acervos das bibliotecas e Centros de Documentação da UFRJ.

Os anais de encontros da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia foram sobremaneira úteis na pesquisa, como o ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, o CBBD – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação, e Ciência da Informação e SNBU – Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias.

O Portal da Legislação, site da Presidência da República Governo Federal, foi primordial para a pesquisa legislativa.

Outras fontes de dados foram os sites dos programas de pós-graduação *strictu senso* pertencentes à Decania do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o BAGER – Base de dados gerenciais do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ – Dados estatísticos das bibliotecas.

Partindo do princípio que a Ciência da Informação (doravante apenas CI) recebe das Ciências Sociais seu traço identificador (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2000), a CI possui boa parte de sua base teórica e dos seus procedimentos metodológicos daí advindas. Porém, outras disciplinas contribuíram para a construção da CI, conforme Saracevic (1996, p. 48-53) a



Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e a Comunicação, o que explica a confluência de instrumentos metodológicos híbridos, como demonstraremos nas subseções seguintes.

## 2.1 Natureza da pesquisa: pesquisa exploratória

Inicialmente pretendíamos realizar um estudo de caso quantitativo, com ações descritivas e pesquisa analítica. Mas quando adentramos ao campo empírico verificamos os problemas que existiam, percebemos ao analisar os conceitos de estudo de caso e pesquisa analítica que não seriam suficientes para atender nossa demanda. A pesquisa exploratória foi a que suportou metodologicamente e auxiliada pelas demais técnicas permitiu viabilizar a pesquisa.

Assim corrobora Braga (2007, p. 34) considerando que, a fim de entender melhor a complexidade de alguns fenômenos estudados, duas ou mais abordagens metodológicas devem ser utilizadas.

Os métodos de pesquisas utilizados foram o estudo de caso, o estudo quantitativo, especificamente a análise de citações, uma das técnicas da bibliometria e a pesquisa exploratória.

O estudo de caso, segundo Goldenberg (2004, p. 33), reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Ele permite compreender uma realidade empírica de forma sistematizada através dos instrumentos metodológicos conjugados ao estudo de caso. Contudo apesar de frequentes na literatura da área, o Estudo de Caso não é considerado um método de pesquisa. Para Stake<sup>3</sup> (2003, p. 134 *apud* MUELLER, 2004, p. 11) estudos de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do que vai ser estudado. Seja qual for o método, o que escolhemos é o caso a ser estudado.

Para esse trabalho, estudo de caso foi uma estratégia de pesquisa que, de acordo com Yin (2006, p. 33-34),

---

<sup>3</sup> STAKE, Robert E. Case Studies. In: DENZIN, Norman K; LINCON, Yvonna S. **Strategies of qualitative inquiry**. 2. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications, 2003, p. 134-164.

é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. Em outras palavras, estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos. Nesse sentido, o estudo de caso **não é nem** uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si (Stoecker<sup>4</sup>, 1991), mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

A pesquisa quantitativa consistiu da coleta e análise de dados - citações - com o fim de compreender o objeto de estudo. [...] "Os métodos quantitativos pressupõem uma população de objetos de estudo comparáveis, que fornecerá dados que podem ser generalizáveis" (GOLDENBERG, 2004, p. 63).

Existe na literatura científica uma divisão que confere à pesquisa quantitativa uma cientificidade em razão da natureza objetiva dos números e a influência do pensamento positivista.

A pesquisa exploratória foi escolhida porque permite ao pesquisador testar a metodologia e experimentá-la para reunir dados, informações, ideias ou hipóteses sobre uma questão de pesquisa, mas que não possui um estudo anterior (BRAGA, 2007, p. 25).

Pesquisa exploratória é uma pesquisa preliminar com o objetivo de se familiarizar com o objeto de investigação. De modo que o estudo seguinte seja projetado com maior compreensão e precisão. Estudo exploratório (que pode utilizar várias técnicas, normalmente com uma pequena amostra) permite ao pesquisador definir seu problema de pesquisa e formular sua hipótese com mais precisão. Permite também escolher as técnicas mais adequadas para a sua pesquisa e decidir quais áreas precisam de atenção e mais detalhes na investigação. Pode alertar quanto as potenciais dificuldades, áreas sensíveis e de resistência. (THEODORSON; THEODORSON<sup>5</sup>, 1970 *apud* PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 319, tradução nossa).

A pesquisa exploratória, em geral, tem o intuito de elaborar um instrumento metodológico criterioso e válido.

---

<sup>4</sup> STOECKER, R. Evaluating and rethinking the case study. **The Sociological Review**, v. 39, p.88-112.

<sup>5</sup> THEODORSON, G. A.; THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.

Enquanto, segundo as concepções tradicionais, a pesquisa exploratória tem por finalidade o refinamento dos dados da pesquisa e o desenvolvimento e apuro das hipóteses, nesta nova concepção é realizada com a finalidade precípua de corrigir o viés do pesquisador e, assim, aumentar o grau de objetividade da própria pesquisa, tornando-a mais consentânea com a realidade. (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321).

A desvantagem é que “não produz resultados muito conclusivos ou respostas para determinados problemas, mas indica pesquisas futuras” (BRAGA, 2007, p. 25).

Finalmente a Bibliometria, outro método utilizado em nosso caminho de pesquisa. Ela será mais detalhada na subseção seguinte.

### 2.1.1 Bibliometria

A bibliometria é definida como “análise quantitativa da comunicação escrita; Estudos que buscam quantificar os processos de comunicação escrita; aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros veículos de comunicação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48).

A bibliometria é uma ferramenta metodológica que permite a medição da produção científica através de avaliações quantitativas que, via padrões empíricos, permite responder questões levantadas para determinada função ou finalidade. Ela aplica métodos matemáticos e estatísticos na comunicação escrita.

Ela surgiu no início do século XX “como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica” (ARAÚJO, 2006, p. 12).

Otlet<sup>6</sup> (1934 *apud* URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, 2007, p. 186) sustentava também que em todos os campos do conhecimento, a medida era uma forma superior de abordagem, portanto, era oportuno constituir as medidas relativas ao livro e ao documento, ou seja, a bibliometria.

Apesar de discordarmos de Otlet quanto à superioridade da medida numérica em todas as áreas do conhecimento, visão da Ciência positivista, a bibliometria é, sem dúvida, uma ferramenta muito utilizada para a medição da produção científica e para conhecermos os caminhos políticos que a ciência toma.

Um pequeno histórico da bibliometria é apresentado por Araujo (2006, p. 12):

---

<sup>6</sup> OTLET, Paul. **Traite de documentation**: le livre sur le livre, theorie et pratique. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934.

Consistindo na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação), a bibliometria foi originalmente conhecida como “bibliografia estatística” (termo cunhado por Hulme<sup>7</sup> em 1923), sendo o termo “bibliometria” criado por Otlet em 1934 no seu “*Traité de Documentation*”. Contudo, o termo apenas se popularizou em 1969, a partir de um artigo de Pritchard<sup>8</sup> que discutia polêmica “bibliografia estatística ou bibliometria?” (VANTI<sup>9</sup>, 2002, p. 153). Conforme Nicholas e Ritchie<sup>10</sup> (1978, p. 38, tradução nossa), a diferença essencial entre a tradicional bibliografia e a bibliometria é que esta utiliza mais métodos quantitativos do que discursivos. Assim, a utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria.

As principais áreas de pesquisa em bibliometria incluem as leis bibliométricas (Bradford, Lotka e Zipf), análise de citações e indicadores de desempenho de pesquisa (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 48).

Outra função que podemos destacar é o apoio que a bibliometria pode proporcionar à tomada de decisão em funções gerenciais de desenvolvimento de coleções e estudos de usuários.

Tague-Sutcliffe<sup>11</sup> (1992 *apud* NORONHA, 2008, p. 124), “a Bibliometria estuda os aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, usando seus resultados para elaborar previsões [...]”.

Na bibliometria trabalhamos com análise de citações e referências e a definição desses conceitos é fundamental esclarecer, porque trabalhamos com as referências na coleta de dados, mas elas são parte do conjunto citação.

“A bibliometria tem como premissa o fato de que os cientistas constroem seu trabalho a partir de obras anteriores e mostram isso as mencionando em seus textos, em uma lista de referências” (VANZ, CAREGNATO, 2003, p. 248).

---

<sup>7</sup> HULME, E. W. **Statistical bibliography in relation to the growth of modern civilization**. London, 1923.

<sup>8</sup> PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, Dec. 1969.

<sup>9</sup> VANTI, Nadia Aurora. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

<sup>10</sup> NICHOLAS, D; RITCHIE, M. **Literature and bibliometrics**. London: Clive Bingley, 1978.

<sup>11</sup> TAGUE-SUTCLIFFE, Jean. An introduction to informetrics. **Information processing & management**, Oxford, v. 28, n. 1, p. 1-3, 1992.

A referência é a representação descritiva da unidade documental que auxiliou na produção de um documento. Segundo a Norma da ABNT NBR 6023 (2002, p. 2) a referência é um conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.

Citação, de acordo com as normas NBR 10520 (2002, p. 1) e NBR 14724 (2011, p. 2), é "a menção, no texto, de uma informação extraída de outra fonte".

A norma NBR 10520 (2002, p. 1-2) ainda explica que citação direta é a transcrição textual de parte da obra do autor consultado. Citação indireta é o texto baseado na obra do autor consultado.

Após estas considerações sobre bibliometria, examinaremos mais detidamente as análises de citações.

### 2.1.2 Análise de citações

Meadows (1999, p. 61) explica inicialmente que “a palavra citação é amplamente empregada para descrever o ato de remeter de um artigo para o outro. É habitual, nesse contexto, distinguir entre o artigo citante (que contém a referência) e o artigo citado (o mencionado na referência)”.

Braga (1973, p. 10) caracteriza a citação bibliográfica como

é o conjunto de uma ou mais referências bibliográficas que, incluídas em um documento, evidenciam relações entre partes dos textos dos documentos citados e partes do texto do documento que as inclui. Há quatro elementos essenciais em uma citação, respondendo às perguntas básicas: quem escreveu o que? — autor; sobre que assunto? — título; como ou onde foi publicado? — indicação do periódico, livro etc.; quando foi publicado? — data. Faltando qualquer destes elementos a citação é incompleta, não passando, em muitos casos, de uma nota explicativa, um comentário etc.

A análise de citações é considerada a área mais importante da bibliometria por Araújo (2006, p. 18). A sua realização viabiliza a resposta de várias questões de pesquisa.

Por isso, na bibliometria, a análise de citações

permite a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Com os dados retirados das citações pode-se descobrir: autores mais citados, autores mais produtivos, elite de pesquisa, frente de pesquisa, fator de impacto dos autores, procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado, idade média da literatura utilizada, obsolescência da literatura, procedência geográfica e/ou

institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados, “core” de periódicos que compõem um campo. (ARAUJO, 2006, p. 19).

A análise de citações também é dividida em três áreas de atuação de acordo com Vanz e Caragnato (2003, p. 251): avaliação de cientistas, das publicações e das instituições científicas, o campo é o de investigação de hipóteses a respeito da história e sociologia da ciência e tecnologia e, por fim, o estudo das características dos procedimentos de busca e recuperação da informação.

A análise de citações é considerada um “indicador válido de influência de um determinado trabalho sobre outro(s), evidenciando conexões intelectuais.” (GUEDES, BORSCHIVER, 2005, p. 11).

Essas conexões são evidenciadas através das referências bibliográficas constantes no final do documento que, por sua vez, também são uma forma de comunicação científica, tema do tópico seguinte.

## 2.2 Comunicação científica

O conhecimento para ser considerado científico necessita submeter-se a procedimentos de controle e validação dos resultados de pesquisas pelos demais cientistas de uma comunidade científica, de acordo com regras definidas e controladas a fim de que as probabilidades de que as explicações sobre os fenômenos analisados seja aceita como "verdade" (MUELLER, 2000, p. 21).

Em consequência deste processo de construção, a ciência é coletiva e precisa ser validada por pares para ser confiável. Assim, dada à necessidade vital de validação de um conhecimento publicado, segundo Meadows (1999, p. VII) “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”.

A comunicação científica se vale de canais formais e informais de comunicação, os quais, de acordo com Mueller (2000, p. 22), os cientistas utilizam para trocarem informações de pesquisa e resultados alcançados. Essas atividades diversas produzem, pelos menos, uma publicação formal. O conjunto dessas publicações é chamado de literatura científica.

De forma especificada Garvey e Griffith<sup>12</sup> (1979 *apud* TARGINO, 2010, p. 10) conceituam a comunicação científica como a comunicação que incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar até que a informação acerca dos resultados é aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos.

Este processo de comunicação – fluxo da informação científica<sup>13</sup> – foi representado através de um modelo gráfico desenvolvido por Garvey<sup>14</sup> e Griffith<sup>15</sup> (1972, 1979, *apud* MUELLER 2000, p. 29). Eles observaram como os cientistas da área de psicologia se

---

<sup>12</sup> GARVEY, W. D., GRIFFITH, B. C. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. In: GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford: Pergamon, 1979. 332p. Appendix A, p.127-147.

<sup>13</sup> Figura 1. p. 29

<sup>14</sup> GARVEY, W. D., GRIFFITH, B. C. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings for psychology. **Information Storage and Retrieval**, v. 8, n. 3, p. 123-136, 1972.

<sup>15</sup> GARVEY, W. D. **Communication: the essence of science; facilitating information among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford: Pergamon, 1979. 332p.

comunicavam e divulgavam suas pesquisas. Logo esse modelo foi adaptado para todas as áreas do conhecimento. Esse fluxo se caracteriza por ser sucessivo, contínuo e pouco dinâmico (MÜELLER, 2000, p. 29).

Esse modelo exhibe os canais informais e formais de comunicação. Os primeiros, de acordo com Müller (2000, p.30), são escolhas do próprio pesquisador, o acesso é (ou era) limitado<sup>16</sup> e os produtos informacionais nem sempre eram armazenados e assim era difícil recuperá-los, destacando-se naquele contexto a necessidade do contato pessoal com autor. Exemplo clássico são as cartas do início dos primeiros periódicos, a comunicação em congressos<sup>17</sup> e, hoje, os e-mails e nas redes sociais e nos repositórios voluntários, como o academia.edu<sup>18</sup>.

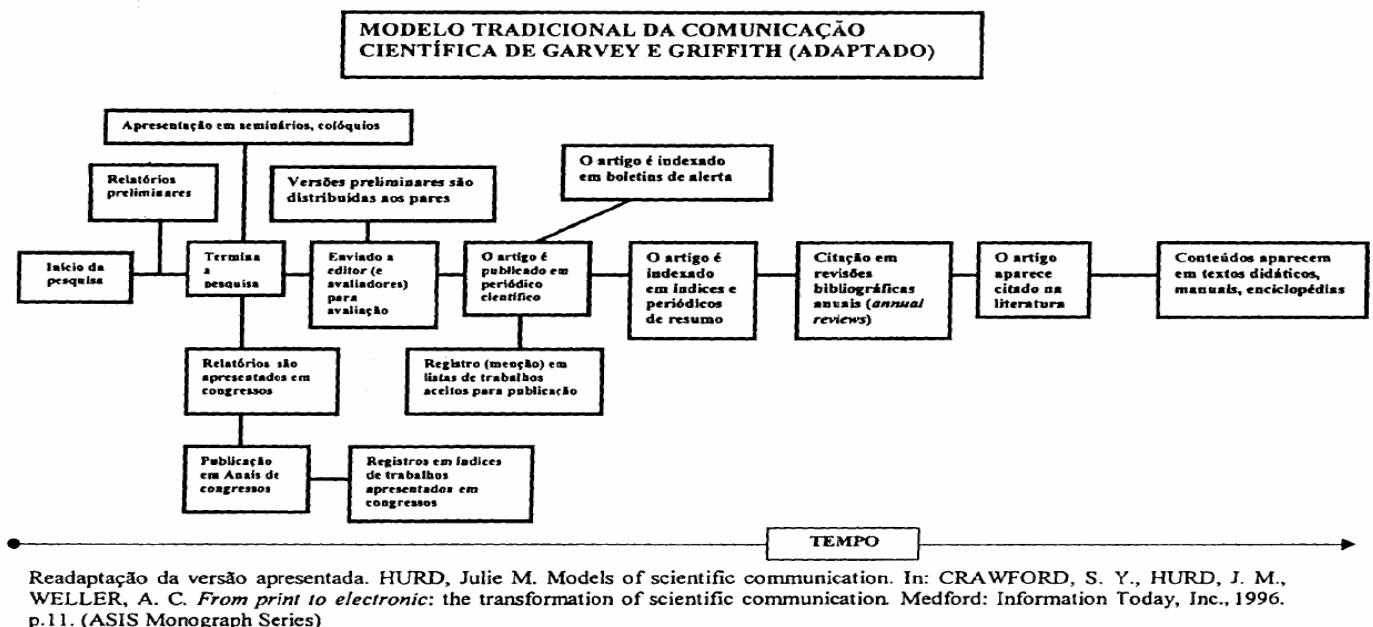


Figura 1 – Fluxo da Comunicação Científica

Os canais de comunicação formais permitem o acesso amplo, facilitam a coleta e o armazenamento, as informações são mais elaboradas (envolvem avaliação pelos pares), estão

<sup>16</sup> Os repositórios hoje têm alcance muito amplo de público e a avaliação pelo público ampliado de leitores supõe um processo de crítica e validação posterior à publicação, o que reforça o apresentado no Quadro 1.

<sup>17</sup> Hoje isto também já se modificou, pois em geral os trabalhos apresentados são disponibilizados quase em tempo real.

<sup>18</sup> A Academia.edu é uma rede social criada com o intuito de reunir pesquisadores de diversas áreas. Nela é possível reunir os principais trabalhos de pesquisa, medir o impacto de publicações e entrar em contato com professores e alunos que trabalhem temáticas semelhantes. A rede social foi criada em 2008 e possui hoje mais de um milhão de usuários cadastrados. Disponível em: <<http://www.ppgccom.ufam.edu.br/index.php/noticias/13-academia-edu>>.



normalmente no estágio mais adiantado do modelo de pesquisa e formalização de apresentação de resultados. “Enquanto os canais informais permitem bom nível de interação com o pesquisador, os canais formais tradicionais geralmente não preveem isso” (MEADOWS<sup>19</sup>, 1974 *apud* MÜELLER, 2000, p. 30).

---

<sup>19</sup> MEADOWS, A. J. **Communication in science**. London: Butterworths, 1974.

Esta representação da comunicação científica sofreu modificações por razões das implementações das novas tecnologias de informação comunicação (TIC's) e por causa dos periódicos de acesso livre (*open access*).

Quadro 1 – Elementos formais e informais da comunicação científica

Comunicação informal		Comunicação formal
Privada	<b>A V A L I A Ç Ã O</b>	Pública
Informação não - armazenada, não-recuperável.		Informação armazenada de forma permanente, recuperável.
Informação recente		Informação relativamente antiga
Informação não-comprovada		Informação comprovada
Direção do fluxo escolhida pelo produtor		Disseminação uniforme
Redundância às vezes muito importante		Redundância moderada.
Interação direta		Ausência de interação direta

Fonte: CORDEIRO, 2012, p. 40, adaptado de Le Coadic (2004, p.34)<sup>20</sup>

A temática de periódicos de acesso livre não era parte de nossa pesquisa, mas ao longo da coleta de dados do Portal de Periódicos CAPES/MEC, constatamos a razoável quantidade de periódicos disponíveis com essa política de acesso à informação. Por isso foi pertinente um ponto que abordasse os periódicos de acesso aberto. Mas antes contextualizamos o periódico científico na subseção seguinte.

### 2.2.1 Periódicos científicos

A introdução da imprensa no século XV na Europa viabilizou a comunicação científica, porque aumentou a oferta de textos impressos, textos publicados em livros, cartas e tratados, o que já se configurava uma comunicação científica impressa (KURAMOTO, 2008). A partir do século XVII a ciência moderna é legitimada com a substituição do método dedutivo para exigir as evidências baseadas na observação e na experiência empírica para comprovar a ciência (MÜELLER, 2000, p. 74).

Os caminhos estavam traçados para ciência moderna, na qual as revistas científicas possuem um papel fundamental no que Kuramoto (2008, p. 863) chama de “uma ciência

<sup>20</sup> O quadro original de Le Coadic não tem a sinalização da questão da Avaliação como condição da definição do canal formal e informal. Este aprofundamento foi feito por Cordeiro a partir da mescla das leituras do artigo de Suzana Muller.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF. 2. ed. Briquet de Lemos, 2004.

oficial, validada, identificada, verdadeiro capital científico de referência, sobre a qual se apoiam as pesquisas subsequentes”.

A história do periódico científico remete a duas questões chaves que o sustentam seus primórdios: as necessidades de comunicação entre os pesquisadores e o volume de publicações que essas comunicações produzem. O surpreendente é que o formato de periódico tradicional foi solução encontrada para resolver o problema dessa dimensão documental produzida no início da comunicação científica impressa.

Depois, a história nos mostraria que a solução, o periódico científico tradicional, se tornaria uma verdadeira "sobrecarga" documental que alcançou grande crescimento em 1850 principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos (ORTEGA, 1999).

E a preocupação continuou aumentando pós-segunda Guerra com a chamada “explosão documental”, de acordo com Bradford (1961, p. 74),

os cientistas já haviam comprovado a necessidade de encontrar uma forma de organizar a crescente massa de estudos individuais divulgados nos periódicos de associações especializadas, e em outras publicações: artigos sobre investigações originais que, por isso, constituíam a base para qualquer pesquisa posterior. Tais artigos necessitavam de catalogação tanto quanto, ou talvez mais, do que os livros, que consignam apenas um registro sumário da descoberta original, quando os pioneiros já estão muitos anos de pesquisas à frente.

Na Londres do século XVII, pequenos grupos se reuniam para discutir questões filosóficas e posteriormente foi criado a Royal Society para reuniões regulares e oficiais. Desde seu início, essa sociedade se interessou pela comunicação. Meadows (1999, p. 5) também nos conta que:

Seus fundadores haviam sido influenciados pelos trabalhos de Francis Bacon, que, no último de seus livros, descrevera as atividades possíveis de uma instituição de pesquisa. Segundo uma de suas sugestões, um dos requisitos seria que se concedesse alta prioridade à coleta e análise de informações importantes. Alguns dos membros dessa instituição deveriam passar algum tempo no estrangeiro coletando dados por intermédio de conversas e observações diretas, enquanto outros ficariam na sede, lendo e fazendo resumos da literatura publicada no mundo inteiro.

Este sistema proporcionou uma de profusão de novas ideias e pesquisas, contudo “o volume dessa correspondência logo passou a ser um ônus enorme: a solução cada vez mais óbvia seria fazer uma publicação impressa, com as cartas mais importantes, e distribuí-la” (MEADOWS, 1999, p. 6).

Paris vivia o mesmo cenário de Londres e a solução seria a mesma. Assim, em 5 de janeiro 1665, Denis de Sallo publica “o primeiro periódico que se tem notícia o *Journal de Sçvans*” (MUELLER, 2000, p. 74).

Esse padrão estabelecido para a comunicação científica baseado no periódico científico como principal meio de atestar o objeto de estudo obedece a três pilares da comunicação científica – acessibilidade, fidedignidade e disseminação (KLING<sup>21</sup>, 2004 *apud* WEITZEL, 2006, p. 1).

Todavia esse padrão foi abalado com a “crise dos periódicos científicos”, ocorrida nos meados da década de 80 nas bibliotecas americanas, mas com prenúncios desde a década de 70 (MUELLER, 2006, p. 31). As bibliotecas não tinham condições de financiar o altíssimo valor das assinaturas dos periódicos cobrado pelos editores. No Brasil, não foi diferente: antes de explodir a crise nos Estados Unidos (EUA), as bibliotecas universitárias brasileiras já passavam por dificuldades para manter suas coleções atualizadas. Contudo a crise se consolidou aqui no Brasil e América Latina depois que se instalou nos EUA.

Considerando que nenhum fato acontece de forma isolada, vale ressaltar que a crise dos periódicos deve ser situada na conjuntura econômica mundial chamada “crise do petróleo”. Após o êxito da 2ª Guerra Mundial, os EUA saíram como vencedores e em plena expansão comercial, senhores de novas tecnologias desenvolvidas naquele conflito, com influências ideológicas consolidadas e culturais veiculadas através do *american way of life*. Os anos 50 e 60 foram os “anos dourados”. Contrapondo-se a este período auspicioso, a década de 70 traria o alto custo de produção, consumo elevado, volumosos investimentos bélicos em guerras, como a do Vietnã. O estopim para todo o processo de crise que o capitalismo viveu ou ainda vivencia – de acordo com o ponto de vista de alguns teóricos das ciências sociais – foi apoio dos EUA a Israel na guerra de Yom Kippur, contra o Egito e a Síria. A consequência foi a retaliação dos países árabes produtores de petróleo pertencentes à OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Pela primeira vez o petróleo foi usado como arma. A OPEP suspendeu o fornecimento e subiu o preço do barril. O segundo choque do petróleo foi a Revolução Iraniana, pois o Irã deixou de ser aliado dos EUA e seu fornecedor de petróleo. Os desdobramentos desse segundo colapso conduziram a uma alta do valor do barril do petróleo que o preço só foi superado na crise de 2008/2009 (PIMENTEL, 2010, p. 8).

---

<sup>21</sup> KLING, Rob. The internet and unrefereed scholarly publishing. In: CRONIN, Blaise (ed.). Annual Review of Information Science and Technology, Medford, NJ, v. 38, p. 591-631, 2004.

Para nosso conhecimento é suficiente entendermos que os efeitos econômicos dessa crise desencadearam uma reação neoliberal em alguns importantes países, nos quais as privatizações de empresas estatais, a retirada brutal do Estado na implementação de políticas sociais, as reformas da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária são alguns exemplos. Enfim, essas reformas no modo de produção desestabilizaram as parcas conquistas do estado de bem estar social (PANIAGO, 2008).

A proposta de uma política de “Estado mínimo” afetou, entre outros setores, os investimentos nas universidades públicas federais e nas bibliotecas universitárias. Como consequência, as coleções de periódicos científicos ficaram desatualizadas.

A tradicional (há, pelo menos, 300 anos) forma mais eficiente de comunicação científica estava ameaçada. Os altos custos e a crise financeira dos Estados (grandes financiadores de pesquisas nos países periféricos (e também centrais) tornou imprescindível pensar em novas formas para o acesso aos periódicos ou aos artigos dos autores sem a interferência das editoras (MUELLER, 2006, p. 31). Por outro lado, essas circunstâncias negativas trouxeram oportunidades para que a comunidade científica aproveitasse o surgimento de novas tecnologias para o início do processo do que atualmente conhecemos como acesso livre, acesso aberto e *open access*.

Essa afirmação se pauta em Ortellado (2008, p.187), que elencou dois fatores que fomentavam a emergência do acesso aberto à literatura científica: a "crise dos periódicos" e o advento da *World Wide Web*.

### 2.2.2 Acesso aberto ou arquivos abertos

Discussões sobre novas formas de acesso e comunicação à informação científica tomaram forma no meio acadêmico no período da crise dos periódicos. Com a disponibilidade da tecnologia existente no final da década de 80 para 90, foi possível pensar no caminho do acesso aberto, acesso livre, *open access*, *open archives*.

As primeiras iniciativas de compartilhamento foram os “arquivos de *pré-prints*” em 1991 no México, por correio eletrônico (MÜELLER, 2006, p. 31).

Os primeiros periódicos eletrônicos surgiram na década de 1990. Os de acesso aberto criados também nesse período. Outra forma de comunicação surgida são os repositórios que armazenam anais de congresso, artigos ainda não publicados, documentos institucionais (MÜELLER, 2006, p. 31-32).

Como visto, a realidade acadêmica é que a pesquisa precisa ser financiada por

instituições governamentais ou agências de fomento públicas, sendo justo que os resultados dos estudos retornem para a sociedade que a financiou.

Kuramoto explica que (2008, p. 866):

Esse movimento [pelo acesso aberto] surgiu em função das dificuldades encontradas para se ter acesso à informação produzida pela própria comunidade científica. Em outras palavras, o trabalho publicado pelos pesquisadores nem sempre é acessível à comunidade, apesar de o mesmo ter sido financiado com recursos públicos. A ideia que dá respaldo a esses movimentos é a seguinte: todo resultado de pesquisa financiada com recursos públicos deveria estar disponível para acesso público. Nesse sentido, as agências de fomento, os governos dos países, as instituições de pesquisa e os próprios pesquisadores desempenham papel importante para que se consiga mudar o paradigma da comunicação científica tradicional. Além disso, o desenvolvimento econômico, industrial e cultural da sociedade é sustentado pelos conhecimentos científicos acumulados ao longo do tempo.

O autor ainda defende que a concentração do conhecimento produzido no hemisfério norte com custos extorsivos das assinaturas das publicações científicas, relegam os países em desenvolvimento e não desenvolvidos ao fenômeno que é denominado exclusão cognitiva (KURAMOTO, 2008, p. 866).

Frisamos que muitas das pesquisas e tecnologias desenvolvidas pelos países do hemisfério norte, Europa e Japão são realizadas em áreas dos países em desenvolvimento e não desenvolvidos e depois são patenteadas e negadas aos países de origem.

O objetivo não é modificar os cânones da comunicação – fidedignidade, acessibilidade e disseminação – nem tão pouco a avaliação por pares seria abolida.

Assim o modelo *Open Archives*, que surgiu para transformar a comunicação científica, mostra-se útil no suporte das ações de maximização do acesso à informação científica. Ou seja, tais ações não devem ser entendidas como alternativas à comunicação científica. Longe disso, o que o movimento do acesso livre ao conhecimento científico propõe é a utilização desse modelo em prol do acesso livre ao conhecimento, mantendo os mesmos fundamentos da comunicação científica tradicional. (KURAMOTO, 2008, p. 866).

No Brasil podemos citar as ações do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), que traduziu o software *Open Journal System* com o nome de SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Este software foi originalmente desenvolvido pela Universidade de British Columbia, no Canadá (WEITZEL, 2006, p. 4).

Enquanto isto, estudos demonstram que não diminui o prestígio do autor ao publicar em periódico de acesso aberto.

Diversos estudos estão sendo realizados com o propósito de comparar o fator de impacto de artigos em regime de acesso livre com relação àqueles que

não o são. Harnad e Brody (2004) indicam que a maneira de comparar o impacto do acesso livre é não comparar os fatores de impacto de publicações científicas de acesso livre com aquelas que não são de acesso livre, mas, sim, comparar o fator de impacto dos artigos que são de acesso livre com aqueles que não são de acesso livre. Ainda, segundo Harnad e Brody (2004), esses estudos começam a revelar na era do acesso livre que há surpreendentemente uma nítida diferença, em termos da frequência com que o artigo é citado: há vantagem impressionante em favor dos artigos cujos autores os tenham convertido para acesso livre. (KURAMOTO, 2008, p. 867).

Muitos dos periódicos de acesso aberto no Brasil atualmente estão disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES/MEC. Igualmente, todas as revistas disponíveis no Scielo – Scientific Electronic Library Online estão disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES/MEC. Ao realizarmos nossa pesquisa focamos no acesso de periódicos independente do formato de acesso, entretanto verificamos que boa parte dos periódicos consultados era de acesso livre.

A próxima seção adentra no campo empírico da pesquisa.

### 2.3 Campo empírico

Nosso campo empírico constituiu-se do conjunto dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Decania do Centro de Ciências da Saúde (CCS) e a Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro e utilizando como canais de acesso as fontes de informação a Plataforma Lattes, o Portal de Periódicos da CAPES/MEC, o CCN/COMUT, o SCAD/Portal da BVS e a PubMed. Todos estes objetos de análise serão descritos nas subseções a seguir.

#### 2.3.1 Programas de pós-graduação *stricto sensu* da Decania do Centro de Ciências da Saúde

O Centro de Ciências da Saúde foi criado pela reforma universitária de 1968 “e implantado em 1969 como Centro de Ciências Médicas” (CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE, 2014).

A Decania do CCS possui 24 unidades e órgãos suplementares, dentre eles escolas, institutos, núcleos e hospitais universitários, constituindo um universo que atende ao ensino, pesquisa, extensão da área de saúde e assuntos correlatos. A comunidade é “composta por cerca de 1140 professores, 8500 alunos de graduação e pós-graduação e 5180 servidores técnico-administrativos” (Centro de Ciências da Saúde, 2012). Suas atividades são

desenvolvidas em diversas sedes, localizadas nos campi Cidade Universitária – Ilha do Fundão, Praia Vermelha, centro do Rio de Janeiro e em Macaé – RJ. Quanto aos serviços de informação o CCS possui 12 bibliotecas, a Biblioteca Central e 11 bibliotecas setoriais<sup>22</sup>.

As unidades acadêmicas são constituídas pelas: Escola de Educação Física e Desportos - (EEFD); Escola de Enfermagem Anna Nery - (EEAN); Faculdade de Farmácia - (FF); Faculdade de Medicina - (FM); Faculdade de Odontologia - (FO); Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho - (IBCCF); Instituto de Biologia - (IB); Instituto de Bioquímica Médica - (IBqM); Instituto de Ciências Biomédicas - (ICB); Instituto de Estudos de Saúde Coletiva (IESC); Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes - (IMPPG); Instituto de Nutrição Josué de Castro - (INJC); Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé - (NUPEM) .

As Unidades Suplementares são compostas pelos: Hospital Escola São Francisco de Assis - (HESFA); Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - (HUCFF); Instituto de Doenças do Tórax - (IDT); Instituto de Ginecologia - (IG); Instituto de Neurologia Deolindo Couto - (INDC); Instituto de Psiquiatria - (IPUB); Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - (IPPMG); Instituto do Coração Edson Abdala Saad - (ICEAS); Maternidade Escola - (ME); Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais - (NPPN); Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde - (NUTES).

A Decania possui 29 programas pós-graduação stricto-sensu em funcionamento atualmente. Dos quais 29 são de mestrado acadêmico e 27 de doutorado.

Abaixo relacionamos o nome de todos os programas e sua filiação:

Quadro 2 - Programas de Pós-graduação Stricto-Sensu da Decania do Centro de Ciências da Saúde

1	Decania do Centro de Ciências da Saúde / Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Vegetal	Mestrado e Doutorado Biotecnologia Vegetal
2	Escola de Educação Física e Desportos / Programa de Pós-Graduação em Educação Física / PPGEF/EEFD	Mestrado em Educação Física
3	Escola de Enfermagem Anna Nery / Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem Anna Nery/UFRJ	Mestrado e Doutorado em Enfermagem
4	Faculdade de Farmácia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas	Mestrado e Doutorado em Ciências Farmacêuticas
5	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração Anatomia Patológica	Mestrado e Doutorado em Anatomia Patológica
6	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração Cardiologia	Mestrado e Doutorado em Cardiologia
7	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Ciências Cirúrgicas	Mestrado e Doutorado em Ciências Cirúrgicas
8	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração: Radiologia	Mestrado e Doutorado em Radiologia
9	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em	Mestrado e Doutorado em Clínica

<sup>22</sup> [http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=DECANOS](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=DECANOS)



	Clínica Médica	Médica
10	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Dermatologia	Mestrado e Doutorado em Dermatologia
11	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias	Mestrado e Doutorado em Doenças Infecciosas e Parasitárias
12	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Endocrinologia	Mestrado e Doutorado em Endocrinologia
13	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Ortopedia	Mestrado e Doutorado em Ortopedia
14	Faculdade de Odontologia / Programa de Pós-Graduação em Odontologia / Áreas de concentração: ortodontia, odontopediatria e periodontia.	Mestrado e Doutorado em Odontologia
15	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho / Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Biofísica	Mestrado e Doutorado em Biofísica
16	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho / Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Fisiologia	Mestrado e Doutorado em Fisiologia
17	Instituto de Biologia / Programa da Pós-Graduação em Ecologia	Mestrado e Doutorado em Ecologia
18	Instituto de Biologia / Programa da Pós-Graduação em Genética	Mestrado e Doutorado em Genética
19	Instituto de Bioquímica Médica / Programa da Pós-Graduação em Química Biológica	Mestrado e Doutorado em Química Biológica
20	Instituto de Ciências Biomédicas / Programa da Pós-Graduação em Ciências Morfológicas	Mestrado e Doutorado em Ciências Morfológicas
21	Instituto de Ciências Biomédicas / Programa da Pós-Graduação em Farmacologia e Química Medicinal	Mestrado e Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal
22	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva / Programa da Pós-Graduação em Saúde Coletiva	Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva
23	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva / Programa da Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva <sup>23</sup>	Mestrado e Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva
24	Instituto de Microbiologia Paulo de Góes – IMPPG / Programa da Pós-Graduação em Ciências – Microbiologia	Mestrado e Doutorado em Ciências – Microbiologia
25	Instituto de Psiquiatria / Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Saúde Mental - PROPSAM	Mestrado e Doutorado em Psiquiatria e Saúde Mental
26	Instituto de Nutrição Josué de Castro / Programa de Pós-Graduação em Nutrição	Mestrado em Nutrição Humana
27	Instituto de Nutrição Josué de Castro / Programa de Pós-Graduação em Nutrição	Doutorado em Ciências Nutricionais
28	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais / Programa de Pós-Graduação em Química de Produtos Naturais	Mestrado e Doutorado em Ciências
29	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde / Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências e Saúde	Mestrado e Doutorado Educação em Ciências e Saúde

<sup>23</sup> Programa em associação: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

### 2.3.2 A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde – BC/CCS

A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde é subordinada administrativamente à Decania do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tecnicamente esta função cabe ao SiBI – Sistema de Bibliotecas e Informação, responsável por integrar todas as bibliotecas à política educacional e administrativa da Universidade e dar suporte ao gerenciamento de pessoal, infraestrutura, políticas e todos os processos técnicos inerentes à biblioteca universitária.<sup>24</sup>

#### A Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde<sup>25</sup>

foi criada em 1973 com a fusão das coleções provenientes das diversas unidades transferidas para o Campus Universitário – Ilha do Fundão: Faculdade de Medicina, Instituto Biomédico, Instituto de Nutrição, Escola de Enfermagem Anna Néri, Escola de Educação Física e Desportos, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia, Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, Maternidade Escola Thompson Motta, Instituto de Ginecologia, Coleções da 3ª e 4ª Disciplinas de Clínica Médica e Pós-Graduação em Dermatologia. (BIBLIOTECA CENTRAL DO CCS, 2013).

É uma unidade de informação de referência na área de saúde para suas comunidades acadêmicas e para pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Os cursos de graduação que o Centro de Ciências da Saúde oferece são atendidos pela Biblioteca Central do CCS e por bibliotecas setoriais de algumas unidades. O acervo é de temática da área da saúde e afins, atende à bibliografia básica de todos os cursos de graduação do Centro de Ciências da Saúde, com atenção principal aos cursos que não possuem bibliotecas setoriais.

Os cursos<sup>26</sup>, a saber, são: Educação Física (bacharelado e licenciatura), Dança (bacharelado e licenciatura), Teoria da Dança, Enfermagem e Obstetrícia, Farmácia, Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Odontologia, Biofísica, Biologia (bacharelado e licenciatura), Biomedicina, Saúde Coletiva, Microimunobiologia, Nutrição, Gastronomia, Bioquímica Médica, Biotecnologia e Nanotecnologia.

Com 6.000 m<sup>2</sup> de instalações físicas, seu acervo é composto atualmente de cerca de 60.000 exemplares de livros, 2.200 exemplares de obras raras, 4.335 títulos de periódicos, 569.000 fascículos de periódicos e 30.000 exemplares de teses. Atende aproximadamente

---

<sup>24</sup> Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **SiBI**: institucional. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/coordenacao.html>.> Acesso em: 01 out. 2011.

<sup>25</sup> Fonte: <<http://acd.ufrj.br/bibccs/>>

<sup>26</sup> Fonte: <<http://www.ccs.ufrj.br/index.php/ensino-menu/grad-menu/cursos-menu>>

5.000 usuários por ano (e estamos contabilizando apenas os usuários presenciais) e possui vinte e oito funcionários concursados e seis funcionários terceirizados, dentre os funcionários 16 bibliotecários (UNIVERSIDADE, 2012).

### 2.3.3 Fontes de informações

- Portal de Periódicos da CAPES/MEC

O Portal de Periódicos da CAPES/MEC é uma coleção de bases de dados referenciais e de texto integral de periódicos estrangeiros e nacionais de renomadas editoras cujo acervo virtual está disponível para as instituições de ensino superior como uma política pública de fomento à pesquisa acadêmico-científica que visou reduzir o custo do acesso à informação científica em todo território nacional. Seu acervo possui “mais de 37 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual” (PORTAL DE PERIÓDICOS, 2013).

O Portal Capes passou a centralizar e otimizar a aquisição desse tipo de conteúdo por meio da negociação direta com editores internacionais. Foi inaugurado em novembro de 2000 com metas de facilitar e democratizar o acesso à informação científica internacional aos pesquisadores de todo o país, manter informações atualizadas, assim como divulgar a produção nacional com o objetivo de ser reconhecida internacionalmente. Intentou, assim, promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil por meio “da democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível” (PORTAL DE PERIÓDICOS, 2013).

Os objetivos das ações promovidas pela Capes por meio do Portal de Periódicos são:

“A promoção do acesso irrestrito do conteúdo do Portal de Periódicos pelos usuários e o compartilhamento das pesquisas brasileiras em nível internacional; a capacitação do público usuário – professores, pesquisadores, alunos e funcionários – na utilização do acervo para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; o desenvolvimento e a diversificação do conteúdo do Portal pela aquisição de novos títulos, bases de dados e outros tipos de documentos, tendo em vista os interesses da comunidade acadêmica brasileira; a ampliação do número de instituições usuárias do Portal de Periódicos, segundo os critérios de excelência acadêmica e de pesquisa definidos pela Capes e pelo Ministério da Educação”. (PORTAL DE PERIÓDICOS, 2013).

- Plataforma Lattes

A Plataforma Lattes é uma base de dados de *curricula vitae* pública, tanto no que se refere ao ingresso quanto à recuperação das informações através da Internet. Representa a experiência do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) na integração de bases de dados de currículos, de grupos de pesquisa e de instituições em um único sistema de informações.

É uma ferramenta de gestão e planejamento para instituições de ensino e pesquisa e objeto de formulação de políticas públicas da área de ciência, tecnologia e inovação, uma vez que permite agregar em uma única fonte informações estratégicas sobre o andamento da pesquisa no país além de estimular visibilidade aos pesquisadores.

#### O Currículo Lattes

se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (PLATAFORMA LATTES, 2013)

O nome da Plataforma foi uma homenagem a um dos maiores cientistas brasileiro, o físico Césare Mansueto Giulio Lattes, mais conhecido como César Lattes, tornou-se um ícone na produção científica mundial e um símbolo, para o Brasil, que serviu de inspiração e estímulo para as gerações seguintes. Suas contribuições para Ciência brasileira foram entre 1945 e 1959. Em 1946 criou o CBPF (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas), atuou na USP e na UNICAMP (PLATAFORMA LATTES, 2013).

- Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN

O CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas) é um catálogo online de acesso público que reúne informações sobre as coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nas bibliotecas brasileiras. As bibliotecas participantes da rede atuam de maneira cooperativa sob a coordenação do IBICT. (IBICT, 2013).

Seus objetivos são:

Difundir, identificar e localizar publicações seriadas existentes no país; estabelecer políticas de aquisição de coleções; padronizar a entrada dos títulos conforme critérios internacionais; promover o intercâmbio entre bibliotecas,

por meio do COMUT; incluir dados de publicações seriadas, nacionais e estrangeiras, e suas respectivas coleções que compõem os acervos das bibliotecas participantes da Rede CCN. Cada registro contém os dados do título, siglas das bibliotecas e os dados de coleções. (IBICT, 2013).

- Programa de comutação bibliográfica – COMUT

O Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) é um serviço de obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis em bibliotecas brasileiras participantes do projeto e em serviços de informações internacionais (IBICT, 2013).

O Comut disponibiliza acesso físico e digital a artigos de periódicos, teses e dissertações, publicações de congressos nacionais e internacionais, relatórios técnicos e capítulos de livros.

O programa é um conjunto de ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por intermédio do IBICT e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Secretaria de Ensino Superior (Sesu). (IBICT, 2013).

- Portal de pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde – Portal da BVS<sup>27</sup>

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é uma fonte de informação imprescindível para a comunidade acadêmica da área de saúde e afins, uma vez que se consolidou como estratégia da Organização Pan-americana da Saúde – OPAS de cooperação técnica em informação científica em saúde na América Latina e Caribe, e está integrada por sistemas nacionais que operam redes de bibliotecas e centros de documentação em ciências da saúde. A BVS é resultado da evolução conduzida pelo Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) desde o seu marco operacional em 1967, mantendo até os dias de hoje a cooperação técnica em informação em ciências da saúde com os países da região.

Os países participantes são:

Angola, Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Guatemala, Guiana, Guiné-Bissau, Honduras, México,

---

<sup>27</sup> Informações disponíveis nos sites: <http://www.bireme.br/php/index.php>, <http://www.paho.org/bireme/>, <http://brasil.bvs.br/> e <http://www.bireme.br/local/Site/bireme/P/descricao.htm>.

Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela.

#### A Organização Pan-americana da Saúde – OPAS

é a mais antiga agência internacional de saúde pública fundada em 1902. Disponibiliza cooperação técnica e mobiliza parcerias em prol da saúde e da qualidade de vida dos países das Américas. Serve como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em conjunto com a OMS é membro da Organização das Nações Unidas (ONU). (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2014, tradução nossa).

O objetivo do sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde é cooperar com o desenvolvimento da pesquisa, educação e atenção em saúde na América Latina e Caribe e oferecer às comunidades de profissionais da saúde informações científico-técnica produzidas no âmbito nacional e internacional.

- Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos – SCAD<sup>28</sup>

O SCAD é um serviço de comutação bibliográfica da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), coordenado pela BIREME e mantido pelo conjunto das bibliotecas cooperantes da Rede BVS. (SCAD, 2013).

É um serviço que promove o acesso aos documentos na íntegra da área da saúde para fins exclusivamente acadêmicos e de pesquisa, respeitando a legislação de direitos autorais. O serviço, pago, está acessível em unidades de informações participantes da Rede BVS.

- PubMed<sup>29</sup>

É uma base de dados referencial com 24 milhões de citações de literatura da área de saúde e áreas correlatas. Pode remeter para textos completos, se for de acesso livre. (PUBMED, 2013).

Se o periódico estiver disponível em texto integral, remete para o Portal de Periódicos CAPES/MEC. O acesso vai depender do tipo de modalidade do usuário, da rede que o usuário acessa no momento ou se o periódico é publicação de acesso livre.

<sup>28</sup> Informações disponíveis no site: <http://scad.bvs.br/php/index.php>

<sup>29</sup> <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>

O PubMed foi um sistema desenvolvido pelo National Center for Biotechnology Information, NCBI (em português: Centro Nacional para a Informação Biotecnológica) e mantido pela MEDLINE – National Library of Medicine (em português: Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos da América) usando o tesouro de *Medical Subject Headings*.

#### 2.4 Aspectos pragmáticos da pesquisa

Antes de explicarmos o processo para atingirmos os objetivos específicos, é importante ressaltar algumas dificuldades encontradas que influenciaram as decisões tomadas ao longo da pesquisa.

A Biblioteca Central do CCS é o depósito legal das teses e dissertações dos cursos de pós-graduação seguintes:

1	Decania do Centro de Ciências da Saúde / Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Vegetal	Mestrado e Doutorado Biotecnologia Vegetal
2	Escola de Educação Física e Desportos / Programa de Pós-Graduação em Educação Física / PPGEF/EEFD	Mestrado em Educação Física
3	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração Anatomia Patológica	Mestrado e Doutorado em Anatomia Patológica
4	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração Cardiologia	Mestrado e Doutorado em Cardiologia
5	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Ciências Cirúrgicas	Mestrado e Doutorado em Ciências Cirúrgicas
6	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Medicina / Área de concentração: Radiologia	Mestrado e Doutorado em Radiologia
7	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Clínica Médica	Mestrado e Doutorado em Clínica Médica
8	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Dermatologia	Mestrado e Doutorado em Dermatologia
9	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias	Mestrado e Doutorado em Doenças Infecciosas e Parasitárias
10	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Endocrinologia	Mestrado e Doutorado em Endocrinologia
11	Faculdade de Medicina / Programa de Pós-Graduação em Ortopedia	Mestrado e Doutorado em Ortopedia
12	Faculdade de Odontologia / Programa de Pós-Graduação em Odontologia / Áreas de concentração: ortodontia, odontopediatria e periodontia.	Mestrado e Doutorado em Odontologia
13	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho / Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Biofísica	Mestrado e Doutorado em Biofísica
14	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho / Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Fisiologia	Mestrado e Doutorado em Fisiologia
15	Instituto de Biologia / Programa da Pós-Graduação em Ecologia	Mestrado e Doutorado em Ecologia
16	Instituto de Biologia / Programa da Pós-Graduação em Genética	Mestrado e Doutorado em Genética
17	Instituto de Bioquímica Médica / Programa da Pós-Graduação em Química Biológica	Mestrado e Doutorado em Química Biológica
18	Instituto de Ciências Biomédicas / Programa da Pós-Graduação em Ciências Morfológicas	Mestrado e Doutorado em Ciências Morfológicas

19	Instituto de Ciências Biomédicas / Programa da Pós-Graduação em Farmacologia e Química Medicinal	Mestrado e Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal
20	Instituto de Nutrição Josué de Castro / Programa de Pós-Graduação em Nutrição	Mestrado em Nutrição Humana
21	Instituto de Nutrição Josué de Castro / Programa de Pós-Graduação em Nutrição	Doutorado em Ciências Nutricionais
22	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais / Programa de Pós-Graduação em Química de Produtos Naturais	Mestrado e Doutorado em Ciências

Portanto, sete dos vinte e nove (29) cursos não têm na BC/CCS sua biblioteca depositária. A responsabilidade da entrega da tese ou dissertação junto com CD-ROM para ser disponibilizado no catálogo online do acervo da biblioteca, a Base Minerva, é da secretaria de cada curso de pós-graduação. Contudo esse procedimento não é devidamente realizado como uma rotina de encaminhamento e depósito legal das teses e dissertações, que poderia ser anual ou automática (a cada defesa, o respectivo depósito na biblioteca). Note-se que o hábito dos setores educacionais trabalharem com o formato papel também ainda é um óbice. O encaminhamento poderia ser no formato pdf...

A chefia da biblioteca nas reuniões com a Decania e representantes dos cursos já se posicionou formalmente sobre a questão e registrou em documento o problema. Alguns cursos chegaram a entregar dissertações e teses defendidas em 2010 no início de 2014.

Outro ponto relevante são os autores das dissertações e teses que solicitam que seus trabalhos não sejam incluídos no catálogo antes de um período, em média, de um ano, para proteção do direito de prioridade, de patente, direitos autorais e confidencialidade, o que é acatado pela biblioteca pelo período solicitado pelos autores.

Ao decidirmos trabalharmos com as dissertações e teses do acervo da biblioteca do Central do CCS, o recorte temporal que parecia mais apropriado seria analisar as dissertações e teses mais atuais, que seriam as de 2013, entretanto, ao consultarmos a bibliotecária da Seção de Teses e Dissertações da biblioteca, fomos informados da conjuntura apresentada acima.

Em razão disso, as teses e dissertações são incluídas no acervo no ano seguinte para esperar as secretarias dos cursos enviarem o máximo possível de publicações e atender o tempo de reserva de direitos solicitado pelos autores. Assim a primeira decisão tomada foi mudar nosso ano de publicações analisadas de 2013 para 2012, o que, reconhecemos, não foi o ideal. Não teríamos o material mais atualizado possível.

Outra dificuldade encontrada foi o catálogo online da UFRJ, a Base Minerva, que ficou inoperante, de 26 de março de 2014 até 30 de julho de 2014, por avaria grave no



equipamento servidor. Nos primeiros dias de agosto, quando finalizamos nossa dissertação ele ainda se encontrava instável, saindo do ar por alguns turnos...

O acervo impresso de periódicos da BC/CCS/UFRJ está inacessível por causa das obras na seção de periódicos desde setembro de 2012, sendo disponível somente o serviço de solicitação de COMUT e SCAD a outras bibliotecas.

Diante destes percalços e contratempos, para atender os objetivos específicos dessa dissertação realizamos as seguintes etapas:

- a) Identificar a comunidade discente egressa de 2012 dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de todos os cursos filiados à Decania do Centro de Ciências da Saúde;

Consultamos o *site* de todos os programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Decania do Centro de Ciências da Saúde para identificar os alunos que defenderam suas dissertações e teses em 2012;

Pesquisamos na Plataforma Lattes o Currículo Lattes de cada discente para identificar o título de sua dissertação ou tese, pois nem sempre o *site* de cada curso continha todas as informações de forma completa. A Plataforma Lattes foi uma fonte de confirmação de informação sobre título e ano de defesa;

Consultamos os nomes dos alunos que não possuem currículo Lattes no Espaço SIGMA<sup>30</sup> da UFRJ;

Quadro 3 – Total de mestres e doutores do ano de 2012 dos cursos de mestrado e doutorado vinculados à decania do CCS/UFRJ

	Institutos	Cursos	M	D
1	Decania Centro de Ciências da Saúde	Biotecnologia Vegetal	5	5
2	Escola de Educação Física e Desportos	Educação Física	11	0
3	Escola de Enfermagem Anna Nery	Enfermagem	41	23
4	Faculdade de Farmácia	Ciências Farmacêuticas	13	2
5	Faculdade de Medicina	Anatomia Patológica	4	0
6	Faculdade de Medicina	Cardiologia	10	3
7	Faculdade de Medicina	Ciências Cirúrgicas	12	2
8	Faculdade de Medicina	Clínica Médica	38	23
9	Faculdade de Medicina	Dermatologia	0	0
10	Faculdade de Medicina	Doenças Infecciosas e Parasitárias	10	4
11	Faculdade de Medicina	Endocrinologia	12	3
12	Faculdade de Medicina	Ortopedia	0	0
13	Faculdade de Medicina	Radiologia	8	8
14	Faculdade de Odontologia	Odontologia	10	6
15	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	Biofísica	27	13
16	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho	Fisiologia	12	13
17	Instituto de Biologia	Ecologia	0	0
18	Instituto de Biologia	Genética	0	0
19	Instituto de Bioquímica Médica	Química Biológica	29	21
20	Instituto de Ciências Biomédicas	Ciências Morfológicas	13	9

<sup>30</sup> **EspaçoSIGMA**, o ambiente virtual de representação integrada das atividades-fim da UFRJ. No EspaçoSIGMA são registrados, consolidados e divulgados informações e dados concernentes às atividades-fim de natureza científica, técnica, artística e cultural.

21	Instituto de Ciências Biomédicas	Farmacologia e Química Medicinal	13	6
22	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva	Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	13	0
23	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva	Saúde Coletiva	18	7
24	Instituto de Microbiologia Paulo de Góes	Ciências – Microbiologia	28	20
25	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais	Química de Produtos Naturais	15	7
26	Instituto de Psiquiatria	Psiquiatria e Saúde Mental	13	7
27	Instituto Nutrição Josué de Castro	Ciências Nutricionais	0	7
28	Instituto Nutrição Josué de Castro	Nutrição Humana	12	0
29	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde	Educação em Ciências e Saúde	14	2
		Totais	381	191
		Percentual para amostragem	67	33

Legenda em cores do quadro 3:

- Cursos que possuem biblioteca própria.
- Mestres ou doutores não localizados pelos sites dos Programas de Pós-Graduação do CCS/UFRJ.
- Cursos que oferecem somente mestrado ou doutorado.

- b) Estabelecer uma amostra das dissertações e teses defendidas em 2012 dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atendidos pela BC/CCS/UFRJ;

Nossa intenção inicial era analisarmos todas as dissertações e teses dos alunos egressos de todos os cursos filiados à Decania do CCS no ano de 2012, independente da BC/CCS possuir função de depósito legal para um dado curso dentre os 29.

Estávamos coletando boa parte das teses e dissertações de mestres e doutores egressos que estavam disponíveis para *download*, quando a Base Minerva saiu do ar, por isso decidimos descartar todas as teses que não faziam parte do acervo da BC/CCS, uma vez que não sabíamos os critérios de cada biblioteca para inclusão deste material nos respectivos acervos e teríamos que ter acesso ao acervo físico de teses e dissertações em cada biblioteca, o que era impossível em um período de paralisação dos serviços por motivo de greve<sup>31</sup>.

Em função deste fato, estabelecemos uma amostra que foi definida através de uma fórmula por um estatístico<sup>32</sup>. A fórmula para definição da amostra elaborada pelo estatístico foi a seguinte:

**Figura 2** - Fórmula utilizada para cálculo da amostra quantitativa de teses e dissertações defendidas por alunos de mestrado e doutorado egressos em 2012 a ser analisada.

$$n = \frac{z_{\alpha/2}^2 NP(1-P)}{\varepsilon^2 (N-1) + z_{\alpha/2}^2 P(1-P)}$$

Parâmetros utilizados:  
 $z = 1,96$  nível de confiança de 95%  
 $N = 572$  total populacional  
 $p = 0,50$   
 Proporção populacional assumida para fins de maximização do tamanho da amostra  
 $e = 0,05$  margem de erro  
 $n = 230$  amostra estimada  
 Desses, 67% deverão ser de mestrado e 33% de doutorado.

<sup>31</sup> A greve dos servidores técnico-administrativos da UFRJ iniciou-se em 20/03/2014 e terminou em 02/07/2014.

<sup>32</sup> Agradecemos a Felipe Costa de Deus que gentilmente elaborou a fórmula e calculou as amostras para cada curso.

Assim nossa tabela ficou constituída conforme adiante:

Quadro 4 – Amostra das dissertações e teses definida pela fórmula

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Decania do Centro de Ciências da Saúde					
Programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Centro de Ciências da Saúde - Ano base 2012					
	Cursos	M	M(A)	D	D (A)
1	Decania Centro de Ciências da Saúde_Biotecnologia Vegetal	5	2	5	2
2	Escola de Educação Física e Desportos_Educação Física	11	4	0	0
3	Escola de Enfermagem Anna Nery_Enfermagem	41	17	23	9
4	Faculdade de Farmácia_Ciências Farmacêuticas	13	5	2	1
5	Faculdade de Medicina_Anatomia Patológica	4	2	0	0
6	Faculdade de Medicina_Cardiologia	10	4	3	1
7	Faculdade de Medicina_Ciências Cirúrgicas	12	5	2	1
8	Faculdade de Medicina_Clínica Médica	38	15	23	9
9	Faculdade de Medicina_Dermatologia	0	0	0	0
10	Faculdade de Medicina_Doenças Infecciosas e Parasitárias	10	4	4	2
11	Faculdade de Medicina_Endocrinologia	12	5	3	1
12	Faculdade de Medicina_Ortopedia	0	0	0	0
13	Faculdade de Medicina_Radiologia	8	3	8	3
14	Faculdade de Odontologia_Odontologia	10	4	6	2
15	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho_Biofísica	27	11	13	5
16	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho_Fisiologia	12	5	13	5
17	Instituto de Biologia_Ecologia	0	0	0	0
18	Instituto de Biologia_Genética	0	0	0	0
19	Instituto de Bioquímica Médica_Química Biológica	29	12	21	8
20	Instituto de Ciências Biomédicas_Ciências Morfológicas	13	5	9	4
21	Instituto de Ciências Biomédicas_Farmacologia e Química Medicinal	13	5	6	2
22	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva_Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	13	5	0	0
23	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva_Saúde Coletiva	18	7	7	3
24	Instituto de Microbiologia Paulo de Góes_Ciências – Microbiologia	28	11	20	8
25	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais_Química de Produtos Naturais	15	6	7	3
26	Instituto de Psiquiatria_Psiquiatria e Saúde Mental	13	5	7	3
27	Instituto Nutrição Josué de Castro_Ciências Nutricionais	0	0	7	3
28	Instituto Nutrição Josué de Castro_Nutrição Humana	12	5	0	0
29	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde_Educação em Ciências e Saúde	14	6	2	1
	Totais	381	154	191	76

Legenda em cores do quadro 3:

- Cursos que possuem biblioteca própria.
- Dissertações e teses não localizadas.
- Cursos que tem somente curso de mestrado ou doutorado.

Legenda de letras

M - Mestrado

D - Doutorado

M(A) Amostra Mestrado

D(A) Amostra Doutorado

Uma vez estabelecida a amostra, selecionamos preferencialmente as dissertações e teses que disponibilizaram os CDs-ROM's junto aos exemplares impressos. Em todo o processo fomos auxiliados pela bibliotecária da seção de teses e dissertações<sup>33</sup>. A finalidade

<sup>33</sup> Agradecemos a Cíntia Afonso pelo auxílio nesse momento.

dessa seleção foi manejar a análise das citações de forma mais fácil no momento de copiar os dados das referências para as planilhas que serão demonstradas no item seguinte.

Do quadro apresentado abaixo, descartamos os cursos de Enfermagem, Ciências Farmacêuticas, Bioética e Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Saúde Coletiva, Ciências – Microbiologia, Psiquiatria e Saúde Mental e Educação em Ciências e Saúde porque possuem bibliotecas próprias para depósito legal de suas teses e dissertações. Dos 22 cursos restantes, não localizamos teses e dissertações dos cursos de Dermatologia, Ortopedia, Ecologia e Genética, porque não identificamos os egressos de 2012.

Quadro 5 – Primeira seleção de cursos para análise de citações das dissertações e teses

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Decania do Centro de Ciências da Saúde					
Programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Centro de Ciências da Saúde - Ano base 2012					
	Cursos	M	M(A)	D	D (A)
1	Decania Centro de Ciências da Saúde_Biotecnologia Vegetal	5	2	5	2
2	Escola de Educação Física e Desportos_Educação Física	11	4	0	0
3	Escola de Enfermagem Anna Nery_Enfermagem	41	17	23	9
4	Faculdade de Farmácia_Ciências Farmacêuticas	13	5	2	1
5	Faculdade de Medicina_Anatomia Patológica	4	2	0	0
6	Faculdade de Medicina_Cardiologia	10	4	3	1
7	Faculdade de Medicina_Ciências Cirúrgicas	12	5	2	1
8	Faculdade de Medicina_Clínica Médica	38	15	23	9
9	Faculdade de Medicina_Dermatologia	0	0	0	0
10	Faculdade de Medicina_Doenças Infecciosas e Parasitárias	10	4	4	2
11	Faculdade de Medicina_Endocrinologia	12	5	3	1
12	Faculdade de Medicina_Ortopedia	0	0	0	0
13	Faculdade de Medicina_Radiologia	8	3	8	3
14	Faculdade de Odontologia_Odontologia	10	4	6	2
15	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho_Biofísica	27	11	13	5
16	Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho_Fisiologia	12	5	13	5
17	Instituto de Biologia_Ecologia	0	0	0	0
18	Instituto de Biologia_Genética	0	0	0	0
19	Instituto de Bioquímica Médica_Química Biológica	29	12	21	8
20	Instituto de Ciências Biomédicas_Ciências Morfológicas	13	5	9	4
21	Instituto de Ciências Biomédicas_Farmacologia e Química Medicinal	13	5	6	2
22	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva_Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva	13	5	0	0
23	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva_Saúde Coletiva	18	7	7	3
24	Instituto de Microbiologia Paulo de Góes_Ciências – Microbiologia	28	11	20	8
25	Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais_Química de Produtos Naturais	15	6	7	3
26	Instituto de Psiquiatria_Psiquiatria e Saúde Mental	13	5	7	3
27	Instituto Nutrição Josué de Castro_Ciências Nutricionais	0	0	7	3
28	Instituto Nutrição Josué de Castro_Nutrição Humana	12	5	0	0
29	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde_Educação em Ciências e Saúde	14	6	2	1
	Totais	381	154	191	76

Primeira exclusão de cursos para análise.

Cursos mantidos após primeira exclusão

Dos 29 cursos, portanto, nos sobravam 18 cursos. O prazo da dissertação acabava. Escolhemos aleatoriamente nove cursos (50%) dos cursos atendidos pela BC/CCS com dissertações depositadas que nos permitiram acesso para realizarmos nossa pesquisa nas referências bibliográficas das teses e dissertações.

Quadro 6 – Seleção de cursos para análise de citações - dissertações e teses

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Decania do Centro de Ciências da Saúde					
Programas de Pós-graduação Stricto Sensu do Centro de Ciências da Saúde - Ano base 2012					
	Cursos	M	M(A)	D	D (A)
1	Biotecnologia Vegetal	5	2	5	2
2	Educação Física	11	4	0	0
5	Anatomia Patológica	4	2	0	0
6	Cardiologia	10	4	3	1
7	Ciências Cirúrgicas	12	5	2	1
8	Clínica Médica	38	15	23	9
10	Doenças Infecciosas e Parasitárias	10	4	4	2
11	Endocrinologia	12	5	3	1
13	Radiologia	8	3	8	3
14	Odontologia	10	4	6	2
15	Biofísica	27	11	13	5
16	Fisiologia	12	5	13	5
19	Química Biológica	29	12	21	8
20	Ciências Morfológicas	13	5	9	4
21	Farmacologia e Química Medicinal	13	5	6	2
25	Química de Produtos Naturais	15	6	7	3
27	Ciências Nutricionais	0	0	7	3
28	Nutrição Humana	12	5	0	0
	Totais	241	97	130	51

A amostra informava que deveríamos coletar 154 dissertações, mas diminuídas as 56 dissertações dos cursos com bibliotecas próprias, teríamos 98 dissertações, contudo localizamos 94 dissertações com CDs-ROMs disponíveis. Apesar de identificarmos as referências, não localizamos nenhuma dissertação do mestrado em Nutrição Humana. Quanto ao doutorado, 76 teses contabilizavam a amostra, cortadas as 25 teses dos cursos excluídos, teríamos 51 teses de doutorado. Não identificamos referências de teses do curso de Anatomia Patológica. Não localizamos uma tese do curso Química de Produtos Naturais e 1 tese do curso de Endocrinologia. No total encontramos 49 teses.

- c) Identificar os títulos e fascículos dos periódicos citados nas listas de referências da amostra das dissertações e teses dos egressos do ano de 2012;

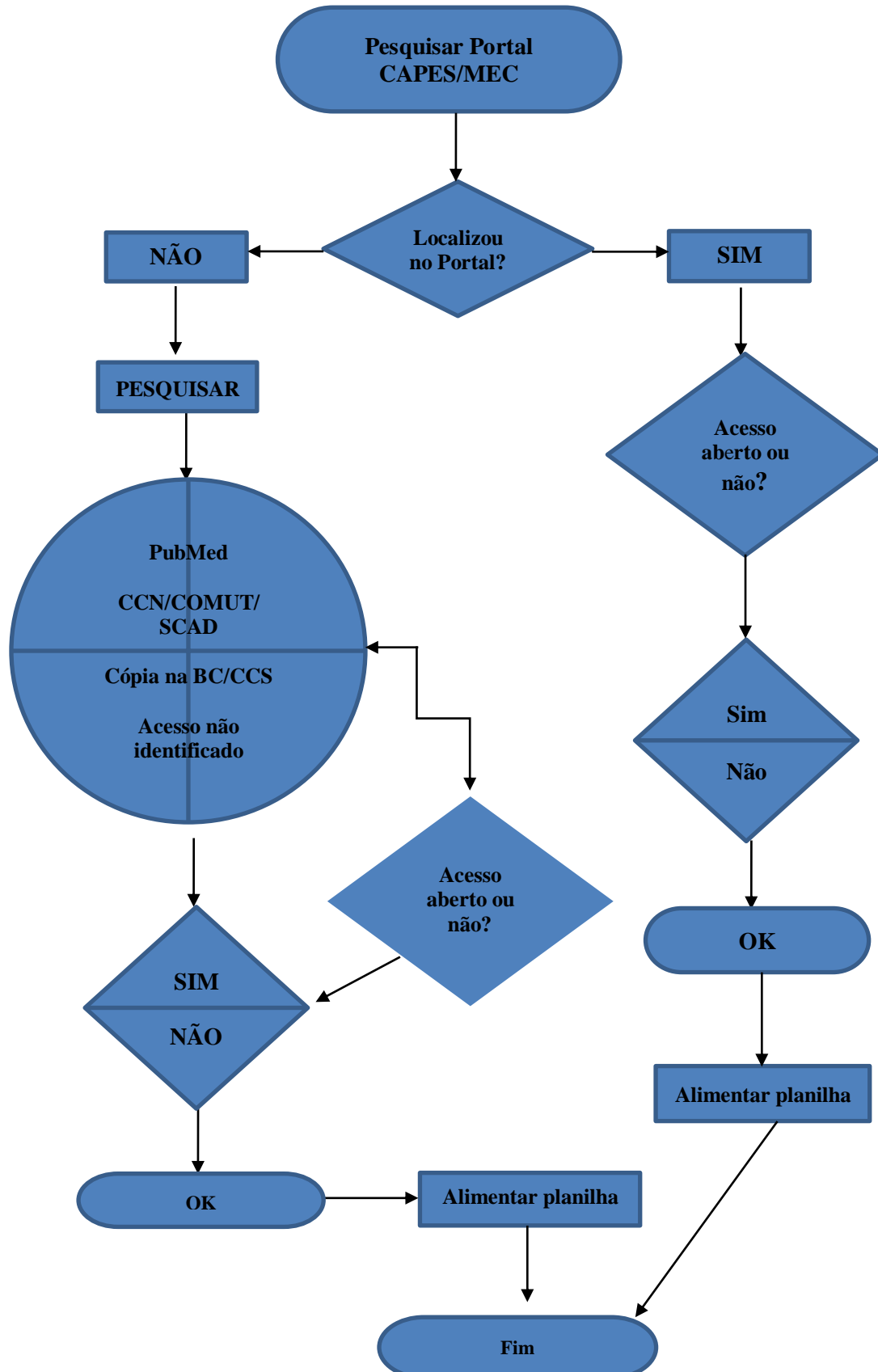
Quadro 7: Quantidade de teses e dissertações manuseadas

	Cursos	M (A)	D (A)
1	Biotecnologia Vegetal	2	2
2	Educação Física	4	0
5	Anatomia Patológica	2	0
6	Cardiologia	4	1
7	Ciências Cirúrgicas	5	1
8	Clínica Médica	15	9
21	Farmacologia e Química Medicinal	5	2
25	Química de Produtos Naturais	6	3
27	Ciências Nutricionais	0	3
	Totais	43	20



Com a finalidade da clareza do processo elaboramos um fluxograma com as ações executadas nessa etapa:

Figura 3 – Fluxograma do processo de análise de citações dos periódicos





- e) Estabelecer os percentuais de usos possíveis da coleção virtual dos Periódicos CAPES/MEC da coleção impressa da BC/CCS/UFRJ e das demais fontes de acesso através da amostra de usuários coletadas.

Nesta fase foram calculados os percentuais de recuperação nas diferentes fontes, que constituem nos resultados dessa dissertação, que serão mostrados na seção 4.

### 3 MARCO TEÓRICO: Aspectos conceituais sobre estudos de usuários, comportamento informacional, serviços de referência e mediação da informação.

As relações conceituais dos estudos de usuários, comportamento informacional, serviços de referência e mediação da informação na Ciência da Informação serão abordado na seção seguinte.

#### 3.1 Usuários de informação

Uma visão simplificada poderia, grosso modo, dizer que usuários de bibliotecas são leitores somente de informação registrada. Leitor, segundo Fonseca (1992, p. 75) vem do verbo latino *legere* com a dupla significação de “percorrer com a vista e interpretar o que está escrito”, tanto quanto de “recitar, prelecionar e lecionar”.

Essa palavra está sobremodo intrínseca ao livro: o leitor nasceu do livro. Era considerado um efeito do livro (CERTEAU<sup>34</sup>, 1982 *apud* CHARTIER, 1998, p. 14).

Em uma correspondência de gênero e espécie, na qual leitor é gênero e usuário é espécie, a citação abaixo explica como os serviços aos usuários são mais abrangentes, mas o leitor tem sua posição superior mantida.

Com referência a uma biblioteca, entendemos que os usuários são aqueles que utilizam habitualmente um ou mais de seus serviços. Entretanto, o termo *usuário*, de sentido lato, não se identifica em sua equivalência, com a palavra *leitor*. Entre ambos, parece-nos que existe uma relação de gênero e espécie. Usuário, de acordo com este critério, seria a pessoa que faz um aproveitamento intensivo, ativo e assíduo, não só do serviço de leitura, mas também de outros que as bibliotecas proporcionam, como o de fotocópia, bibliografias especializadas, traduções, resumos analíticos etc. O leitor, em troca, é o que somente se utiliza do livro – regular ou esporadicamente – seja na mesma biblioteca, isto é *in situ*, ou fora dela, por meio do empréstimo domiciliar. (...) Em síntese, no campo da informação, poderíamos afirmar com propriedade que todo leitor é, só por este fato, um usuário, mas a recíproca nem sempre é exata, pois às vezes o usuário dispensa o serviço específico de leitura para servir-se de outros. (BUONOCORE, 1976, p. 9).

Entretanto as possibilidades dos serviços que uma biblioteca ou uma unidade de informação pode oferecer ao seu usuário são superiores àquelas que se disponibiliza ao leitor. Visto que acreditamos que a palavra usuário é mais abrangente e inclusiva do que leitor – aquele que se utiliza do livro e sabe ler – porque crianças não alfabetizadas, adultos não

---

<sup>34</sup> CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, I* (“Arts de faire”). Paris: Gallimard, 1980.

alfabetizados ou cegos (não leitores) podem ser usuário dos serviços de uma biblioteca ou unidade de informação, inda que não sejam leitores contumazes.

Existem vários sentidos para usuários, isto explica porque é uma palavra utilizada em várias áreas do conhecimento, dentre elas saúde, arquivologia, administração, tecnologia da informação e comunicação para definir o beneficiário daquele rol de estudos, políticas, experimentos que seja objeto.

Sem considerar a polissemia que a palavra usuário carrega, a função do usuário vai depender do papel que estiver exercendo em um processo de busca de informação.

Usuário em dicionário especializado é a

1. ARQ pessoa que consulta os documentos de um arquivo. Erroneamente denominado leitor; 2. BIB pessoa que utiliza os serviços da biblioteca no próprio local ou por meio da retirada de documentos por empréstimo, ou pela solicitação, entre outros serviços, de buscas bibliográficas e pesquisas sobre temas especializados; parte interessada, utente (POR) cliente, leitor. 3. Pessoa que se relaciona com a informação através dos diversos canais de acesso a esta informação. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 373).

Ele é o elemento imprescindível de uma unidade de informação, todas as atividades, serviços e políticas devem ser elaboradas com foco no usuário.

O usuário abordado nessa seção é o chamado “usuário real ou ativo” que segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 373) é com “o qual a unidade de informação já estabeleceu contato por meio de seus produtos e/ou serviços informacionais”.

O conceito de usuário é carregado de ambiguidade. Para alguns aparece no final da cadeia documental, quando solicita um serviço à biblioteca. Para os serviços de bases de dados, o usuário é a pessoa que interroga estas bases de dados, que se confunde em muitos casos com o especialista de informação que trabalha em uma unidade de informação; Alguns veem o usuário como cliente dos serviços de informação e como produtor de informação. Outros integram o usuário ao sistema de informação, como produtor e cliente e como agente de certos tipos de comunicação (CLAIRE; MENO, 1994, p. 480).

Em geral o usuário interage com a unidade de informação como contribuinte e beneficiário. Claire e Menou (1994, p. 482) afirmam que ele é contribuinte quando é responsável pela atribuição de recursos ou membro do conselho de direção da unidade e é beneficiário quando é a base de orientação para a concepção das políticas da unidade de informação. O usuário intervém na maioria das operações da cadeia documental e é um ser

ativo nesse processo que é dinâmico, infinito e com papéis interligados o tempo todo. A qualquer momento eles podem ser trocados e readaptados.

Segundo ainda Claire e Menou (1994, p. 482), o usuário fim – aquele que solicita serviço à unidade de informação – para alguns aparece apenas no fim da cadeia documental, é atendido pelo usuário "especialista", que poderia ser melhor designado como intermediário ou mediador (bibliotecário, documentalista e profissional da informação). Nada é definido e engessado como o círculo que o representa abaixo. E podemos inferir que todos são produtores de informação e propagadores de alguma forma.

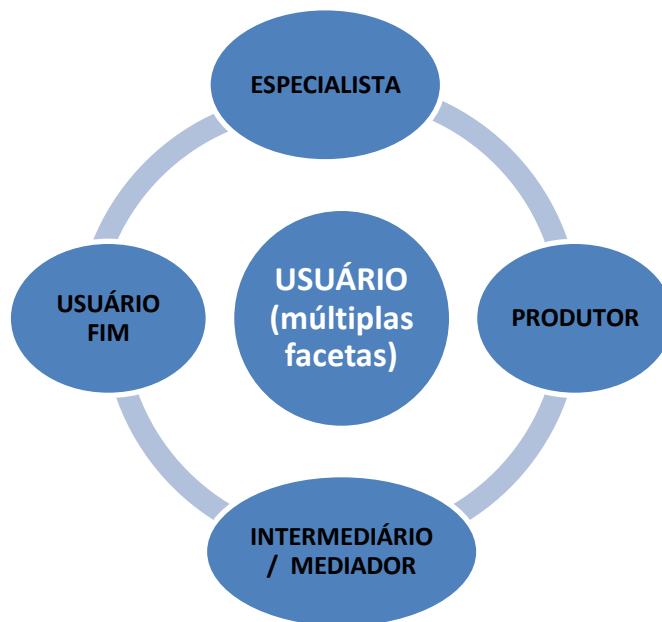


Figura 4 –Visão gráfica das perspectivas do conceito de usuário a partir da leitura de Guinchat e Menou, 1994.

Usuário é uma pessoa ou organização que necessita de informação especializada de um centro ou serviço de informação existente (NEVELIG; WERSIG<sup>35</sup>, 1976 *apud* GONZÁLEZ TERUEL, 2005, p. 69).

Esses usuários quando leitores, eram considerados um público único, não existia separação por interesses específicos e/ou demandas individuais, a preocupação máxima para Chartier (1998, 2011) residia na censura dos livros por idade, gênero, grau de instrução e nível social. A partir do momento que a informação passou a ser objeto de consumo e ser “útil”, a separação de públicos tornou-se “necessária”.

Segundo Milanesi (2002, p. 56) o caminho é a especialização do acervo e do público, – já percebemos isso atualmente. Mas, as pontes se fazem entre um e outro e o autor afirma, ainda que, o importante não é um especialista em técnicas para cada grupo humano e sim um

<sup>35</sup> NEVELIG, V; WERSIG, G. **Terminology of documentation: 1,200 terms in English, French, German, Russian and Spanish**. Paris: Unesco Press, 1976.

conhecedor do público específico e do seu universo de conhecimento que possa a ele interessar. Esses públicos são: as crianças, os estudantes, os universitários, os pesquisadores (especialistas), os cidadãos e o que se denomina informação para corporações e negócios.

Destacaremos aqui definição do usuário pesquisador, por se constituir no foco de nossa pesquisa. Milanesi (2002, p. 68) define que:

quando um estudioso conhece toda a literatura a respeito de uma área do conhecimento e, indo além, contribui para ampliar esse conhecimento enquadra-se na categoria do especialista. O especialista é o cliente de serviços de informação que mais sabe o que quer. Primeiramente, porque ele tem domínio da bibliografia, distinguindo o que interessa e o que deve ser descartado.

A partir dessas diferentes visões, podemos sintetizar que usuário é uma pessoa ou organização com alguma(s) necessidade(s) informacional(is) que exerce seu direito de acesso à informação em uma unidade de informação e disponibiliza (ou não) os resultados de sua pesquisa de acordo com a finalidade.

O objeto de estudo dessa dissertação é analisar o potencial uso de coleções materiais e virtuais em uma unidade de informação da área de saúde. Na subseção abaixo abordaremos a informação em saúde e os tipos de usuários específicos da área.

### 3.1.1 Usuários da informação sobre saúde

A informação sobre saúde é uma informação singular e muito delicada, em que a verificação das fontes, a confiabilidade, a autenticidade, a autoridade, tudo deve concorrer para segurança direta ou indireta do paciente em particular ou da população visada nos estudos de saúde pública.

A informação em saúde é separada em três tipos, de acordo com Galvão; Ferreira; Ricarte (2014, p. 183):

- a informação clínica: usada durante a assistência ao paciente;
- a informação acadêmica: empregada durante o ensino ou para o desenvolvimento de novas pesquisas (o que é tema de nossa dissertação);
- informação para gestão da saúde e esboço de políticas públicas que são empregadas para o estabelecimento de diretrizes da saúde nos contextos de unidades de saúde, municipais, estaduais ou federais.

Segundo os autores ainda, os três tipos de informação sobre saúde não são mutuamente exclusivos, "[...], ou seja, há informação que pode ser útil tanto no contexto da assistência, quanto no contexto acadêmico, quanto no contexto da gestão, [...]". (GALVÃO; FERREIRA; RICARTE, 2014, p. 183).

Esses três tipos de informação influenciam os tipos de usuário da área de saúde. O usuário de informação clínica se subdivide nos profissionais da área de saúde e nos pacientes e seus familiares e / ou responsável legal.

Quanto à informação clínica, Galvão, Ferreira e Ricarte (2014, p. 184) consideram que seus objetivos são:

Melhorar a condição de saúde, o seguimento e a resiliência do paciente; prevenir doenças ou seu agravamento; evitar tratamentos, procedimentos diagnósticos, intervenções preventivas ou referências inapropriadas ou desnecessárias; reduzir preocupações sobre tratamentos, procedimentos diagnósticos ou intervenções preventivas; aumentar o conhecimento de profissionais, pacientes ou de familiares. Portanto a informação clínica precisa de alta qualidade a fim de não piorar ou agravar condições de saúde.

Uma questão a ser considerada nesse tipo de informação é a unicidade do ser vivo e por isso Galvão, Ferreira e Ricarte (2014, p. 194-195) ressaltam que um importante recurso informacional é o prontuário, que deve trazer as principais características do ser único que é o paciente. Considerando os enfoques da Ciência da Informação, este tipo de informação clínica pode ser conceituada como informação de caráter arquivístico.

Quanto à informação para gestão da saúde, os autores consideram que seus usuários são os gestores, os legisladores, os elaboradores das políticas de áreas da saúde. As políticas públicas elaboradas por esses sujeitos, por sua vez, são influenciadas por demandas oriundas dos usuários de informação clínica e acadêmica.

São usuários da informação para a gestão da saúde e para o desenvolvimento de políticas públicas: os administradores de unidades de saúde da atenção primária, secundária e terciária, os secretários de saúde, os prefeitos, os governadores, os presidentes. Também aqui a informação precisa ser triada e selecionada de modo que rapidamente se tenha um quadro da saúde em determinada região geopolítica. (GALVÃO; FERREIRA; RICARTE, 2014, p. 196).

No contexto acadêmico os usuários da informação em saúde

são graduandos, pós-graduandos, residentes, aprimorandos, docentes e pesquisadores. Os principais usos da informação no contexto acadêmico voltam-se para a elaboração de projetos de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado e teses de livre-docência que devem ser elaborados a partir de levantamentos bibliográficos

em bases de dados especializadas. (GALVÃO; FERREIRA; RICARTE, 2014, p. 204).

Os usuários de informação acadêmica em saúde são, como já dissemos, o foco de nosso estudo nessa dissertação.

Na próxima subseção apresentaremos os conceitos teóricos sobre estudos de usuários.

### 3.1.2 Estudos de usuários, necessidades e uso da informação e comportamento informacional.

Através dos estudos de usuários e usos da unidade de informação é permitido ao profissional da informação avaliar o acervo e os serviços prestados, perceber qual é o seu papel na comunidade que atende, além de fundamentar decisões e finalmente estabelecer e implantar políticas que desenvolvam melhorias para o público assistido.

O estudo do uso das coleções pelos cursos de pós-graduação atendidos pela biblioteca universitária, nosso objeto de estudo, é essencial para a percepção das necessidades informacionais desse tipo de usuário. É forma de avaliação dos serviços, que, por sua vez, é fundamental para o planejamento.

Os tipos de estudos de usuários identificados por González Teruel (2005, p. 24) são os estudos de necessidades e usos, estudos de satisfação e os estudos de impacto ou benefício.

Os estudos de necessidades e usos segundo Julien<sup>36</sup> (1996 *apud* GONZÁLEZ TERUEL, 2005, p. 24) são aqueles que investigam a conduta dos usuários no processo de busca de informações, determinando suas necessidades e o uso que fazem de tais informações.

A nova perspectiva do tema “estudo de usuário” segundo González-Teruel (2005, p. 22):

[...], emergen distintos enfoques teóricos y metodológicos orientados cada vez más hacia el conocimiento individual del usuario, independientemente del sistema de información que utilice para buscar información. Se trata de una perspectiva en la que comienza a valorarse especialmente la observación del contexto y a la situación que llevan a este usuario a necesitar información, así como las características individuales, tanto cognitivas como afectivas, que condicionarán el modo en que busque y utilice tal información. En general, se intenta adoptar una perspectiva más amplia del proceso de búsqueda con el fin de comprender al usuario en un contexto determinado y analizar los motivos que le llevan a buscar información.

---

<sup>36</sup> JULIEN, H. A content analysis of the recente information needs and uses literature. **Library and Information Science Research**. v. 18, n. 1, p. 53-65.

Uma revisão de literatura (seletiva) sobre estudo de uso de coleções e usuários será apresentado a seguir.

Sobre estudo de usuário ou de comunidade, Baptista e Cunha (2007, p. 169) afirmam que:

A temática 'estudo de usuários' vem sendo pesquisada por mais de 40 anos. Ao longo dessas décadas os seus objetivos parecem que permaneceram imutáveis quais sejam: coletar dados para criar e/ou avaliar produtos e serviços informacionais, bem como entender melhor o fluxo da transferência da informação.

A questão dos estudos de usuários é muito complexa, a começar pela polissemia das palavras "usuário" e "informação" coberta por uma gama de significados em várias áreas de conhecimento. As vantagens e desvantagens das diferentes abordagens podem confundir o direcionamento que desejamos para tratar "estudos de usuários" na Ciência da Informação. Mas como vantagem, as contribuições das outras áreas para entender os estudos de usuários proporcionam base teórica e aperfeiçoa as técnicas existentes.

O estudo de usuário é encarado na literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação como essencial para aproximar a unidade de informação dos seus usuários. Nessa perspectiva, o estudo de usuários deve ser realizado para que a biblioteca e outros tipos de serviços de informação percebam as necessidades informacionais dos seus usuários reais e potenciais na comunidade a qual serve.

Uma definição clássica considera que estudos de usuários

[...], são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada. (FIGUEIREDO, 1994, p. 7).

Acrescenta-se a esta definição os objetivos alcançados com o estudo de usuário pelo sistema de informação:

En general, los estudios de usuarios nos ayudan a responder a preguntas como: ¿Qué problemas informativos tienen los individuos en el desempeño de su trabajo? ¿Qué barreras deben superar para acceder a la información que necesitan? ¿Qué factores individuales, sociales, económicos o políticos les condicionan en la búsqueda de información? ¿Qué revistas lee con mayor frecuencia un determinado grupo de profesionales? ¿Qué documentos han solicitado con mayor frecuencia a un servicio de obtención del documento primario? ¿Qué grado de satisfacción tienen con el uso de determinado servicio de información? ¿Qué beneficio les reporta el uso de la información obtenida en una determinada base de datos? (GONZÁLEZ TERUEL, 2005, p. 23).



Os primeiros estudos de usuários datam do século XIX e Lancaster<sup>37</sup> (1977 *apud* CUNHA, 1982, p. 6) “afirma que a pesquisa pioneira remonta ao ano de 1876, quando o relatório *Public Libraries in the United States* divulgou fatos e dados estatísticos sobre as bibliotecas públicas norte-americanas”. Vale ressaltar que estudo de usuário era incluído no grande assunto “levantamento bibliotecário (*library survey*)”

Levantamento bibliotecário é a “coleção sistemática de dados concernentes a bibliotecas, suas atividades, operações, pessoal, uso e usuário, num dado tempo ou num período de tempo” (LINE<sup>38</sup>, 1967 *apud* CUNHA, 1982, p. 6).

A expressão "estudo de usuário" como entendemos hoje, de acordo com a definição de Figueiredo (1994), aparece na literatura, no entendimento do trabalho de Cunha (1982, p. 6), em 1960. De acordo com Tobin<sup>39</sup> (1974, *apud* CUNHA, 1982, p. 6) “o termo estudo de usuário (*user studies*) começou a ser indexado no *Library Literature*”.

Mas Gasque e Costa (2010, p. 23) afirmam que:

As primeiras investigações no campo dos estudos de usuários foram realizadas após a década de 1940, impulsionadas por dois eventos. O primeiro, a Conferência de Informação Científica da *Royal Society*, em 1948, no Reino Unido. O segundo, a Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, Estados Unidos, em 1958. Nessas ocasiões, foram apresentados trabalhos que despertaram a atenção dos participantes para a importância dos estudos das necessidades dos usuários.

“No caso brasileiro, por exemplo, foi no início da década de setenta — a partir da influência dos cursos de mestrado do IBICT e da UFMG — que apareceram as primeiras pesquisas sistemáticas na área” (CUNHA, 1982, p. 6).

Os estudos de usuários entre as décadas de 1960 e 1980 foram se modificando e Cunha e Galvão (2007) nos fornecem um panorama completo. Os anos 60 caracterizaram-se por estudos voltados para a frequência de uso da coleção e comportamentos puramente quantitativos. A visão era voltada para o acervo e não para um estudo de usuário e sim, para um estudo de uso. A fase de 1970 preocupou-se em identificar como a informação era obtida e usada. Transferência e acesso à informação, utilidade da informação e tempo de resposta

---

<sup>37</sup> LANCASTER, F. W. The measurement and evaluation of library Services. Washington, **Informaion Resources**. 1977, p. 302.

<sup>38</sup> LINE, M. B. **Library survey**. London: Clive Bingley, 1967, p. 7 e 8.

<sup>39</sup> TOBIN, J. C. A study of library use studies. **Information Storage and Retrieval**. v. 10 n. (3-4): p. 101-113, 1974.

também foram objetos de estudo. A facilidade do acesso à informação determinava o seu uso. Já se configurava uma preocupação com o usuário nesse período.

A automação dominou a década de 80 e os estudos de usuários se voltaram para planejamento de serviços ou sistemas de informação que atendessem às necessidades, mas os resultados não foram atingidos porque não conseguiram determinar o comportamento e as necessidades de informação dos usuários.

E Cunha e Galvão (2007, p. 173) ainda ressaltam que nessa época o estudo é feito sob a ótica de teorias importadas de diferentes áreas do conhecimento como *Marketing*, *Comunicação Científica*, *Psicologia* e outras.

Outra etapa das pesquisas dos estudos de usuários foi a passagem da pesquisa quantitativa para a fase da pesquisa qualitativa “quando os estudiosos do comportamento de busca da informação perceberam que as pesquisas com métodos quantitativos não contribuíam para identificação das necessidades individuais e para a implementação de sistemas de informação adequados a essas necessidades” (CUNHA; GALVÃO, 2007, p. 173).

A partir dessa compreensão os estudos de usuários com abordagem de pesquisa qualitativa são a tendência também do início dos anos 80. E citam quatro exemplos de estudos: Taylor<sup>40</sup> (1982), *sense making* de Brenda Dervin<sup>41</sup> (1983), Kuhlthau<sup>42</sup> (1999) e usabilidade.

De acordo ainda com Cunha e Galvão (2007, p. 174) a teoria de Taylor discute a busca da informação pelo usuário e o processo de transformar dados em informação útil, ao que Taylor denomina “informação com valor agregado”. Todo o processo que se realiza para se obter uma informação a torna “útil”.

Já o modelo de Kuhlthau (1999) foi baseado em pesquisas do comportamento de usuários de bibliotecas e posteriormente em ambientes organizacionais. Seu modelo prevê as seguintes etapas: início, seleção, exploração e formulação. Ele é baseado em observação do indivíduo.

---

<sup>40</sup> TAYLOR, R. S. Value-added processes in the information life cycle. **Journal of the American Society of Information Science**. v.33, n. 5, p. 341-346, 1982.

<sup>41</sup> DERVIN, B. An overview of sense-making research: concepts, methods and results to date. **International Communications Association Annual Meeting**. Dallas, May, 1983.

<sup>42</sup> KUHALTHAU, C. The role of experience in the information search process an early career information worker: perceptions of uncertainty, complexity, construction, and sources. **Journal of the American Society for Information Science**. v. 50, n. 5, p. 399-412, 1999.

O *sense making* de Brenda Dervin (1983) “promove uma forma de pensar sobre a diversidade, complexidade e a incompletude, utilizando a metáfora de um ser humano atravessando pelo tempo e espaço e caminhando com uma instrução parcial, encontrando lacunas, construindo pontes, avaliando achados e se movendo”. Ferreira (1997) afirma que o *sense making* é uma abordagem qualitativa que procura entender os usuários com necessidades cognitivas, afetivas, psicológicas e fisiológicas.

Os estudos de usabilidade têm crescido na procura de soluções para sistemas de informação automatizados, com as páginas da Web e outros tipos de interação via sistemas amigáveis. O termo usabilidade substituiu o termo *user friendly* que tinha conotações subjetivas. (CUNHA; GALVÃO, 2007, p. 176).

Gasque e Costa (2010) publicaram no Brasil uma revisão sobre "estudos de usuários" e "necessidade e uso de informação" que apareceram no *Annual Review of Information Science and Technology (Arist)* e incluíram outros trabalhos que complementam a temática. As autoras caminham até 2009 quando sinalizam a mudança de terminologia para comportamento informacional.

Segundo elas, no *Arist*, Menzel<sup>43</sup> (1966) inaugurou com sua revisão sobre necessidades de usos de informações nas áreas de ciência e tecnologia. Saul e Herner<sup>44</sup> (1967) complementaram o trabalho de Menzel e detectaram problemas nas publicações revisadas de 1966. Paisley<sup>45</sup> (1968) verificou erros metodológicos, mas constatou amadurecimento e qualidade dos trabalhos. Em 1969 Allen encontrou problemas, mas detectou um colégio invisível composto por vários estudiosos do tópico, em várias instituições.

“As pesquisas realizadas entre os anos de 1950 e meados de 1960, primeiro período dos estudos de usuários, concentram-se nos indivíduos que utilizavam informação científica e tecnológica” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 24).

Na década de 70, Lipetz<sup>46</sup> mostrou que os estudos podiam ser transpostos para outras situações. Em 1971, Crane<sup>47</sup> abordou questões relacionadas aos métodos. Entretanto Gasque e

---

<sup>43</sup> MENZEL, Herbert. Information needs and uses in science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.1, p. 41-46, 1966.

<sup>44</sup> HERNER, Saul; HERNER, Mary. Information need and use studies in science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.2, p. 1-34, 1967.

<sup>45</sup> PAISLEY, W. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 3, p. 130, 1968.

<sup>46</sup> LIPETZ, Ben-Ami. Information needs and use. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 5, p. 3-32, 1970.

Costa (2010) não tiveram acesso ao artigo original de Crane (1971) e apenas citam na revisão realizada.

Lin e Garvey<sup>48</sup> (1972) “utilizaram um modelo de comunicação científica, especificando as fases de necessidades, de busca de transferência e de uso da informação”. Martyn<sup>49</sup> em 1974 avisou que a ‘era dos dinossauros’ havia terminado nos estudos de usuários. A revisão de 1978 realizado por Crawford<sup>50</sup>, assim como Brittain<sup>51</sup> (1970) e Martyn (1974), reconheceu a dificuldade de conceituar, mensurar questões que envolvem indivíduos, seres humanos. Todas as revisões até aqui citaram as falhas ou dificuldades metodológicas.

No *Arist* houve uma pausa de oito anos de revisões, porém as pesquisas e estudos continuaram. Em 1976 foi criado o *Center for Research on User Studier (CRUS)* na Universidade de Sheffield, Inglaterra apoiada pela *British Library Research and Development Department (BLRDD)*. A especialidade do centro era estudo de usuários (GASQUE; COSTA, 2010, p. 26).

De acordo com Gasque e Costa (2010, p. 26) o modelo predominante entre nas décadas de 50 e 70 foi o *behaviorista* – sustentava-se na crença de que a metodologia empregada para analisar o comportamento deveria dar ênfase à objetividade e a neutralidade. Tinha tendência positivista.

A segunda etapa de revisão do *Arist* sobre “estudos de usuários” conforme Gasque e Costa (2010, p. 27) foi reiniciado por Dervin e Nilan<sup>52</sup> (1986) “abordaram a literatura sobre a busca e o uso da informação a partir de 1978”. Constataram que muitos estudos continuavam centrados no sistema de informação.

---

<sup>47</sup> CRANE, Diana. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.6, p. 3-39, 1971.

<sup>48</sup> LIN, Nan; GARVEY, William D. Information need and use studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.7, p. 5-37, 1972.

<sup>49</sup> MARTYN, John. Information need and use studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 9, p. 3-23, 1974.

<sup>50</sup> CRAWFORD, Susan. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 13, p. 61-81, 1978.

<sup>51</sup> BRITTAİN, J.M. Information and its users: a review with special reference to the social sciences. **Bath: Bath University Press**, 1970.

<sup>52</sup> DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. **Annual Review of Information Science and Technology**, v.21, p. 3-33, 1986.

No fim da década de 80, outro modelo começa a surgir, mais centrado no usuário, preocupado com aspectos psicológicos, com uma abordagem qualitativa e indutiva. O modelo cognitivista reconhece que as necessidades de informações ocorrem tanto no âmbito cognitivo quanto no sociológico. Os autores associados à mudança do padrão behaviorista para o cognitivista foram Ellis<sup>53</sup>, Dervin, Kuhlthau e Wilson<sup>54</sup> (GASQUE; COSTA, 2010, p. 28).

Hewins (1990) publicou a 11ª revisão no *Arist* sobre necessidades e usos da informação de 1986 a 1989. O objetivo da revisão foi verificar a consolidação do novo paradigma descrito por Dervin e Nilan (1986).

Nesse período, o desenvolvimento de novas tecnologias e formas de disseminar a informação, assim como a contribuição de outras áreas do conhecimento, além da Ciência da Informação e Biblioteconomia, permitiu o surgimento de metodologias alternativas tais quais: como a linha do tempo que – retrata cenas de um período para identificar eventos críticos – os diários que apresentam soluções possíveis para um problema particular e a escolha de cada uma e a técnica do incidente crítico (GASQUE; COSTA, 2010, p. 28).

A técnica do incidente crítico é uma metodologia que foi aplicada pela primeira vez na Segunda Guerra Mundial para selecionar tripulação de voo. E

consiste em um conjunto de procedimentos para a coleta de observações diretas do comportamento humano, de modo a facilitar sua utilização potencial na solução de problemas práticos e no desenvolvimento de amplos princípios psicológicos, delineando também procedimentos para coleta de incidentes observados que apresentem significação especial e para o encontro de critérios sistematicamente definidos. (FLANAGAN<sup>55</sup>, 1973, *apud*, PEREIRA, et. al., 1980).

No contexto informacional é uma abordagem que permite observar e descrever o usuário no processo de busca de informação, identificar problemas práticos a partir de critérios pré-definidos e utilizá-los para soluções.

---

<sup>53</sup> Ellis, D. (1991). Paradigms and Proto-Paradigms in Information Retrieval. Pertti Vakkari, Blaise Cronin Eds.: **Conceptions of Library and Information Science**. Historical, empirical and theoretical perspectives., London, pp. 165-186.

<sup>54</sup> WILSON, T.D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v.3, n.2, p. 49-55, 2000.

WILSON, T.D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, v.55, n.3, p. 249-270, jun. 1999.

<sup>55</sup> FLANAGAN, J. C. A técnica do incidente crítico. **Arq. Bras. de Psicologia Aplicada**, v.21, n.2, p. 99-141, 1973.

Hewins (1990) conclui em sua revisão de literatura que a abordagem estava mais voltada para os usuários e menos para os sistemas e se baseava em processos cognitivos. As temáticas eram para compreender o usuário e tinham uma visão mais interdisciplinar.

Contudo, para outros autores, também no fim da década de 80, fundamentavam-se no surgimento da abordagem social. Sua temática “eram os significados e valores que os indivíduos atribuem ao contexto sociocultural dentre outros. A abordagem pretendeu estudar os fenômenos que transcendiam a estrutura cognitiva”. (GASQUE; COSTA, 2010, p. 28). Chatman<sup>56</sup> (1999) foi o primeiro teórico que utilizou a abordagem social para entender o comportamento informacional. Entretanto Frohmann (1992) foi o primeiro a criticar a abordagem cognitiva, pois acredita que essa teoria limita e reduz a função do usuário ao destacá-lo da informação e não considera seu contexto social no processo informacional.

A teoria multifacetada foi outra abordagem do início dos anos 90 que percebe “o comportamento informacional como um sistema complexo em que é necessária a integração de várias teorias para descrevê-lo” (PETTIGREW; FIDEL; BRUCE<sup>57</sup>; 2001 *apud* GASQUE; COSTA, 2010, p. 28).

No final de 1990, Wilson inicia os debates sobre o termo “comportamento informacional” em referência aos estudos de necessidade, busca e uso da informação.

A expressão “comportamento informacional” promoveu discussões conceituais sobre a temática de estudos de usuários.

Os argumentos a favor observam que o campo de estudos estava se ampliando e precisava incluir conceitos sobre necessidades e oferta de informação. Os argumentos contrários sustentavam-se na ideia de que o termo ‘comportamento’ poderia ser associado inapropriadamente ao paradigma behaviorista da psicologia. Da ótica semântica, o termo seria inadequado pelo fato de que informação não possui comportamento. No entanto, apesar das críticas, a expressão parece ter aceitação geral pelo uso em títulos de artigos e cursos acadêmicos. (GASQUE; COSTA, 2010, p. 28).

Pettigrew, Fidel e Bruce (2001), ratificam no Arist, a substituição da tradicional expressão “necessidades e uso da informação” para “comportamento informacional.” A

---

<sup>56</sup> CHATMAN, Elfreda A. A theory of life in the round. **Journal of the American Society for Information Science**, n.50, v.3, p. 207-217, 1999.

<sup>57</sup> PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001.

principal mudança foi o núcleo do estudo centrado no usuário. Case<sup>58</sup> (2006) identificou que as pesquisas contemplavam três categorias: profissão (gerentes, cientistas), papel desempenhado (aluno, pacientes) e aspectos demográficos (idade, gênero, grupos étnicos). Os estudos estavam mais populares, tinham colaborações de várias partes do mundo, ao contrário dos anos anteriores que prevaleciam pesquisas do Reino Unido. Courtright<sup>59</sup> (2007) observou os contextos que influenciam as pesquisas no comportamento informacional. Fisher e Julien<sup>60</sup> (2009) publicaram a última revisão apresentada no *Arist*. A revisão foca na observação dos métodos de pesquisa, no contexto e no fator humano, fontes de informação e conceitua comportamento informacional. (GASQUE; COSTA, 2010, p. 30).

O conceito de comportamento informacional apresentado por Fisher e Julien (2009) é muito amplo. Segundo Gasque e Costa (2010, p. 30) “o conceito abrange toda a gama de estudos relacionados com o usuário e a informação. Nesse sentido, inclui estudos das necessidades de informação, e de como as pessoas a buscam, gerem, fornecem e usam tanto propositada quanto passivamente em sua vida diária”.

Wilson (2000) define comportamento informacional como:

todo comportamento humano relacionado às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Isso inclui a comunicação pessoal e presencial, assim como a recepção passiva de informação, como a que é transmitida ao público quando este assiste aos comerciais da televisão sem qualquer intenção específica em relação à informação fornecida (WILSON, 2000, *apud* MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODONE, 2007, p. 121).

Compreendemos que comportamento informacional pretende ir além das fronteiras das bibliotecas e unidades de informação tradicionais, o usuário está em busca de informação de forma constante e abrange também os ambientes organizacionais e áreas de gestão.

Percebemos a partir das revisões acima, a mudança do foco, que passou do sistema de informação para a centralidade do usuário. Conforme observação de FIGUEIREDO (1999, p.13):

Percebe-se, portanto uma mudança de paradigma: do acesso à informação através do modelo centrado na informação, para o modelo centrado no

---

<sup>58</sup> CASE, Donald O. Information Behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 40, p. 293-327, 2006.

<sup>59</sup> COURTRIGHT, Christina. Context in Information Behavior Research. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, p. 273-306, 2007.

<sup>60</sup> FISHER, Karen; JULIEN, Heidi. Information Behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 43, p.317-358, 2009.

usuário. Isso quer dizer que o acesso à informação não é dirigido pela estrutura do sistema (uma biblioteca, uma base de dados), mas sim pelas visões da biblioteca e das bases de dados necessárias para satisfazer uma necessidade de informação, como percebida pelo usuário.

Outra percepção da revisão é a mudança teórica do conceito de “estudos de usuários” para “estudos de comportamento informacional” que “reflete a necessidade de se compreenderem os processos em uma perspectiva multidimensional”. (GASQUE, COSTA, 2010, p. 31).

A observação do aspecto sociocultural surgido na abordagem social realizado no *Arist* foi ao encontro dos nossos estudos que consideram a teoria da formação do conhecimento de Talja (1997) como uma preferência ao cognitivismo.

Talja (1997) afirma que muitos teóricos, dentre eles autores como Capurro<sup>61</sup> e Frohmann<sup>62</sup> (1992), afirmam que o cognitivismo não atenta para o aspecto sociocultural do usuário e do sistema de informação. É necessário que os profissionais da informação avaliem todo o contexto social que impele o indivíduo a buscar informação. O processo de procura de informação é condicionado a uma necessidade social, institucional e ou pessoal. Porém a visão cognitivista não aborda essas macroquestões que motivam um indivíduo totalmente influenciado por um panorama sóciohistórico a sair de sua zona de conforto para buscar informação. O ponto chave do rompimento com o cognitivismo está na compreensão que também importa o porquê do sujeito buscar informação e é evidente que se deve ter consciência que o motivo da busca está atrelado a um sistema social. (TALJA, 1997).

O construtivismo social tem uma visão não subjetiva do sujeito, ou seja, o sujeito não controla todos os seus sentidos/papéis. Por exemplo, o indivíduo não controla seu inconsciente. Ao considerar os aspectos socioculturais do usuário em detrimento da visão individualista do cognitivismo, Olsson (2005), através da abordagem construtivista social demonstra que o usuário não é um ser “carente” de informação com necessidade de “reduzir incerteza”. O usuário é um ser sociocultural que ao realizar uma busca de informação traz

---

<sup>61</sup> CAPURRO, Rafael. What is information Science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, BLAISE.(ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Londres: Taylor Graham. p. 82-96, 1992.

<sup>62</sup> FROHMAN, Bernd. Knowledge and power in library information service: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, BLAISE.(ed.). **Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives**. Londres: Taylor Graham. p. 135-148.



consigo toda uma bagagem de informação/conhecimento que faz diferença no processo de busca.

O conceito de regime de informação de González de Gómez (2003) ilustra as correlações de forças que influenciam a complexidade que é o comportamento do usuário no processo de busca de informação, ao considerar todos os aspectos que se configuram e convergem no processo, influenciando o estudo de usuário ou comportamento informacional.

Regime de informação seria o modo de produção informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, vigentes em certo tempo, lugar e circunstâncias, conforme certas possibilidades culturais e certas relações de poder. Um regime de informação se desdobra, logo, em um conjunto mais ou menos estável de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

O comportamento informacional do não usuário de informação no contexto da unidade de informação é cerne do próximo item.

### 3.1.3 O não usuário de unidades de informação

O modelo centrado no usuário é percebido a partir das pesquisas teóricas iniciadas nas décadas de 40 e 50. Mas eram estudos que consideravam o usuário limitado à busca de determinada informação sem considerar o contexto que incitou àquela necessidade informacional.

Carregavam ainda a questão de somente observar o usuário que utilizava os serviços de busca de um sistema de informação ou biblioteca. Ou seja, o não usuário (usuário potencial) ou comunidade foco desses serviços não eram contemplados nos estudos. González Teruel observa:

Tradicionalmente, el área de necesidades y usos se ha dedicado a observar a los usuarios de las distintas unidades de información en el momento en que solicitaban un libro en el servicio de préstamo, [...]. Desde esta perspectiva tradicional, lo que interesaba de todo el proceso de búsqueda de información, era el momento en que los usuarios entraban en contacto con un sistema o utilizaban determinada información. (GONZÁLEZ TERUEL, 2005, p. 21).

Isso explica para Gonzáles Teruel (2005) que apenas quando o usuário tomava a

atitude de procurar um sistema de informação ele se tornava objeto de estudo e ainda oferecia o risco de gerar análises generalizáveis para a previsão dos usos de informação por outros usuários.

É preciso que a unidade de informação em uma atitude proativa conheça seus não usuários ou usuários potenciais a fim de compreender suas demandas.

Usuário potencial segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 373):

Pessoa, grupo ou entidade cujas atividades vinculam-se direta ou indiretamente ao atendimento da missão e dos objetivos estratégicos da organização ou comunidade na qual está inserida a unidade de informação e podem vir a serem utilizadores dos serviços ou produtos dessa unidade.

Dumont (1994, p.706) reflete que os conceitos apresentados para as expressões usuários potenciais e não usuários as colocam no patamar de sinônimo. CRONIN (1981 *apud* DUMONT, 1994, p. 700) afirma que usuário potencial é só uma expressão para não usuário que soa menos crítica.

Segundo Dumont (1994) em sua revisão de literatura, os estudos de não usuários são raramente desenvolvidos, as pesquisas são voltadas para os serviços prestados aos usuários e os não usuários não cabem nesse contexto. “[...] comparativamente, poucos esforços são dispensados em estudos paralelos de não-usuários. Sabe-se que o não uso acontece. Seja ele natural, inevitável ou um fenômeno racional, isto ainda não é bem definido.” p. 697

O afastamento do não usuário das unidades de informação é substancial por causa da pouca contribuição que as instituições realizam nas atividades diárias das pessoas, seus usuários potenciais.

Os estudos sobre não usuários não são frequentes porque eles não são fáceis de identificar, assim como suas necessidades. Ao contrário dos estudos de usuários.

Os usuários são identificados com facilidade e os administradores tendem a fazer coisas que seus presente usuários estão pedindo que sejam feitas, mas podem ocorrer erros de leitura, pois atendem as necessidades expressas e não as necessidades não expressas e as dos usuários potenciais.

Esta situação torna os serviços cada vez mais direcionados àquela população que mais frequentemente expressa suas demandas. Os serviços vão se tornando mais exclusivos, favorecendo os usuários em detrimento do não usuários.” (DUMONT, p. 709)

O que deve mudar nas unidades de informação é a postura na tentativa de compreender também o não usuário e porque ele não é usuário. Pesquisas sobre as redes e ambiente que envolvem os grupos de não usuários é um possível caminho.

### 3.2 Conceitos clássicos de serviço de referência

“Na Antiguidade, as bibliotecas eram, essencialmente, coleções de material de referência”. Das coleções de argila da antiga Babilônia, passando pelas coleções monásticas, até as pequenas coleções de livros das primeiras universidades os documentos eram instrumentos de referência ou consulta. (LITTON, 1975, p. 1).

Ainda temos em bibliotecas e unidades de informação as chamadas “coleções de referência” designadas para consultas pontuais. Coleção de referência “é definida como conjunto de livros e outras espécies documentárias mantido em separado e disponível para consulta imediata.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 90).

Essas coleções normalmente ficam separadas da coleção de obras para empréstimo domiciliar. São publicações utilizadas como fonte de consulta e atualmente estão disponíveis também em *sites* e dispositivos eletrônicos. São denominadas obras de referência que segundo Placer (1968, p. 23)

são aquelas que, pela natureza da matéria que arrolam e de técnica em que são organizadas, não se destinam a serem lidas de começo ao fim, mas consultadas e determinados tópicos, para proporcionar determinadas informações (referências) específicas. Exemplo: um dicionário, uma enciclopédia etc.

A biblioteca no modelo que conhecemos hoje, a chamada biblioteca moderna, adotou o nome concedido às coleções de obras de consulta de referência para o serviço que se oferece aos usuários. Assim temos o serviço de referência.

Serviço de referência apresenta na literatura sentido amplo, alguns sinônimos e diferentes correntes de maneira de atendimento, mas essencialmente em todas elas o objetivo principal é atender o usuário em suas necessidades de informação.

Hutchins (1973, p.3) aborda a questão do problema do conceito amplo ou limitado demais. Afirmar que é uma atividade de assistência aos leitores nos uso dos recursos da biblioteca é limitado porque tem recursos além-biblioteca, mas é amplo porque qualquer funcionário da unidade de informação atende ao usuário. Do porteiro ao gerente, mas nem todos estão envolvidos com o trabalho de referência.

A definição que Hutchins (1973, p.4)<sup>63</sup> elabora, parte da premissa que é necessário o

---

<sup>63</sup> Essa publicação é uma tradução da 11ª tiragem da edição 1967, publicada da edição original de 1944. Não houve atualizações.

contato direto do leitor/usuário com o bibliotecário de referência.

O trabalho de referência inclui a assistência direta e pessoal dentro da biblioteca a pessoas que buscam informações para qualquer finalidade, e também as diversas atividades biblioteconômicas destinadas a tornar a informação tão acessível quanto seja possível. (HUTCHINS, 1973, p.4).

Placer (1968, p. 20) fundamenta a Referência na Bibliografia (física) e o Serviço de Referência como um serviço-fim da biblioteca, porque disponibiliza aos usuários os livros solicitados. Esse é o verdadeiro objetivo da biblioteca. O volume da seção de serviço de referência vai depender do tamanho da biblioteca.

O conceito adotado por Placer (1968) é limitado ao espaço da unidade de informação que atende ao leitor e é oposto ao de Hutchins (1973), mais amplo ao incluir recursos além-biblioteca.

Serviço de Referência de uma biblioteca é aquela parte do sistema que se incumbem particularmente da tarefa de guiar o leitor no uso da biblioteca e, sobretudo, no aproveitamento dos recursos que pode proporcionar o acervo no próprio local, distinguindo-se por este lado do empréstimo de obras a domicílio. (MUDGE<sup>64</sup>, 1951 *apud* PLACER, p. 22).

Independente da época e dos meios, o serviço de referência segundo Grogan (2001, p. 8) promove a “maximização de recursos” das unidades e fontes de informações disponíveis, porque são bem aproveitados pelos usuários de informação através dos profissionais que proporcionam o acesso a essas fontes.

Para isso acontecer é necessário que as informações contidas nos recursos informacionais fluam entre profissionais de informação e os usuários de informação (WHITAKER<sup>65</sup>, *apud*, GROGAN, 2001, p. 8).

Para Grogan (2001, p. 2-3) o serviço de referência tem como base a bibliografia sistemática, o elemento humano e sua natureza recíproca, no sentido estrito significa assistência pessoal prestada pelo bibliotecário aos usuários em busca de informação e no sentido geral todas as tarefas executadas pelo setor de referência.

A atividade e definição são calcadas em alguns erros conceituais que podem prejudicar os serviços prestados por unidades informações que se baseiam neles para formatá-los e proporcioná-los. Assim sendo, Grogan (1995, p. 29) recupera as concepções que ele considera

---

<sup>64</sup> MUDGE, I. G. Reference work and reference books. In: WINCHELL, C. M. **Guide to reference books**. 7. ed. Chicago: A.L.A., 1951, p. XV.

<sup>65</sup> BIRBECK, Vaughan; WHITAKER, Kenneth A. Room for improvement: an unobtrusive testing of British public library reference service. **Public Library Journal**, v. 2, p. 55-60, 1987.

equivocadas de serviço de referência. Acredita que existem incompreensões no conceito e esclarece o que serviço de referência não é.

Reduzir o serviço de referência ao uso de obras de referência, mesmo que sejam online ou em suportes eletrônicos, é equivocado porque Dorothy Cole em 1941 apresentou um estudo em bibliotecas nos Estados Unidos no qual 45% das consultas de referência não eram em obras de referência. Assim sendo, os aspectos de obras que não saem da unidade de informação e não são lidas por completo se esvaziam. Dessa forma o serviço de referência pode ocorrer em qualquer lugar: não existe regra alguma que diga que a totalidade do processo de serviço de referência deva ocorrer dentro de quatro paredes (GROGAN, 2001, p. 31).

Outra questão importante é refletir sobre o tradicional bibliotecário de referência presencial na biblioteca, que serviria como um guia humano às coleções materiais e a atual concepção do serviço de mediação (que pode ser virtual) e que considera que o importante é a informação – que pode ser local ou remota - e não mais o suporte físico, expandindo, até mesmo, a nossa concepção sobre biblioteca. Pode-se, hoje, inclusive falar em “bibliotecas sem parede”.

E todas estas novas modalidades de atendimento são relevantes para nossa pesquisa que se constitui em um processo de compreensão das influências das políticas públicas em bibliotecais universitárias enquanto mediadoras de serviços de informações.

Aliado ao serviço de referência tradicional, dito presencial, localiza-se o serviço virtual de referência.

O primeiro “designa um lugar físico, um espaço onde pessoas são recebidas e onde lhes são fornecidas informações, seja este espaço na biblioteca, no serviço de documentação ou no arquivo, em lugar de ou junto com um serviço à distância” (ACCART, 2012, p. 13).

Esse serviço pode ser por telefone, mensagem eletrônica ou de celular, qualquer meio de comunicação possível e disponibilizado pela unidade de informação. Otlet (1934 *apud* ACCART, 2012, p. 13) previu os serviços virtuais, ou pelos menos à distância. Os serviços à distância não são de todo automatizados. Os serviços virtuais sim.

O serviço de referência virtual é visualizado como um prolongamento do presencial, mas pode ser tratado como um serviço à parte. Ele atrai cada vez mais bibliotecas e outros tipos de serviços de informação por causa de promoção na internet. Mas a principal vantagem é o contato direto com o usuário, e nesse caso é surpreendente que um serviço não presencial ofereça mais proximidade com o usuário. (ACCART, 2012, p. 163).

O serviço de referência virtual resultou do crescimento da Internet, das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's).

Nesse ponto é válido fazermos uma contextualização do surgimento das TIC's. Seu aparecimento não foi para "facilitar" a vida das pessoas. A base tecnológica em que estamos inseridos foi alicerçada, segundo Tauile (1981, p. 89), em processos iniciados no séc. XIX no período Mercantilista. E em todas as fases percorridas pelo Capitalismo, desde o seu início, a informação foi instrumento de poder para decidir, subjugar, manipular e até mesmo desenhar o modo de viver socialmente construído. Esse poder inicialmente estava nas mãos dos artesões, o "saber fazer" permitia o controle da produção, entretanto o Capitalismo com seus objetivos de produção de excedente e acúmulo de capital se apropriou desse saber para acelerar e controlar o processo de produção. Vislumbramos como a informação é essencial para o crescimento do capital. O domínio da técnica (do artesão) pelo capital mudou toda uma estrutura socioeconômica. O produtor perde seu conhecimento total e passa a deter parte do processo de produção, e num rápido "avanço" essa técnica é transferida para a máquina e inicia-se a relação homem-máquina, na qual o homem sempre é desprezado no máximo possível. Esse é o início da industrialização. E o volume de informação produzida pelos técnicos e pensadores do "saber fazer" só aumenta e promove a criação de sistemas de informação cada vez mais complexos.

A Ciência, convocada pelo Estado, se inseriu nesse cenário com pesquisas científicas que sustentam esse fomento de tecnologia e produção. De acordo com Tauile (1981, p. 97) "[...], **a incorporação da ciência** (transformada ela própria em capital), de maneira sistemática ao processo produtivo, é o que se pode melhor caracterizar, em termos contemporâneos, como produção de tecnologia."

Freitas dialogando com Tauile (1981), ratifica a função da Ciência no processo de produção capitalista.

Se as atividades acadêmico-científicas jamais se constituíram em atividades inteiramente autônomas dos poderes políticos e econômicos, suas instituições, seus pesquisadores e produtos foram crescentemente convocados a participar dos processos tecnológicos de acumulação industrial e do esforço bélico. (FREITAS, 2003, p. 3)

A Ciência foi chamada para desenvolver tecnologias e soluções para questões de comunicação, construção civil, organizações e métodos, etc. A Documentação, posteriormente denominada Ciência da Informação, "é criada" para atender as demandas de produção informacional.

As TIC's, transformadas as próprias em mercadoria, viabilizaram às unidades de informação desenvolver atividades que beneficiem o usuário. O fomento de fontes de informações disponíveis na Rede para recuperação da informação também incentivou a criação de serviços de referência virtual.

A referência virtual consiste no

fornecimento de referência tradicional por intermédio da mídia eletrônica'. De modo mais amplo, Joanne Silverstein define a referência virtual como uma 'rede de competências, uma intermediação humana e recursos colocados à disposição dos usuários num ambiente em linha. (MCGLAMERY; COFFMAN<sup>66</sup>, *apud* ACCART, 2012, p. 180).

Esse tipo de serviço requer habilidades inerentes ao profissional que trabalha no setor de referência, mas, além disso, solicita habilidades tecnológicas para atender com qualidade essa demanda. O acesso eletrônico é relevante, mas mediação humana é vital para o processo.

A definição do próprio autor nos oferece as características essenciais para que aconteça o serviço virtual de referência:

Oferece um ponto de acesso único em linha que o usuário pode identificar imediatamente, ao qual ele apresenta uma solicitação, entregue aos cuidados de profissionais qualificados, solicitação esta que enseja uma resposta rápida, pertinente e de qualidade. (ACCART, 2012, p. 181).

O termo serviço de referência na literatura está em processo de substituição por serviços de mediação da informação. As TIC's promoveram uma maior interação das fontes de informação com os usuários, mas essa interação não significa necessariamente qualidade.

A noção de mediação, em uma visão do senso comum, está ligada à mediação tecnológica. Entretanto ela se amplia na Ciência da Informação ao considerar o fator humano no processo de comunicação.

As questões de mediação serão expostas na subseção seguinte.

### 3.3 Mediação da informação e serviço de referência: aproximações conceituais

Almeida (2008, p. 2-3), ao refletir sobre a noção de mediação, explica que, para a comunidade intelectual e acadêmica, é consenso a interdisciplinaridade dos conceitos de cultura, comunicação e informação. Alguns conceitos se naturalizam e tornam-se comuns para algumas áreas do conhecimento, sem os devidos debates teóricos. Foi o que aparenta ter

---

<sup>66</sup> MCGLAMERY, Susan; COFFMAN, Steve. Moving reference to the Web. **Reference & User Services Quarterly**, v. 39, n. 4, p. 380-386, Summer 2000.

acontecido com a *mediação cultural* e *mediação da informação* na Ciência da Informação (CI).

De acordo com Almeida (2008), mediação é um conceito próprio das Ciências Sociais e está ligado às chamadas “teorias de ação”. Mediação, de forma simples, seria uma interação intersubjetiva. Davallon<sup>67</sup> (2003 *apud* ALMEIDA, 2008, p. 3) considera como um dos sentidos de senso comum atribuído à ideia de mediação a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Cristaliza-se assim a concepção de que essa ação não é o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que em si ela é produtora de um “algo a mais”, ou de um estado mais satisfatório.

A partir dessas considerações iniciais, Almeida (2008, p. 3) tem a impressão que o termo mediação é considerado pelos profissionais da informação como uma substituição ou algo além do que simplesmente as “antigas” “tarefas” desse profissional como o “atendimento ao usuário” ou “agente cultural”. Porém a noção de mediação é mais complexa do que os profissionais da informação pensam e sua definição não é uniforme.

Para Accart (2012, p. 15-16) a noção de mediação (ou intermediação) se aproxima do desenvolvimento de novas tecnologias de informação. E, segundo este autor, os campos de atuação dos profissionais da informação se ampliam com as novas ofertas de serviços e a capacitação de usuários. Essa noção provém das TIC’s. Questionamos se não seria somente uma substituição de meios de comunicação e se os termos não são usados como uma espécie de sinônimos, ou uma “evolução” para acompanhar as tendências tecnológicas.

Almeida (2008) apresenta alguns conceitos de mediação que serão transcritos para esse trabalho na tentativa de compreensão para conjugarmos com serviço de referência:

Para as ciências da informação e da comunicação francesas *mediação* é, em linha geral, uma construção teórica destinada a refletir sobre as práticas e os dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e as formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos, quanto os suportes e os acervos mantêm com a tradição cultural. (ALMEIDA, 2008, p. 11).

Gellerau<sup>68</sup> (2006, *apud* ALMEIDA, 2008, p. 11) afirma que

---

<sup>67</sup> DAVALLON, Jean. La médiation: la communication en procès? MEI: Médias et Information. In: Médiations & Médiateurs. UFR Communication de l’Université n. 19, Paris 8, 2003, p.37-59.

<sup>68</sup> GELLEREAU, Michèle. Pratiques culturelles et médiation. In: OLIVESI, Stéphane (dir.). **Sciences de l’information et de la communication : objets, savoirs, discipline**. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 43-62.



Na perspectiva das ciências da informação e da comunicação, a *mediação* pode ser entendida sob dois prismas: o da “relação com um sistema” (ex. a mediação social) ou o da “construção de sentido” (o processo interpretativo). Seja numa ou noutra acepção, a mediação implica sempre acompanhamento, controle e negociação por um “terceiro”, enquanto o sujeito que se beneficia de um processo de mediação é levado a aprofundar o seu próprio ponto de vista e a descobrir outros.

Almeida (2008, p. 14) também ressalta que “o primeiro ponto a ser considerado é a concepção de mediação como produto resultante da ação dos meios de comunicação e informação”.

As definições acima transmitem um entendimento teórico de mediação. Nosso objetivo é tentar aproxima-las do conceito de serviço de referência.

Almeida Junior (2009, p. 92) defende a mediação como presente em todos os fazeres do profissional da informação. Em todos os espaços da unidade da informação, no sistema informacional, nos serviços informacionais, na postura profissional, nas redes sociais das quais a unidade de informação participa, no modelo de serviço virtual que é oferecido, nos clássicos serviços técnicos etc. se está exercendo um processo de mediação com o usuário.

Almeida Junior, (2009, p. 92) conceitua mediação da informação como

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Nesse mesmo trabalho Almeida Junior (2009, p. 93) diferencia a mediação entre implícita – ocorre nos espaços sem a presença física e imediata dos usuários. E a mediação explícita, que

por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos a distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.

A mediação é um processo que permeia todo o modo de fazer do profissional da informação e a dinâmica de uma unidade de informação.

A entidade que serve de ponto de convergência entre as duas formas de mediação são as ações do meio de comunicação e de informação, separadas do suporte, quer sejam eles documentais ou tecnológicos. A discussão sobre a confluência entre serviço de referência e mediação é a informação e a comunicação como teorias que discutem as questões do processo comunicacional usuário-profissional da informação e o sistema que os cerca.

Dias<sup>69</sup> (1990, p. 12 *apud* ALMEIDA JUNIOR 2003, p. 3, grifo nosso) define Serviço de Referência e Informação. Divide em dois grandes conceitos e o segundo subdivide em dois.

Conceito com sentido restrito: a essência do conceito de referência é o atendimento pessoal do bibliotecário – [...] – ao usuário que, em momento determinado, o procura para obter uma publicação ou informação, [...]. É dividido em dois segmentos. [...]. a) Serviço de Referência: interface entre informação e usuário, tendo a frente bibliotecário de referência, respondendo questões, auxiliando, por meio de conhecimentos profissionais, os usuários. Momento de interação bibliotecário/usuário, é tipicamente o processo de referência. b) **Serviço de Referência e Informação**: Um recorte do todo da biblioteca, com pessoal, arquivo, equipamento, metodologia própria para melhor canalizar o fluxo final da informação e otimizar o seu uso, por meio de linhas de atividades. Momento em que o acervo de documentos existente na biblioteca vai transformar-se em acervo informacional, tendo o bibliotecário de referência como o principal interpretador. Enfim, é o esforço organizado da biblioteca toda, no seu momento fim, quando o SRI representa a biblioteca funcionando na sua plenitude para o público.

O serviço de referência e informação é voltado para as necessidades informacionais e não documentais: a unidade de informação está além do seu espaço físico.

A análise do conceito de SRI – Serviço de Referência e Informação resgata noção da mediação da informação, porque o serviço valoriza a comunicação, a informação, os fluxos informacionais, os canais utilizados, mas não é o aspecto tangível, o caráter tecnológico, e sim os processos de como a comunicação e processo de mediação ou referência aconteceram.

Uma frase presente no conceito do Serviço de Referência e Informação também merece uma análise mais detalhada: “Momento em que o acervo de documentos existente na biblioteca vai transformar-se em acervo informacional, tendo o bibliotecário de referência como o principal interpretador.” A ideia básica aqui presente é a de que a biblioteca não é, a priori, um espaço que aglutina informações, mas um local que armazena documentos. Esse espaço transforma-se em acervo informacional apenas quando há uma mediação e quando o usuário explicita sua satisfação em relação ao que buscava. Em outras palavras: o documento não é em si uma informação, mas pode sustentar várias, inúmeras informações, dependentes da pessoa que fará uso do documento. O documento, o suporte é concreto, a informação não. (ALMEIDA JUNIOR, 2003, p. 58).

### 3.4 Políticas Públicas

A interdisciplinaridade da natureza da política pública torna árdua a construção de patamares teóricos comuns de discussão. (MARQUES; FÁRIA, 2010, p. 7). Essa riqueza de

---

<sup>69</sup> MACEDO, Neusa Dias de. Princípios e reflexões sobre o Serviço de Referência e Informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.23, n.1/4, p.9-37, jan./dez. 1990.

sentidos se origina dos vários setores da sociedade que uma política pública pode surgir. É claro que ela é instituída pelo Estado, mas por vezes pode ser constituída por pressões sociais e o Estado, para controlar, estabelece atos legais.

Cabe esclarecermos, que não é fácil definir "política pública", pois segundo Souza (2006, p. 24), este é um tema complexo constituído por um conjunto de fatores intervenientes com diferentes graus de importância relativa, dentre os quais se destacam indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses, dentre outros. Os saberes envolvidos na elaboração de uma política pública também são oriundos de muitas disciplinas, como a "sociologia, da ciência política e da economia" e também "antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas", disciplinas que muito têm contribuído nos avanços teóricos e empíricos sobre a temática. Em um artigo de revisão da literatura sobre o assunto, a autora afirma:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead<sup>70</sup> (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn<sup>71</sup> (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters<sup>72</sup> (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye<sup>73</sup> (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell<sup>74</sup>, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2006, p. 24).

Ela destaca, ainda que outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, bem como o aspecto do jogo de interesses e ideias que entram na disputa pela definição do que seja uma política pública. Souza (2006, p. 25) destaca que, nas políticas públicas são marcantes "as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade". Em certo sentido, Souza entende política pública

---

<sup>70</sup> MEAD, L. M. *Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents*, Fevereiro:1-4. 1995.

<sup>71</sup> LYNN Lynn, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

<sup>72</sup> PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

<sup>73</sup> DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984

<sup>74</sup> LASWELL Laswell, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Para ARRETCHE<sup>75</sup>, 2003 apud MARQUES; FARIA, 2013, p. 18, no Brasil, o crescente interesse pelo estudo das políticas públicas está diretamente relacionado a um intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais – resultado em grande parte da redemocratização e das configurações do país em termos constitucionais, uma vez que na Constituição Federal municípios e estados são recortes importantes - “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, para os autores - da operação de ações de efetivação de grandes metas e ideias traçadas em nossa Carta Magna.

O interesse dos estudos sobre políticas públicas é positivo apesar do desconhecimento das estruturas citadas por Arretche (2003) porque promovem debates nas questões macros e micros sobre as áreas de interesse. Os trabalhos de Busquet (2012) e Caetano (2014) trazem discussões para a Ciência da Informação e Biblioteconomia, respectivamente, pertinentes à biblioteca universitária no tema das políticas públicas da educação superior.

Como bem observou Busquet (2012), a universidade brasileira vem se moldando através de políticas públicas transformadas em atos normativos e a biblioteca universitária, em conjunção, vivencia os efeitos desses atos.

### 3.5 Criação da universidade brasileira: os dispositivos legais

A universidade no Brasil não foi criada como um bem cultural para atender necessidades da sociedade com um todo. Seus objetivos não estavam fundamentados na realidade social das minorias (FAVERO, 2006, p. 19).

A formação intelectual das elites ocorria em Portugal na época do Brasil colônia e, mesmo com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, a universidade só foi criada um século depois. O máximo que existia eram escolas superiores.

---

<sup>75</sup> ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso), São Paulo, v. 18, n.51, p. 7-9, 2003.

Assim VillaNova<sup>76</sup> (1948, p. 21 *apud* FAVERO, 2006, p. 8) explica o início do ensino superior no Brasil.

Nesse contexto, no ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médico-cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em 1909 é criada a Universidade de Manaus, em 1911 a Universidade de São Paulo, em 1912 a Universidade do Paraná como instituições livres.

Em 1915 o Decreto 11.530 de 18 de março, conhecido como Reforma Carlos Maximiliano, “Reorganiza o ensino secundário e o superior na República” (BRASIL, 1915). Esse decreto atribui aos institutos federais personalidade jurídica e no artigo 6º prometeria a reunião das Universidades das Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar.

Em 1920 o Decreto 14.343 de 7 de setembro estabelece a Universidade do Rio de Janeiro baseado no art. 6º do Decreto 11.530 de 1915 que trata sobre a autonomia administrativa e didática das universidades. Assim, a Universidade do Rio de Janeiro é considerada a primeira Universidade sob a égide de legislação Federal criada.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública pelo Decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930 marca o início da centralização política no campo da educação superior no Brasil (FAVERO, 2010, p. 23). Até 1953 chama-se Ministério da Educação e Saúde. Com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura, com a sigla MEC. Em 1982 é criado o Ministério da Cultura. Em 1992 tornou-se Ministério da Educação e do Desporto. Somente a partir de 1995 o Ministério da Educação tem o assunto como única pasta de responsabilidade. (BRASIL, 2013).

Nessa linha de centralização, o Governo Federal

elabora seu projeto universitário, articulando medidas que se estendem desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-lei nº 19.851/31) à organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-lei nº

---

<sup>76</sup> VILLANOVA, José (Org.). **Universidade do Brasil. Rio de Janeiro: Serviços dos Países S.A., 1948.**

19.852/31) e à criação do Conselho e à criação do Conselho Nacional de Educação (Decreto-lei nº 19.850/31). (FAVERO, 2010, p. 23).

### 3.5.1 A tentativa de criar uma universidade verdadeiramente autônoma

Faveiro (2010) nos conta a história dessa façanha.

A promulgação da segunda Constituição Republicana (1934) e a eleição do presidente Getúlio Vargas pelo Congresso gerou na sociedade a expectativa do retorno da democracia liberal, porém logo a seguir a sua eleição, tendências centralizadoras e autoritárias recuperam a hegemonia. Estava criado o Estado Novo.

No mandato do Pedro Ernesto em 1934, foi instituída a Universidade do Distrito Federal (UDF), graças ao esforço, tenacidade e iniciativa de Anísio Teixeira. A UDF surge com uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país, inclusive da USP, caracterizando-se como um empreendimento que procura materializar “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (ALMEIDA<sup>77</sup>, 1989, p. 195 *apud* FAVERO, 2010, p. 23).

A UDF foi criada por intelectuais e educadores que questionavam o modelo de educação superior no Brasil.

Fundada no Rio de Janeiro, capital da República, pelo Decreto Municipal nº 5.513/35, apesar de ter existido por período inferior a quatro anos essa instituição marcou significativamente a história da universidade no país, pela forma criadora e inovações com que a experiência se desenvolveu. Vale lembrar que, desde o início, apesar de grandes obstáculos, ela se apresenta não somente com uma definição precisa e original do sentido e das funções da universidade, mas também prevê os mecanismos que se fazem necessários, em termos de recursos humanos e materiais, para a consecução de seus objetivos. (FAVERO, 2010, p. 24)

O discurso proferido por Anísio Teixeira na inauguração cursos da UDF (31.05.1935) faz uma comparação brilhante da Universidade com o livro. Os dois em si cumprem sua função, formar e informar, a diferença é: Como se faz? Por que se faz? Para quem?

A função da universidade é maior do que formar profissionais para o mercado de trabalho.

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a

---

<sup>77</sup> ALMEIDA, M. H. T. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELLI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice, Ed. dos Tribunais: IDESP, 1989, p. 188-226.

conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades. (TEIXEIRA<sup>78</sup>, 1998, p. 35 *apud* FAVEIRO, 2010, p. 25).

Segundo Faveiro (2010, p. 25) “Anísio chama a atenção para um problema fundamental: uma das características da universidade é a de ser um *locus* de investigação e de produção do conhecimento”. A UDF funciona de 1936 a 1939. Sendo extinta pelo Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Entretanto oficialmente seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil que não dispunha de autonomia universitária.

Vale observar ainda que, ao instituir a Universidade do Brasil, a Lei nº 452/37, que a criou, não faz referência ao princípio de autonomia em suas disposições gerais. Essa inferência procede quando se analisa o art. 27, o qual dispõe que tanto o reitor como os diretores dos estabelecimentos de ensino seriam escolhidos pelo presidente da República, dentre os respectivos catedráticos e nomeados em comissão. Por outro lado, torna-se expressamente proibida, aos professores e alunos da universidade, qualquer atitude de caráter político-partidário ou comparecer às atividades universitárias com uniforme ou emblema de partidos políticos. (FAVEIRO, 2010, p. 26).

Em 1945 após a queda do Estado Novo o Decreto-Lei nº 8.393, de 17 de Dezembro de 1945 “Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências”.

### 3.5.2 A Reforma Universitária de 1968

Os movimentos pós-45 em prol da redemocratização do país influenciaram a Universidade, que lutou pela autonomia e modernização.

As demandas sociais dos defensores de um modelo de universidade diferente, próximo ao da UDF ressurgiram. O movimento estudantil também fez coro nesse posicionamento de forma muito densa.

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então, vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30. (FAVEIRO, 2010, p. 29).

---

<sup>78</sup> TEIXEIRA, Anísio. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

A UNE – União Nacional dos Estudantes realiza vários seminários nos anos iniciais da década de 60, mas o Golpe Militar de 1964 suspende qualquer possibilidade de uma reforma universitária com participação popular.

O governo militar, em consonância com assessoria estrangeira, inicia a sua reforma universitária. O principal marco legal desse processo foi o Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a “crise da Universidade.” (FAVERO, 2010, p. 32).

A Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, estabelecida para criar diretrizes da qual resulta a Reforma Universitária Brasileira, sustentado pelo Relatório MEC-USAID de 1966, junto com Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968). Esse relatório imprimiu na universidade brasileira uma reforma que influencia as estruturas universitárias (e das bibliotecas universitárias) até hoje (BUSQUET, 2012).

Em Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – revogou a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968.

Outro marco muito importante em termos de diretrizes legais federais foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

O REUNI é um programa de expansão das universidades federais para o interior do Brasil, o que promoveu descentralização do acesso ao ensino superior somente nos grandes centros. Também proporciona o aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação e a permanência dos candidatos através de programas de inclusão social.

Entretanto a reestruturação física das universidades e o investimento em recursos humanos não acontece de acordo com o crescimento do número de vagas oferecidas e a constituição de novos cursos. A relação do número de alunos por professor e o número de usuários por biblioteca ou por bibliotecário aumentou (BUSQUET, 2012). No âmbito da biblioteca universitária, afetada por esse programa, o quantitativo de pessoal é escasso para atender a demanda crescente. Ao mesmo tempo, ainda não temos avaliado se o desenvolvimento das coleções é nivelado com os novos cursos e quantidade de alunos.

A seção seguinte aborda a questão acima através dos recortes das fontes de informação utilizadas no serviço de referência das bibliotecas universitárias.



### 3.6 Biblioteca Universitária

As bibliotecas existem vinculadas a uma instituição dentro de um sistema social e por isso são influenciadas pelos contextos e correlações de forças existentes nesse sistema. A biblioteca universitária não foge a essa regra, haja vista a sua própria definição: “a que é mantida por uma instituição de ensino superior e que atende às necessidades de informação dos corpos docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53).

Uma biblioteca tem como função atender com excelência às necessidades informacionais da comunidade em que está inserida. Quando nos referimos às bibliotecas universitárias alcançar esse objetivo é oferecer suporte à função da Universidade<sup>79</sup> que é o tripé acima mencionado.

Oferecer subsídios para formar uma massa crítica é papel também da Universidade, senão mudanças, quando necessárias, não ocorrerão nas estruturas funcionas da sociedade. A biblioteca universitária deve auxiliar nesse viés também.

As universidades no Brasil são regidas por normas que expressam a vontade do legislador e são aplicadas como políticas públicas através de dispositivos legais. Esses dispositivos que regem a dinâmica das universidades induzem suas decisões e práticas. Os atos legais voltados para a universidade, no geral não se dirigem às bibliotecas universitárias, até porque não as citam. No entanto, as bibliotecas como um ente dinâmico desse sistema (universidade), são afetadas por uma pluralidade de atos legais cogentes.

Caetano (2014) afirma que a única política brasileira específica para biblioteca universitária foi o Plano Nacional de Biblioteca Universitária - criado em 1986, o que confirma a suspeita de Carvalho (2004, p. 90) ao escrever “talvez o PNBU tenha sido o embrião da única política pública para o setor [...]”. Segundo Carvalho (2004) o PNBU foi extinto em meados de 1990. O Decreto 98.964 de 16 de fevereiro de 1990 instituiu Programa

---

<sup>79</sup> **Art. 52º.** As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: **I** - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; **II** - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; **III** - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber (BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996b).

Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior – PROBIB que substituiu o PNBUS.

O que se depreende deste silêncio legal é que os agentes envolvidos no fazer da biblioteca universitária sabem que têm uma função, mas não dispõem de amparo ou diretrizes legais de como exercê-la, o que, na prática equivale a um apagamento em todos os níveis da Administração Pública ou, quando muito, a posição da biblioteca em enésimo plano nos projetos e programas universitários. Como bem coloca Miranda (1981) em apresentação do livro de Carvalho (1981):

E a biblioteca universitária?

Parece que ela não foi criada para servir de base ao aperfeiçoamento do sistema educacional, mas, ao contrário, apenas para o cumprimento, em condições mínimas e sem efetiva continuidade, das exigências impostas pela legislação que regulamenta o funcionamento de cursos acadêmicos.

Sobre a importância no contexto universitário brasileiro é exemplar a conhecida citação ao texto de Zeferino Vaz, que foi reitor de três grandes universidades brasileiras, tendo sido o fundador de uma delas, a UNICAMP:

Instituições científicas, universitárias ou isoladas constroem-se com cérebros e não com edifícios. Escala de prioridades: a) cérebros; b) cérebros; c) cérebros; d) bibliotecas; e) equipamentos; f) edifícios. Isto é importante acentuar porque neste país acreditamos em fachadas. (GOMES<sup>80</sup>, 2007, p. 101 *apud* PEDRÃO, 2013, p. 75)

Uma observação importante é como afirma Cunha (2000, p. 71), “a biblioteca não é um ente isolado, estando, portanto, inserida em um contexto maior”. No que tange a biblioteca universitária, ela é ínsita a uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade, que tem políticas que a conduz.

A biblioteca universitária é, por vezes, alijada no exercício do seu papel de oferecer serviços e produtos que atendam necessidades informacionais a comunidade acadêmica por sua dependência institucional que limita questões hierárquicas e ações orçamentárias, por exemplo. Mas de forma contraditória a biblioteca universitária está inserida em um projeto político-pedagógico que exige uma postura que qualifique os cursos atendidos, porém os subsídios exigidos não são concedidos.

---

<sup>80</sup> GOMES, Eustáquio. O mandarim: história da infância da Unicamp. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Os recortes das fontes de informação utilizadas no serviço de referência das bibliotecas universitárias, Plataforma Lattes, o Portal de Periódicos CAPES/MEC, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) e o Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos (SCAD), Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) são políticas implantadas pelo governo brasileiro através dos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia.

Tais fontes não são específicas para a biblioteca universitária. São fontes disponíveis para os pesquisadores nacionais e internacionais, principalmente para a Ciência e também para o ensino. Contudo as Bibliotecas Universitárias são afetadas como prestadoras de serviços informacionais voltados para o ensino e produção de C&T.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Na tentativa de realizar o que se propunha nosso estudo apresentou muitas limitações e problemas. A proposta inicial era analisar as citações das dissertações e teses dos alunos egressos em 2012 dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* filiados à Decania do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Localizamos o total de 381 mestres e 191 doutores nas fontes disponíveis na UFRJ. Como o universo a coletar era muito grande, realizamos uma amostra por curso para definir quantas teses e dissertações seria necessário localizar e coletar. A quantidade seria 154 dissertações e 76 teses dos 29 cursos.

Foi preciso realizar por questões gerenciais e administrativas da Universidade seleção do universo dos dados obtidos.

Sendo assim, trabalhamos com 43 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado. O total de citações analisadas foram 6519. O Portal de Periódicos CAPES/MEC contém 5543 das referências, o que representa 85% da amostra.

As demais fontes contabilizaram 976 referências, 15% da amostra. Dentre elas 167 referências o usuário teria disponível na BC/CCS. Julgamos uma quantidade interessante porque o acervo é somente atualizado com doações. Esse dado demonstra a importância da manutenção dos acervos físicos de periódicos a despeito do acesso eletrônico que normalmente cobre coleções antigas.

O cálculo realizado para detectamos a proporção de acesso livre contabiliza os acessos às fontes inclusive. Foram 1678 referências disponíveis em acesso aberto, ou 25% da amostra. Esse aspecto, observado, é positivo para a área da saúde, apesar do comparativo de acesso livre entre os cursos de Mestrado e Doutorado explicitar que o número de citações com acesso aberto para a pesquisa de doutorado ser menos. Isso é um indicador que nas pesquisas de ponta o acesso livre é limitado.

Por isso a abertura de canais imprescindíveis de acesso deve existir porque as pesquisas na sua maioria são financiadas por instituições públicas e os seus resultados devem ser divulgados à comunidade.

Outro ponto é a defasagem de tempo que ocorre para a comunidade acadêmica ter acesso as dissertações e teses produzidas no ano corrente ou anterior. Por problemas administrativos das secretarias dos cursos, além do processo burocrático para a biblioteca receber o depósito legal das dissertações e teses, a BC/CCS inclui esses documentos em seu acervo em média com um ano de atraso. Mas é preciso considerar que a biblioteca tem sua

parcela de responsabilidade nesse regime, ao adotar uma política de catalogação das publicações depois que recebe toda produção do ano anterior de determinado curso. É necessário rever essa prática, pois o acesso atualizado fica comprometido.

Em nossa pesquisa tivemos que coletar dados de 2012 para serem apresentados em 2014.

Os cursos elencados para a análise foram escolhidos aleatoriamente e são os seguintes: Biotecnologia Vegetal, Educação Física, Anatomia Patológica, Cardiologia, Ciências Cirúrgicas, Clínica Médica, Farmacologia e Química Medicinal, Química de Produtos Naturais, Ciências Nutricionais.

Nosso projeto de análise de citações envolveu grupos de mestres e doutores egressos que não foram necessariamente usuários reais da biblioteca do BC/CCS. Porque para usufruir desses serviços oferecidos não é necessário ser um usuário cadastrado na biblioteca – concepção tradicional de usuário real.

Identificamos a comunidade discente dos cursos *stricto sensu* de 2012, o que atendeu o primeiro objetivo da pesquisa. A intenção de estabelecer uma amostra das teses e dissertações defendidas em 2012 foi atingida, porém não analisamos toda a amostra. Identificamos todos os fascículos de periódicos citados nas listas de referências.

Não localizamos todos os fascículos citados no Portal de Periódicos Capes ou em outros canais de fontes de acesso possivelmente utilizados por esses usuários. Por isso foi instituída a categoria ‘outra forma de acesso’.

O objetivo de Estabelecer os percentuais de uso potencial da coleção virtual dos Periódicos CAPES/MEC, da coleção impressa<sup>81</sup> da BC/CCS/UFRJ e das demais fontes de acesso através da amostra de dissertações e teses coletadas foi realizada via eliminação dos demais canais de acesso elencados se na primeira pesquisa no Portal de Periódicos localizávamos o fascículo.

Assim hipótese que o Portal de Periódicos/MEC/CAPES seria a principal canal de acesso a informação para recuperação de artigos se confirmou de forma expressiva, como se pode verificar nos gráficos abaixo.

Depreendemos que não realizamos um estudo de usuário ou comportamento informacional porque não perguntamos diretamente ao usuário onde e como ele acessou as fontes, mas sim um estudo de uso da coleção que também é válido, pois proporciona dados

---

<sup>81</sup> Mais adiante, explicaremos que a coleção em papel dos periódicos da BC/CCS/UFRJ está fechada para uso desde setembro de 2012.

para a gestão de coleções. Notamos somente no final do trabalho que partimos do pressuposto que os usuários sabem utilizar os canais de acesso a fontes de informação, contudo não temos essas informações porque não o entrevistamos. Portanto realizamos um estudo de uso de coleções.

Gráfico 1 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Biotecnologia Vegetal.

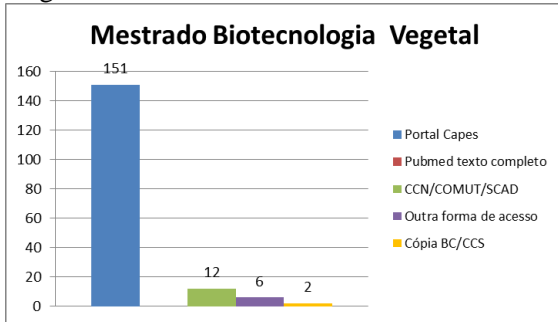


Gráfico 2 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Biotecnologia Vegetal.

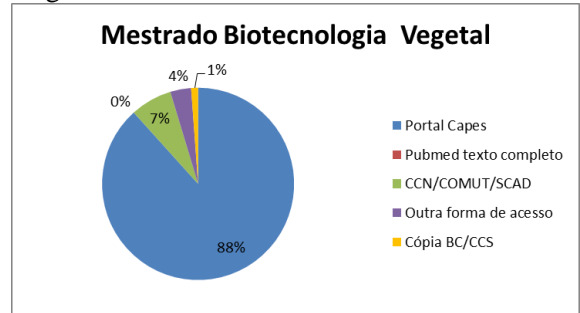


Gráfico 3 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Biotecnologia Vegetal. Números absolutos.

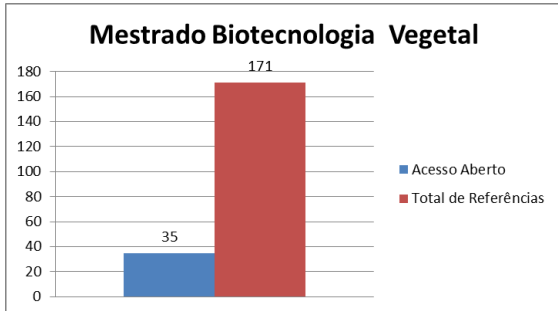


Gráfico 4 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Biotecnologia Vegetal. Números percentuais.

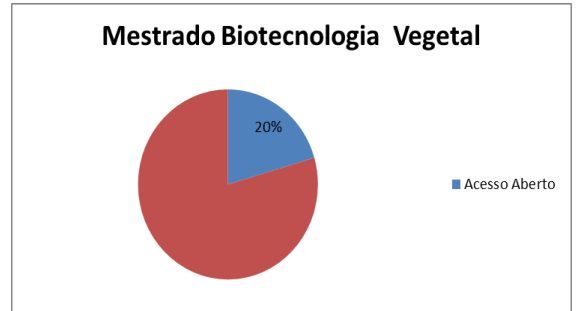


Gráfico 5 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Biotecnologia Vegetal.

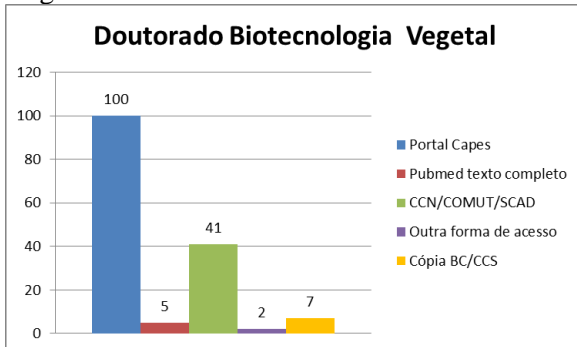


Gráfico 6 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais: Doutorado em Biotecnologia Vegetal.

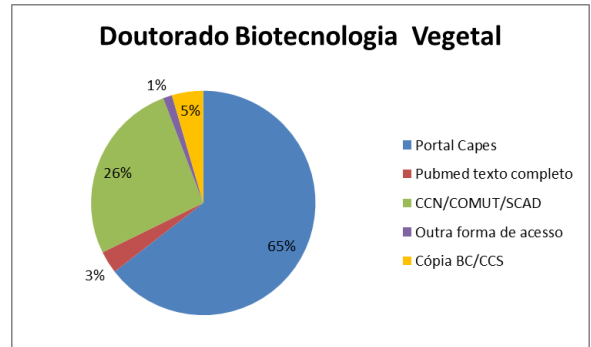


Gráfico 7 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Biotecnologia Vegetal. Números absolutos

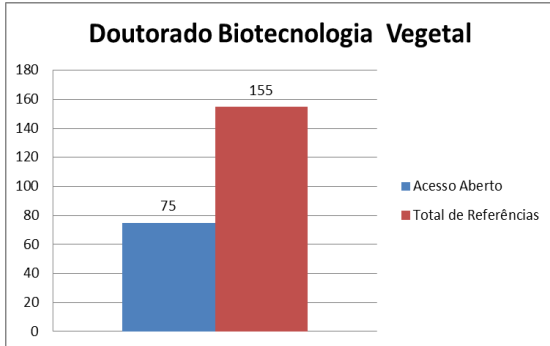


Gráfico 8 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Biotecnologia Vegetal. Percentuais

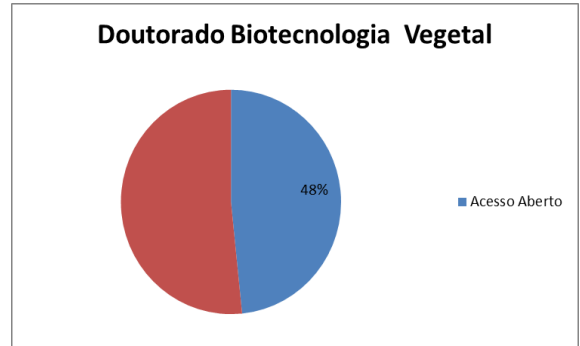


Gráfico 9 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Educação Física.

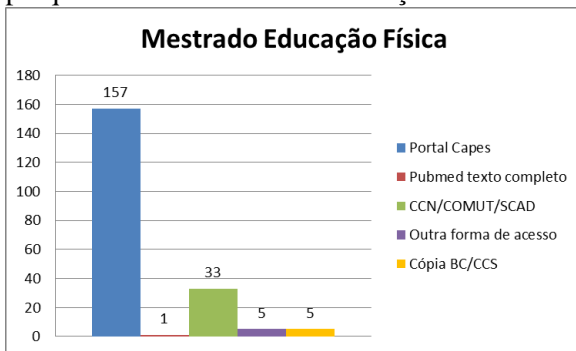


Gráfico 10 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Educação Física.

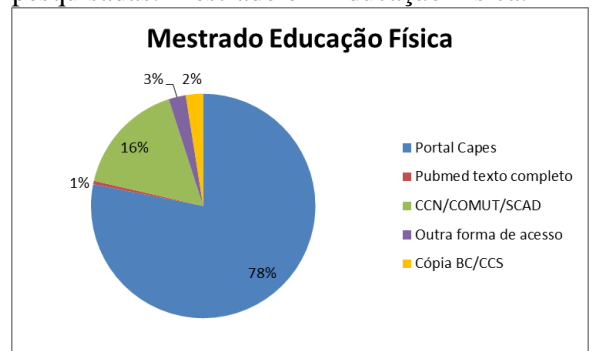


Gráfico 11 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Educação Física. Números absolutos.

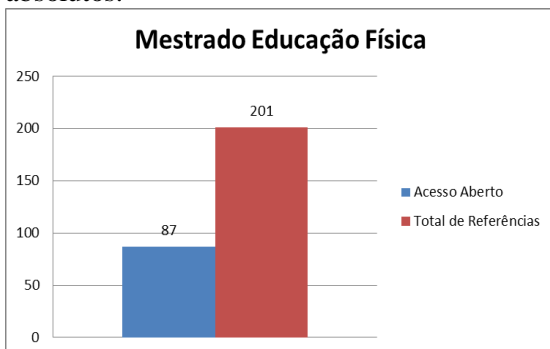


Gráfico 12 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Educação Física. Percentuais.

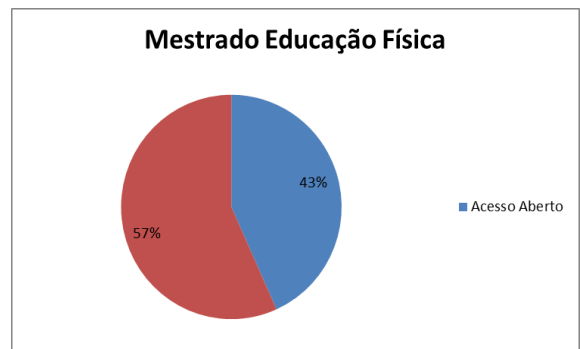




Gráfico 13 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Anatomia Patológica.

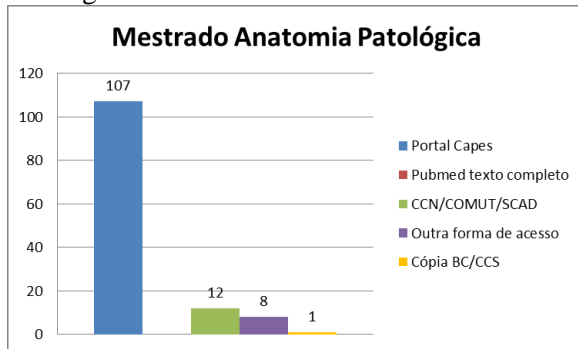


Gráfico 14 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Anatomia Patológica

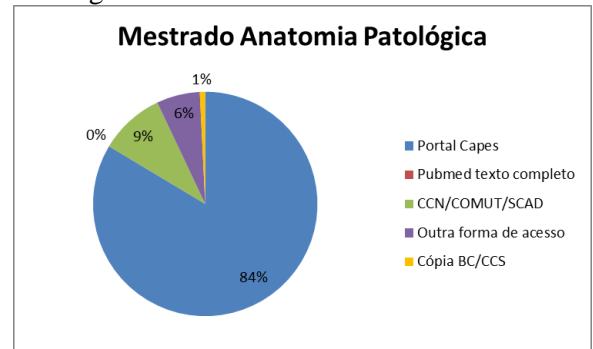


Gráfico 15 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Anatomia Patológica. Números absolutos.

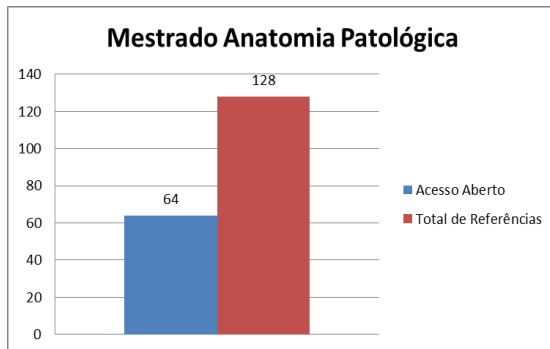


Gráfico 16 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Anatomia Patológica. Percentuais.

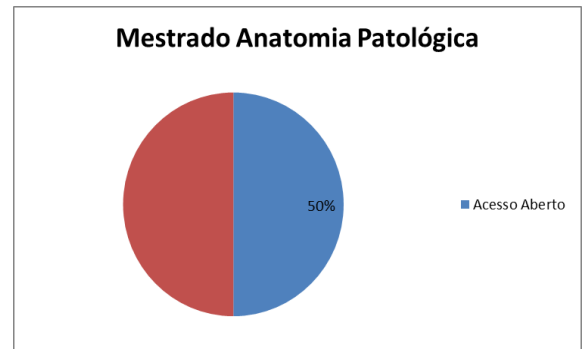


Gráfico 17 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Cardiologia.

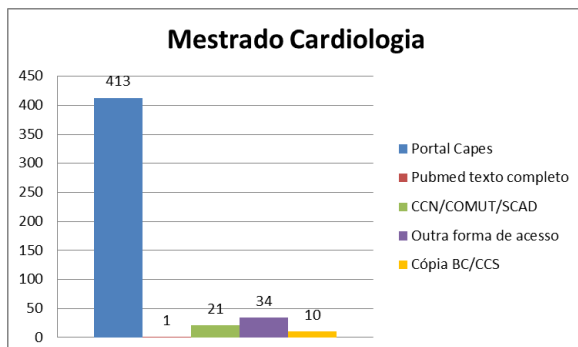


Gráfico 18 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Cardiologia.

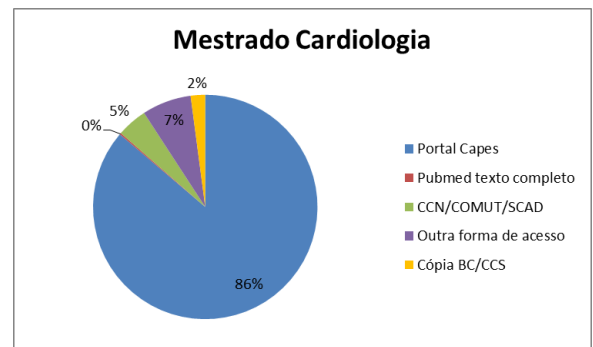


Gráfico 19 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Cardiologia. Números absolutos.

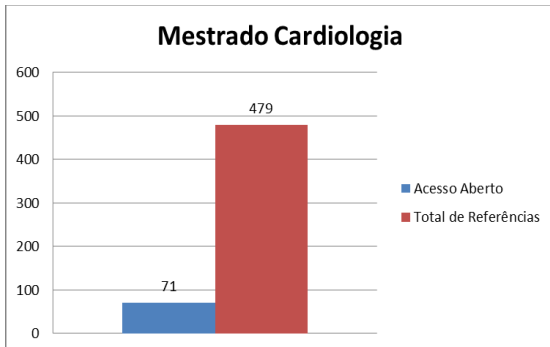


Gráfico 20 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Cardiologia. Percentuais.

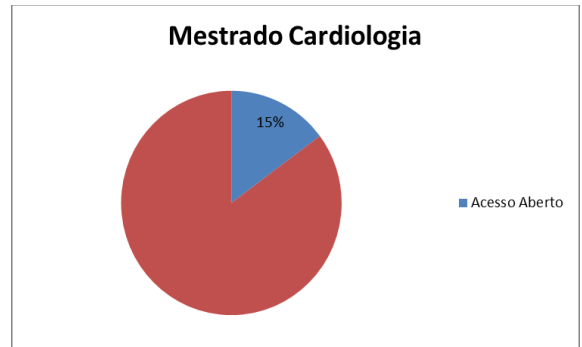


Gráfico 21 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Cardiologia.

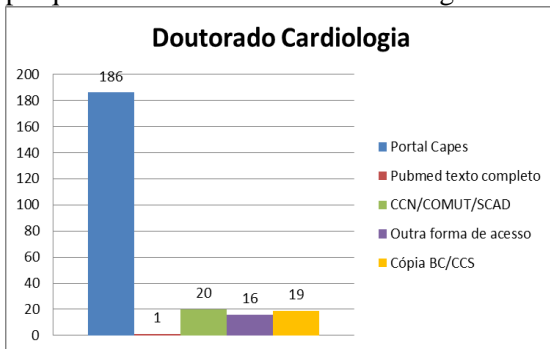


Gráfico 22 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Cardiologia

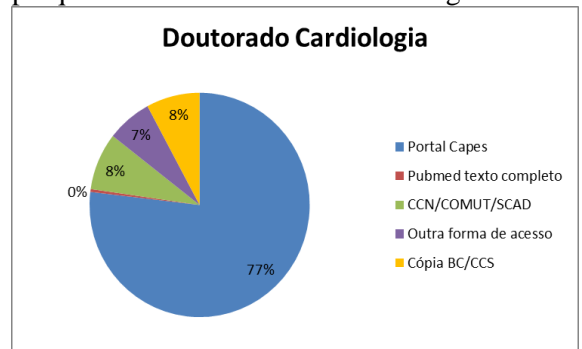


Gráfico 23 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Cardiologia. Números absolutos

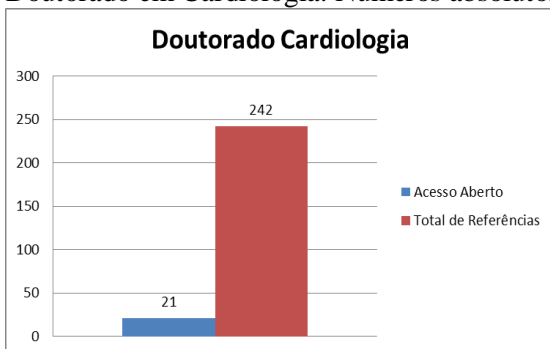


Gráfico 24 – Quantitativo de referências acessadas disponível em acesso livre: Doutorado em Cardiologia. Percentuais.

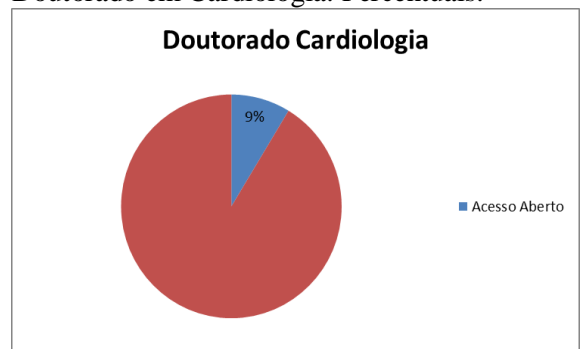


Gráfico 25 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Ciências Cirúrgicas

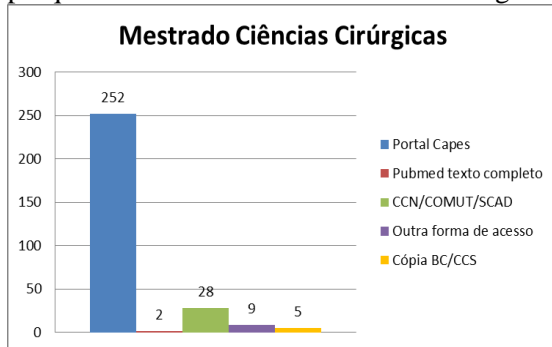


Gráfico 26 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Ciências Cirúrgicas

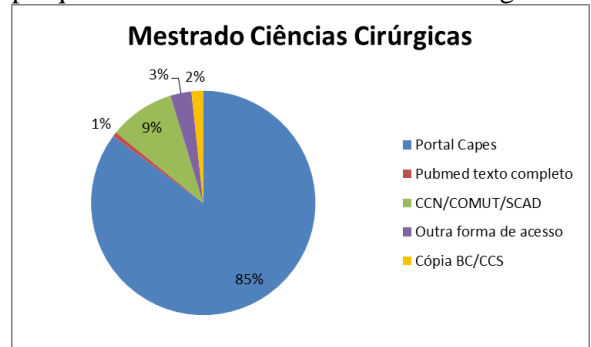


Gráfico 27 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Ciências Cirúrgicas. Números absolutos

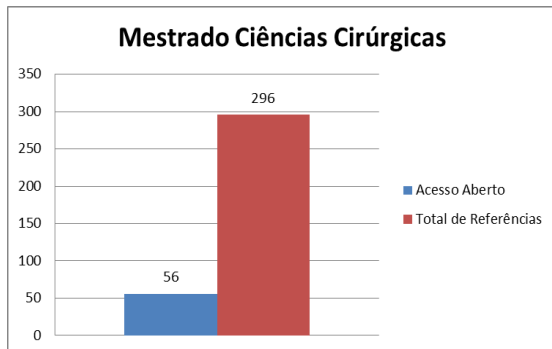


Gráfico 28 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Ciências Cirúrgicas. Percentuais

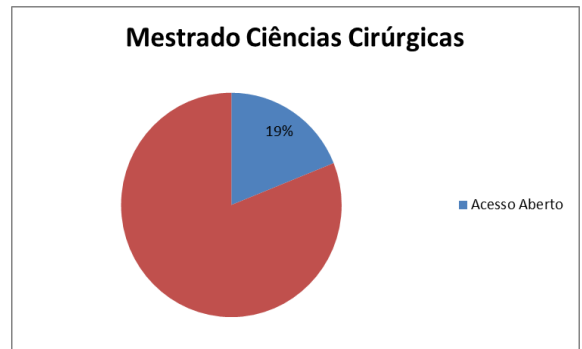


Gráfico 29 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Cirúrgicas.

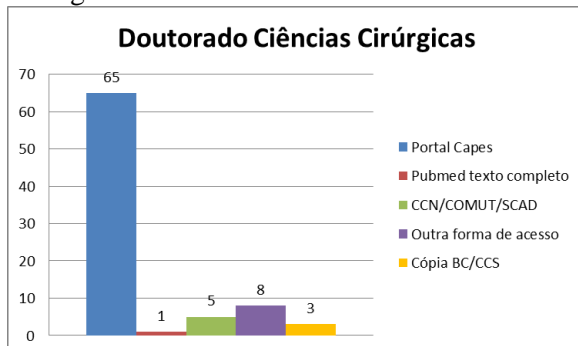


Gráfico 30 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Cirúrgicas.

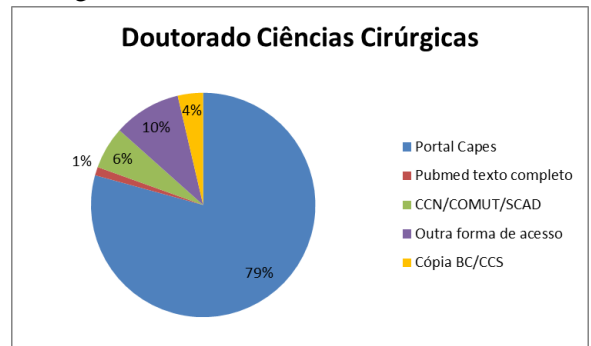


Gráfico 31 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Cirúrgicas. Números absolutos

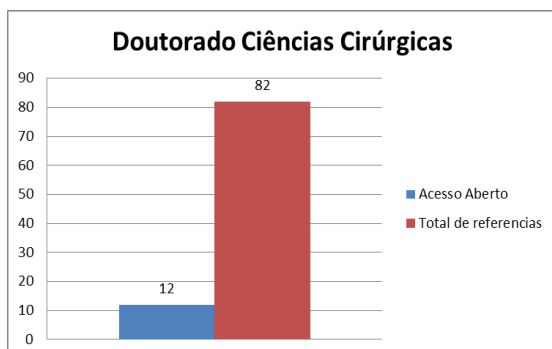


Gráfico 32 - Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Cirúrgicas. Percentuais

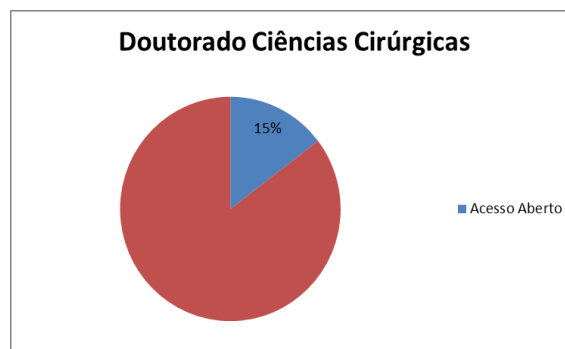


Gráfico 33 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Clínica Médica.

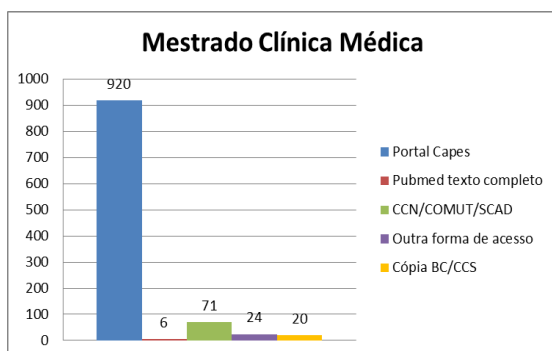


Gráfico 34 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Clínica Médica.

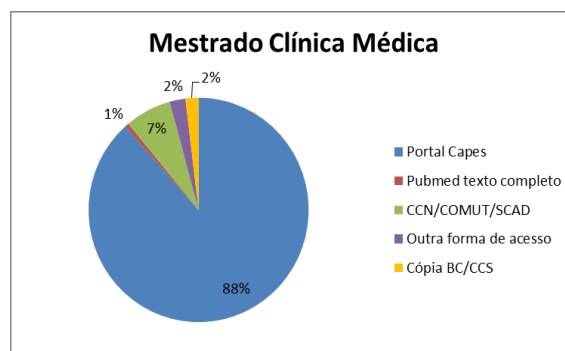


Gráfico 35 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Clínica Médica. Números absolutos.

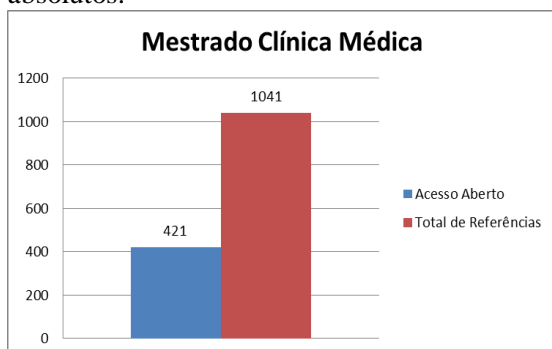


Gráfico 36 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Clínica Médica. Percentuais.

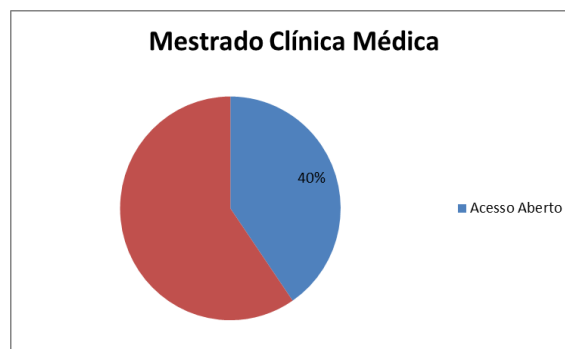


Gráfico 37 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Clínica Médica

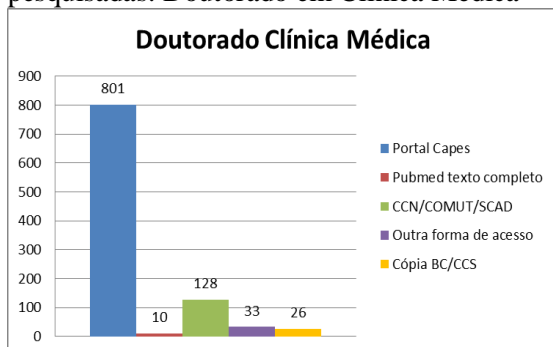


Gráfico 38 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Clínica Médica

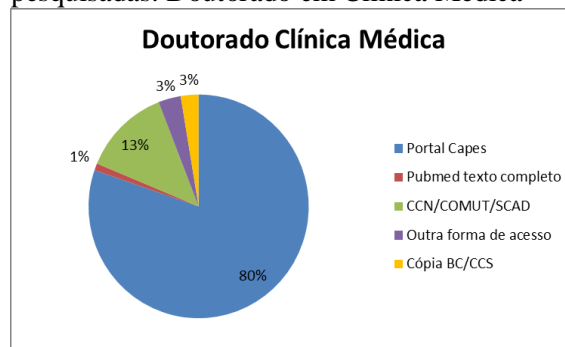


Gráfico 39 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Clínica Médica. Números absolutos.

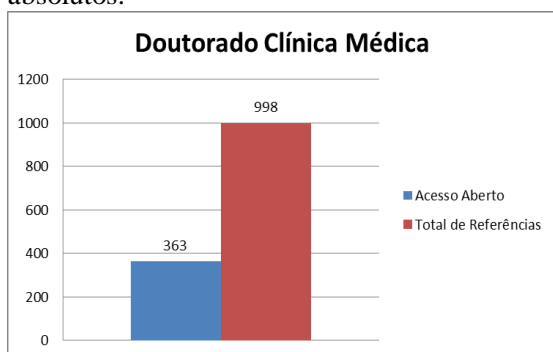


Gráfico 40 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Clínica Médica. Percentuais.

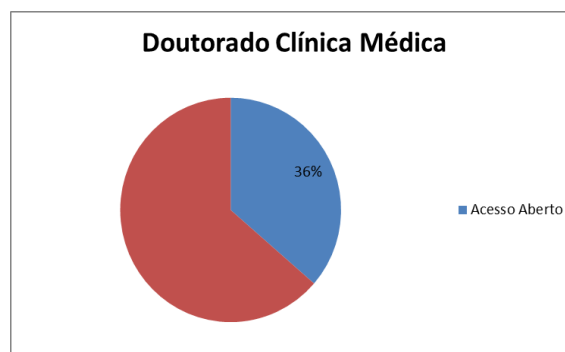


Gráfico 41 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal.

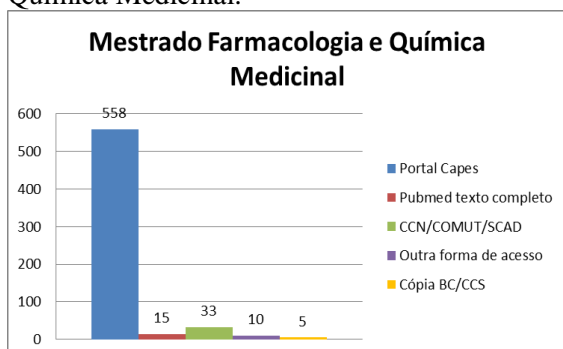


Gráfico 42 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas. Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal.

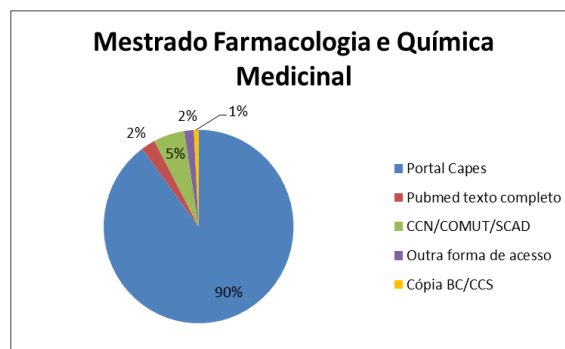
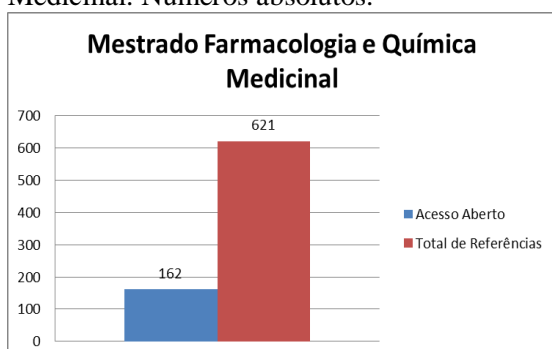


Gráfico 43 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal. Números absolutos.



44 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Farmacologia e Química Medicinal. Percentuais.

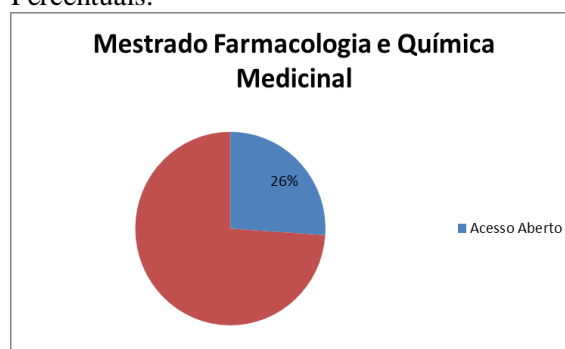


Gráfico 45 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal

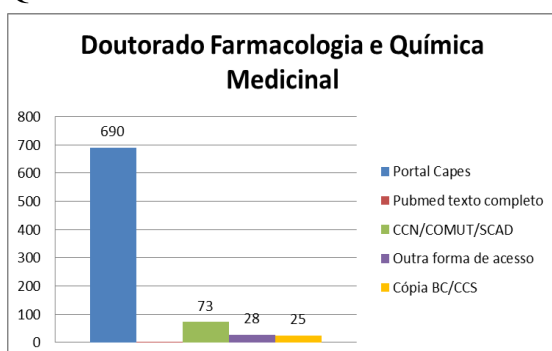


Gráfico 46 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal.

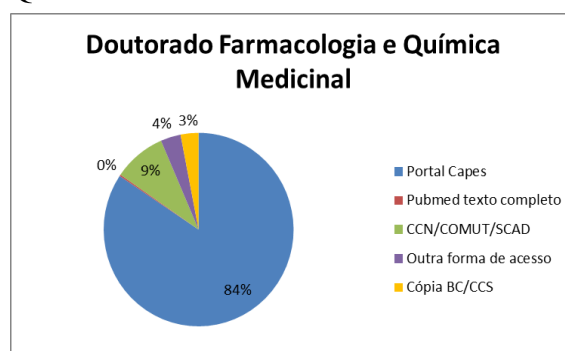


Gráfico 47 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal. Números absolutos.

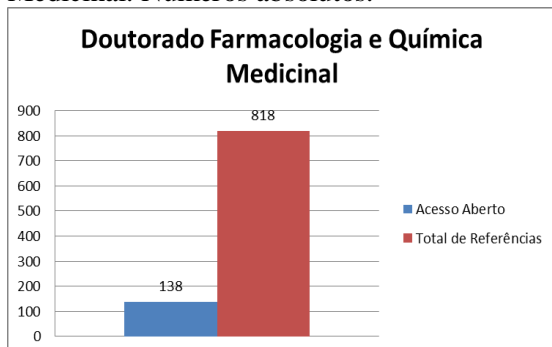


Gráfico 48 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Farmacologia e Química Medicinal. Percentuais.

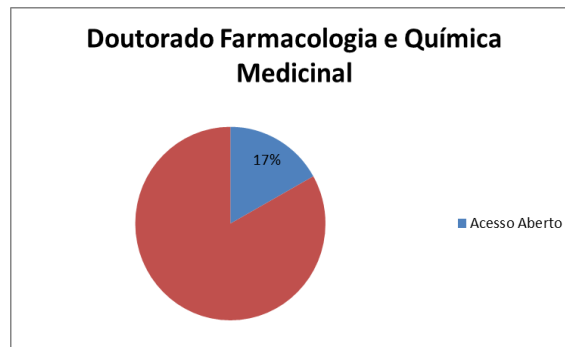


Gráfico 49 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Mestrado em Química de Produtos Naturais.

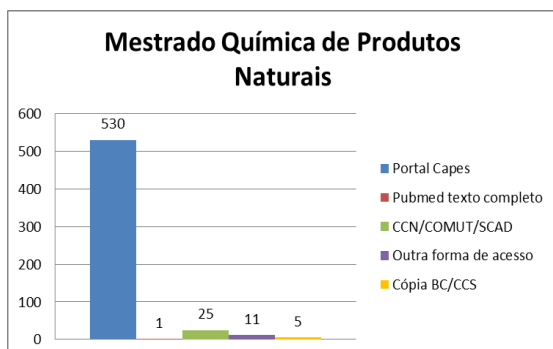


Gráfico 50 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Mestrado em Química de Produtos Naturais.

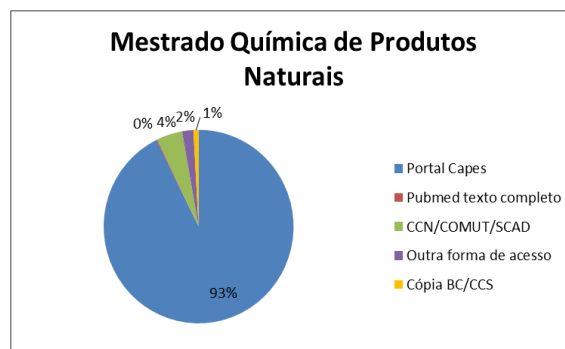


Gráfico 51 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Química de Produtos Naturais. Números absolutos.

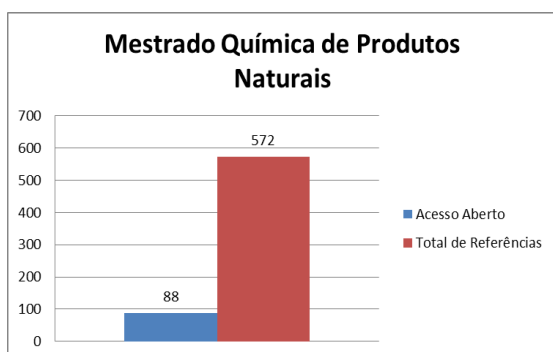


Gráfico 52 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Mestrado em Química de Produtos Naturais. Percentuais.

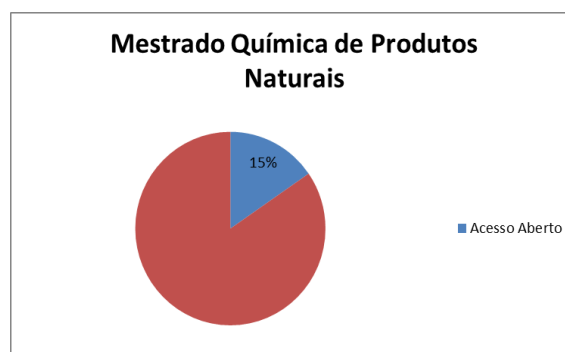


Gráfico 53 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Química de Produtos Naturais.

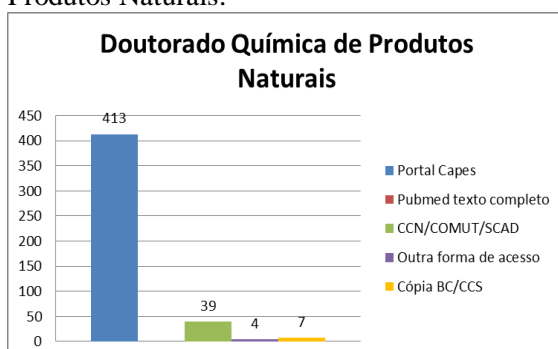


Gráfico 54 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Química de Produtos Naturais.

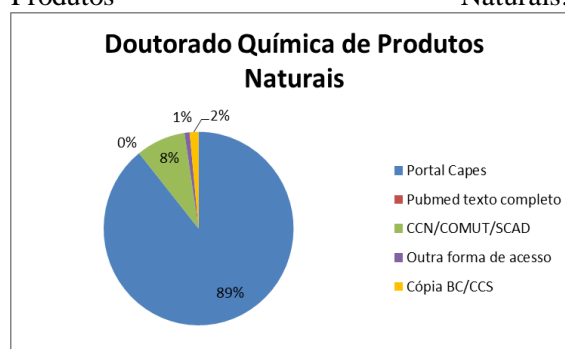


Gráfico 55 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Química de Produtos Naturais. Números absolutos.

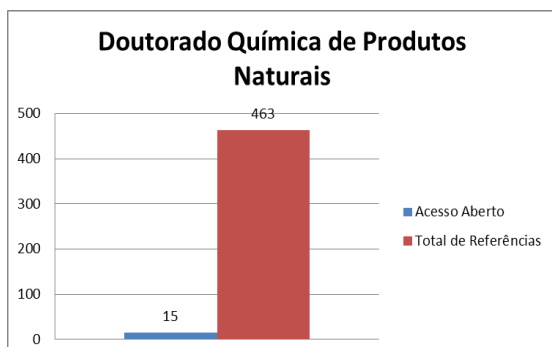


Gráfico 56 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Química de Produtos Naturais. Percentuais.

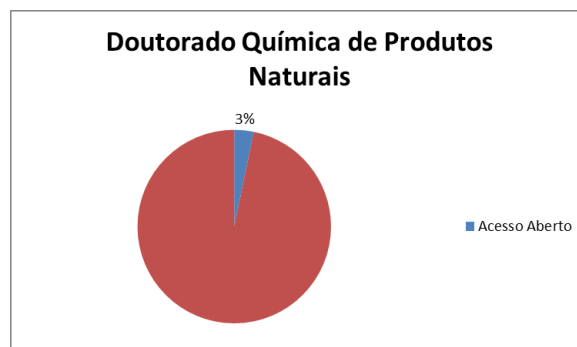


Gráfico 57 – Quantitativo de referências acessadas em números absolutos nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Nutricionais.

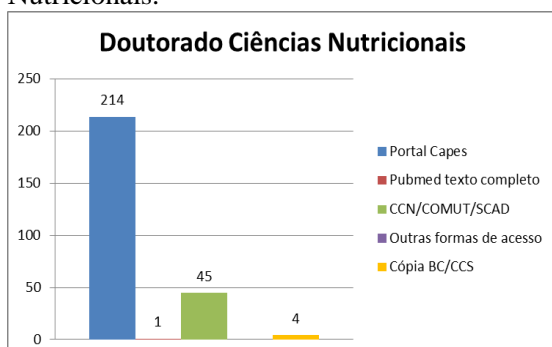


Gráfico 58 – Quantitativo de referências acessadas em percentuais nas fontes pesquisadas: Doutorado em Ciências Nutricionais.

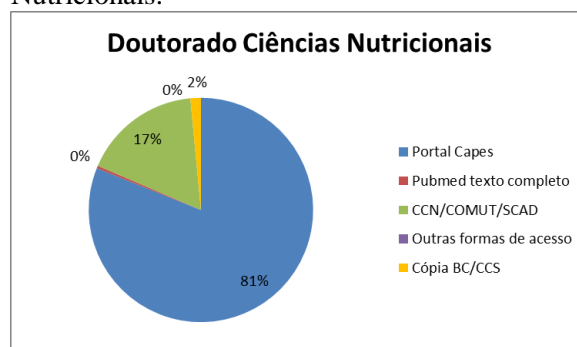


Gráfico 59 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Nutricionais. Números absolutos.

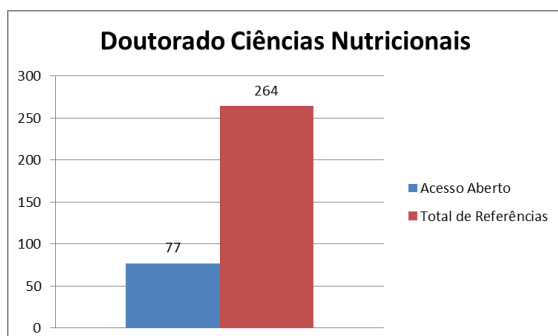
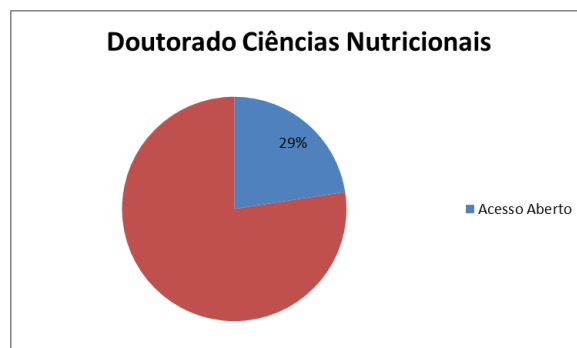


Gráfico 60 – Quantitativo de referências acessadas disponíveis em acesso livre: Doutorado em Ciências Nutricionais. Percentuais.





## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certeza do nosso objeto de pesquisa constituir-se dos impactos das políticas públicas em universidades públicas federais, com foco em uma questão informacional ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos trouxe de início uma aparente convicção de um bom recorte, porém a gama de possibilidades eram enormes.

Para essa dissertação o viés que tentamos traçar foi o dos efeitos das fontes informação online disponibilizadas pelo governo brasileiro através de políticas públicas de educação superior sobre acesso a publicações periódicas em saúde e áreas correlatas e o serviço de referência da BC/CCS/UFRJ.

Os canais utilizados foram: Plataforma Lattes, o Portal de Periódicos CAPES/MEC, o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas – CCN e o Programa de Comutação Bibliográfica – COMUT (CCN e COMUT), Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos – SCAD, Portal de Pesquisa da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (BVS e SCAD), e PubMed<sup>82</sup>.

Através da análise de citações das referências da amostra coletada dos trabalhos finais dos alunos de mestrado e doutorado vinculados aos cursos atendidos pela Biblioteca Central de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro – BC/CCS/UFRJ medimos o potencial uso das coleções virtual e física da biblioteca, seguindo uma hipótese talvez não suficientemente enunciada de que os serviços de informação no contemporâneo poderiam contemplar nichos insuspeitos de usuários potenciais que não comparecem fisicamente às unidades de informação.

De igual maneira, havia também a hipótese que o Portal de Periódicos/MEC/CAPES seria a principal fonte de informação potencial para recuperação de artigos, a qual se confirmou de forma expressiva, como se pode verificar nos gráficos analisados.

O impacto estatístico quanto ao uso potencial – por exclusão – do acervo de periódicos material da Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre sua comunidade real e potencial demonstra também a importância do acervo físico e a necessidade de políticas de preservação e conservação. Entretanto admitimos que essa percepção foi prejudicada porque utilizamos o procedimento de exclusão ao localizar

---

<sup>82</sup> Todos os dispositivos tecnológicos estão explicados na seção Metodologia. Também utilizamos a Base Dados Referencial PubMed – sistema de pesquisa da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos. A PubMed não foi um objeto de pesquisa porque não é política pública nacional e não possui participação do governo brasileiro. Mas informações da seção de Metodologia.

no Portal de Periódicos CAPES/MEC o fascículo e não verificarmos também se a BC/CCS/UFRJ o possui. Sugerimos a possibilidade de um estudo futuro considerando o procedimento por repetição.

Outro estudo exequível é realizar um comparativo entre a quantidade publicações periódicas e não periódicas e examinar as tipologias mais utilizadas nas área da saúde.

A disponibilização de acervo modalidade acesso livre no Portal de Periódicos CAPES/MEC – que não era objeto de nossa pesquisa – também foi constatado e considerado importante para esta investigação.

Diante das afirmações acima, comprovadas pelo material coletado a questão que colocamos é: Quais serviços a comunidade usuária potencial e real de pesquisa da BC/CCS/UFRJ necessita hoje em dia?

Talvez as necessidades informacionais da comunidade mais diretamente ligada à pesquisa não estejam sendo atendidas. Quais serão suas necessidades?

Acreditamos que a continuidade de investimentos em treinamentos e no acesso remoto é um fator primordial. Verificar como realizar essa qualificação só é possível identificando as necessidades da comunidade acadêmica. Treinamentos sistemáticos do uso do Portal de Periódicos CAPES/MEC, o Sistema de Bibliotecas oferece para a comunidade docente e discente. O serviço de referência da BC/CCS/UFRJ é uma das bibliotecas parceiras nesses treinamentos. Mas é fundamental entender os mecanismo de uso das coleções e o comportamento informacional do usuário.

Entretanto o questionamento que colocamos é o quanto atendemos as necessidades dos usuários real ou potencial e “maximizamos” os recursos que o Portal de Periódicos CAPES/MEC disponibiliza como mediadores dessa fonte de informação?

## REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Phillipe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, p. 01-24, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/6/12>>.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>> Acesso: 30 maio 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724: informação e documentos: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação**. Rio de Janeiro, 2006.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007.

BIBLIOTECA CENTRAL DO CCS. 2013. Disponível em: <<http://www.bib.ccs.ufrj.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. **Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos**. 2014, São Paulo. Disponível em: <<http://scad.bvs.br/php/level.php?lang=pt&component=17&item=107>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). 2014, São Paulo. Disponível em: <<http://www.bireme.br/bvs/P/psystem.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BIRDSALL, Willian F. Uma economia política da Biblioteconomia?.

**Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.10 n.1, p. 86-93, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/304/107>> . Acesso em: 17 set. 2012

BRADFORD, Samuel Clement. **Documentação**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

BRAGA, Gilda Maria. Relações Bibliométricas Entre a Frente de Pesquisa (Research Front) e Revisões da Literatura: Estudo Aplicado a Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 1 p. 9-26, 1973.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 08 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 12 de maio. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm)>. Acesso em: 15 set. 2012.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto nº 98.964, de 16 de fevereiro de 1990. Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. **Decreto**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98964-16-fevereiro-1990-328455-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decreto nº 11.530, de 15 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. **Decreto**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decreto nº 14.343, de 07 de julho de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Decreto**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. **Decreto**. Rio de Janeiro, Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Decreto**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Ensino Superior. **Relatório da Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior**. Rio de Janeiro: MEC-USAID, 1969.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945. Concede autonomia, administrativa financeira, didática e disciplinar, à Universidade do Brasil, e dá outras providências. **Decreto-lei**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8393-17-dezembro-1945-458284-norma-pe.html>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL. Decreto nº 62.937, de 02 de julho de 1968. Dispõe sobre a instituição de grupo de trabalho para promover a reforma universitária e dá outras providências. **Decreto**. Brasília, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BUONOCORE, Domingo. **Dicionário de bibliotecologia**. 2. ed. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BUSQUET, Leandro Martins Cota. **Bibliotecas universitárias e o impacto das políticas públicas do ensino superior: o caso da BCG/UFF**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <[http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao\\_Leandro\\_Busquet.pdf](http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Dissertacao_Leandro_Busquet.pdf)>. Acesso: 30 jan. 2013.

CAETANO, Ana Carolina de Souza. **Discussão de uma agenda pública para bibliotecas universitárias federais: o foco na pós-graduação e pesquisa pelo olhar mineiro**. 191 f. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia)– Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – Mestrado Profissional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. **A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. 2014. Disponível em: <<http://www.ccs.ufjf.br/pt/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília, DF: UNB, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação, 2011.

CLAIRE, Guinchat; MENO, Michel. **Introdução às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. Brasília, DF: IBICT, 1994.

CORDEIRO, Helena Cristina Duarte. **Direito à informação na base RVBI: um estudo informétrico (1988/2010)**. Niterói, 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.10, n.2 (número temático sobre estudo e tratamento de usuários da informação), p. 5-20, jul./dez. 1982.

DUMONT, Lígia Maria Moreira, SANTOS, José Eduardo Valle. O não-usuário de serviços de informação, este ilustre desconhecido. In: ANAIS DO CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, Belo Horizonte, 1994. **Anais...** Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. p.697-718.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERREIRA, Sueli Mara. **Estudo de necessidades de informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem do Sense-Making**. Porto Alegre: ABEBD, 1997. (Documentos ABEBD, n.2).

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Apb, 1999. (Coleção Palavra-Chave, 10).

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 1992.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da ciência da informação: um esboço arqueológico. **Morpheus**, Rio de Janeiro, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero02-2003/lidiafreitas.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse analysis of the cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, Londres, Vol. 48 n. 4, p.365 – 386.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; FERREIRA, Janise Braga Barros; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Usuários da informação sobre saúde. In: CASARIN, Helen de Castro Silva (Org.). **Estudos de usuário da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014. Cap. 6. p. 183-219.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; COSTA, Sely Maria de Souza. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.21-32, jan./abr., 2010.

GASTON, Litton. **A informação na biblioteca moderna**. São Paulo: McGraw Hill do Brasil, 1975. (Série de Biblioteconomia).

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélide. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n.1. p.60-76, jan./abr. 2003. p.61.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, v.1, n.6, dez 2000, Artigo 03. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/dez00/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm)> Acesso em 11 ago. 2012.

GONZÁLEZ TERUEL, Aurora. **Los estudios de necesidades y usos de la información**: fundamentos y perspectivas actuales. Gijón: Ediciones Trea, S. L., 2005. (Biblioteconomía y Administración cultural, 123).

GROGAN, D. **A prática do serviço de referência**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995.

GUEDES, Vania Lisboa da Silveira; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: VI CINFORM, 2005, Salvador. **Anais Eletrônico** do VI CINFORM. Salvador -BA: UFBA, 2005.

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation. **Journal of Documentation**, v. 54, n. 5, p. 606-621, dez. 1998.

HUTCHINS, M. **Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

IBICT. c2000. Disponível em: <<http://www.ibict.br>>. Acesso em: 13 out. 2013.

KURAMOTO, Hélio. Réplica - Acesso Livre: Caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, Jul./Set. 2008.

LITTON, G. **A informação na biblioteca moderna**. São Paulo: McGraw-Hill, 1979.

MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. Estados Unidos: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. **Revista História em Reflexão**, Vol. 4 n. 7, jan/jun, 2010.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MARTÍNEZ-SILVEIRA, Martha; ODDONE, Nanci. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 118-127, maio/ago. 2007.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de scriptLattes. In: Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi; Jacqueline Leta. (Org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2013, p. 109-128.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Fundação CAPES**. Brasília, 2013. Disponível < <http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Institucional**. Brasília, 2013. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=1164](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1164)>. Acesso em: 30 abr. 2013

MIRANDA, Antonio. Apresentação. In: CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília, DF: ABDF, 1981. (Coleção biblioteconomia, 1).

MUELLER, Susana P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannete Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMF, 2000.

\_\_\_\_\_. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). **Métodos para pesquisa em Ciências da Informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

\_\_\_\_\_. Periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannete Marguerite. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

NATIONAL CENTER FOR BIOTECHNOLOGY INFORMATION. **PubMed**. Estados Unidos da América, 2014. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

NORONHA, Daisy Pires. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Enc. Bibli.: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2008.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. c2000. Disponível em: <<http://www.paho.org/bireme/>>. Acesso em: 30 out. 2014.

OLSSON, M. R. Beyond 'needy' individuals: Conceptualizing information behavior. **Proceedings of American Society for Information Science and Technology**, v. 42, n.1, 2005. Disponível em: <[http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6998/1/Olsson\\_Beyond.pdf](http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/6998/1/Olsson_Beyond.pdf)> Acesso em: 20 set. 2012.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/out04/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ORTELLADO, Pablo As políticas nacionais de acesso à informação científica. **Liinc em Revista**, v.4, n.2, setembro 2008, Rio de Janeiro, p. 186-195.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do estado. **Temporalis**. v.15, 2008. Revista da ABEPSS.

PEDRÃO, Gabriela Bazan. **O Arquivo Zeferino Vaz: um lugar de construção da memória da Unicamp**. 134f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília/SP, 2013. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pedrao\\_gb\\_me\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pedrao_gb_me_mar.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2013.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. et al. A aplicação da técnica do incidente crítico em estudos de usuários da informação científica: uma abordagem comparativa. In: GOMES, Hagar Espanha. **A contribuição da psicologia para o estudo dos usuários da informação técnico-científica**. Rio de Janeiro: Calunga, 1980.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública** [online]. 1995, vol.29, n.4, pp. 318-325. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0034-89101995000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&userID=-2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-89101995000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&userID=-2)>. Acesso em: 15 mar. 2014.

PLATAFORMA LATTES. c2000. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 12 out. 2013.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC. c2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 13 out. 2013.

PLACER, Xavier. **Técnica do serviço de referência**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Bibliotecários, 1968. (Coleção Didática).

PUBMED. C2000. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>>. Acesso em: 30 out. 2013.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 42-62, jan./jun.1996.

SCAD. C2000. <<http://scad.bvs.br/php/index.php>>. Acesso em: 30 out. 2013.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

TALJA, Sanna. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information man-theory. In: VAKKARI, P. R.; SAVOLAINON, R.; DERVIN (eds.) **Information seeking in context**. London: Taylor-Grahan, 1997. Disponível em: <[http://informationr.net/istic/ISIC1996/96\\_Talja.pdf](http://informationr.net/istic/ISIC1996/96_Talja.pdf)> Acesso em: 20 set. 2012.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 1-27, 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326>> Acesso em: 05 dez. 2013.

TAUILE, José Ricardo. Uma introdução à Economia Política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-108, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde. Sistema de Bibliotecas e Informação. Divisão de Desenvolvimento de Bibliotecas. **Relatório**. Base Gerencial - BAGER 2012. Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço.SIGMA.UFRJ**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.sigma.ufrj.br/site/espaco/index.htm>>. Acesso em: 15 de dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Faculdades, institutos e escolas**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=UNIDADES](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=UNIDADES)>. Acesso: 25 de jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Saúde. **Pós-graduação *stricto sensu***. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ccs.ufrj.br/index.php/ensino-menu/pos-menu/stricto-menu>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/sobre-o-sibi.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Centro de Ciências da Saúde. **Sobre o CCS**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ccs.ufrj.br/index.php/menu-ccs>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dz. 1984.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A bibliometria: história, legitimação e estrutura. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. (Org.) **Para entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. Estudos de Citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul. /dez. 2003.

WEITZEL, Simone da Rocha. Reflexões sobre os repositórios institucionais. In: XVI ENDOCOM - Encontro Nacional de Informação em Ciências da Comunicação, 2006, Brasília. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2006. v. 1.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento de métodos. São Paulo Artmed, 2006.